



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

**RIBEIRINHOS URBANOS: MODOS DE VIDA E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO
PURAQUEQUARA**

ROBERTA FERREIRA COELHO

MANAUS

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

ROBERTA FERREIRA COELHO

**RIBEIRINHOS URBANOS: MODOS DE VIDA E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO
PURAQUEQUARA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

MANAUS

2006

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca Central da Universidade Federal do
Amazonas

Coelho, Roberta Ferreira

C672r Ribeirinhos urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara /
Roberta Ferreira Coelho. - Manaus: UFAM, 2006.

210 f.;

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) — Universidade Federal do
Amazonas, 2006.

Orientador: Antonio Carlos Witkoski

1. Representação social 2. Urbanização – Bairro Puraquequara (Manaus-AM) 3. Ribeirinhos urbanos
I. Título

CDU 364.122.7(811.3)(043.3)

ROBERTA FERREIRA COELHO

**RIBEIRINHOS URBANOS: MODOS DE VIDA E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO
PURAQUEQUARA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 13 de Novembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Edna Maria Ramos de Castro, Membro
Universidade Federal do Pará

À minha mãe,
Lourdes, pelo
amor absoluto e
pela doação
ilimitada.
Aos ribeirinhos
urbanos, que
constroem a cada

dia um novo
capítulo da
história do
Puraquequara.

AGRADECIMENTOS

Toda e qualquer construção que se faz na vida exige esforço, dedicação, coragem, presença de pessoas especiais, que, na amizade, companheirismo e doação nos ajudam a trilhar os caminhos da vida e a vencer os obstáculos que emergem durante essa trajetória, que se apresenta como desgastante, mas enriquecedora. Essa construção, que ora vem a público, resulta dum complexo de reflexões e relações que consegui estabelecer em meio à estrada de edificação deste trabalho. Por tal razão, faz-se imprescindível apresentar aqueles sem os quais não teria chegado até aqui. Nesse sentido, agradeço:

A Deus, meu Pai, pelo amor incondicional em todos os momentos da minha vida. A Ele, a quem devo tudo o que sou e tenho, meu amor e minha gratidão.

À minha mãe, Maria de Lourdes, minha maior incentivadora em todos os momentos, sobretudo, diante das angústias, dos medos, das incertezas, da vontade de desistir em meio às dificuldades do caminho.

Ao meu diletíssimo orientador, Professor Doutor Antonio Carlos Witkoski, pela amizade e apoio irrestrito. Sei que aceitar um orientando no meio do caminho é um desafio para qualquer orientador, por isso, muitos se esquivam. Poder contar com o Professor Antonio no período que considero o mais crítico de minha trajetória no Mestrado, que foi o momento de desencanto e abandono do projeto inicial, foi de um valor imensurável. Reconheço o papel sem igual desempenhado por ele em minha história e na construção deste trabalho. Sinto que me ajudou a crescer nos vários âmbitos da vida, a ser mais gente. Palavras são insuficientes para expressar a dívida e a gratidão que vêm da alma.

Aos meus companheiros do Mestrado, Aldair Andrade, Hamida Assunção e Celso Torres, pela presença sempre amiga e solidária, sobretudo, nos muitos momentos em que precisamos partilhar as angústias e as decepções vivenciadas na trajetória no Mestrado.

Aos moradores do Puraquequara, homens e mulheres de coragem, de uma humanidade sem precedentes, com quem partilhei histórias, conhecimentos e valores e, mais, entendi o sentido das tradições, do trabalho e das relações sociais.

À Raimunda Sampaio, moradora do Puraquequara, que me ajudou a dar os primeiros passos no processo de pesquisa de campo, indicando moradores-chaves e esclareceu dúvidas que brotaram durante o caminho.

A Miguel Maia e Evandro Maia, pescadores do Puraquequara, pela amizade e carinho, pelas orientações, pelos contatos viabilizados com os outros pescadores, pela viagem pelo Lago do Puraquequara.

À Lídia Ferraz e ao Carlito Ferraz, pelas pistas e pelo material bibliográfico fornecido, que muito contribuíram para a compreensão da história do Puraquequara.

Ao Félix Ramos, pela amizade absoluta a cada instante deste árduo caminho, pela companhia e assistência na pesquisa de campo no Lago, nos ramais, na Vila, assim como pelo auxílio na transcrição das entrevistas.

Ao Padre José Carlos Sabino, pastor zeloso, através de quem tive a oportunidade de conhecer o Puraquequara, o que, depois, veio a se constituir como campo vasto de pesquisa, que se pautou na história e na vida dos ribeirinhos do Puraquequara.

A George Tasso, colega de Mestrado e, na ocasião, Secretário de Terras do Estado do Amazonas, pela abertura de tantas portas junto a pessoas e órgãos públicos, permitindo a obtenção de informações e materiais para redação deste trabalho.

Ao Senhor Claudemir José Andrade do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB), que me orientou sobre a organização do espaço urbano de Manaus, fornecendo-me legislações e os mapas da Unidade Espacial de Transição Puraquequara.

À Professora Elenise Scherer, pelas mãos de quem adentrei ao processo de pesquisa na graduação e, inicialmente, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Sem suas orientações e incentivo, talvez não tivesse chegado tão cedo a um programa de mestrado.

À Professora Iraildes Caldas Torres, por quem cultivei uma profunda admiração, tendo em vista que, na sua sabedoria e simplicidade, me concedeu um apoio fraternal, participando do exame de qualificação, prestando contribuições relevantes e tranquilizando-me nos momentos de desespero e me fazendo perceber que as dificuldades são oportunidades de amadurecimento.

Ao Professor José Aldemir de Oliveira, pelas valiosas contribuições apresentadas no exame de qualificação, que possibilitaram o redimensionamento da pesquisa, com vistas a privilegiar as representações sociais dos moradores e a cultura popular no Puraquequara.

Ao Professor Narciso Lobo, pela atenção e por não ter medido esforços para criar as condições necessárias para que eu não sofresse qualquer tipo de prejuízo na realização da prova de seleção para o mestrado, considerando minha limitação física na ocasião (mão direita engessada).

Aos meus queridos Rayfran Rocha, Gutemberg Carvalho e Miguel Júnior, pela companhia durante algumas das entrevistas que realizei com os moradores.

Ao Marco Antônio Cardoso, pelas visitas que realizamos à Vila e aos ramais, ajudando-me a conhecer melhor o Puraquequara.

À minha amiga Laura Miranda, pelo carinho na tradução do texto para língua inglesa.

Às minhas colegas de trabalho do Hospital Universitário Francisca Mendes, Atenilda Oliveira e Aglayr Suziane Péres, pela amizade e pela percepção de minhas limitações, o que permitiu substituírem-me em algumas das ocasiões em que precisei me ausentar da instituição.

À Faculdade Salesiana Dom Bosco, pela compreensão de minha restrição de tempo no período final de redação da dissertação, concedendo-me licença de quase um mês para conclusão desta fase.

Ao Robert Langland, pela disponibilidade e carinho na revisão gramatical.

Ao Eduardo Lacerda, pelo auxílio na reorganização dos mapas do Puraquequara.

Aos meus amigos da Paróquia São Pedro Apóstolo, por compreenderem minhas ausências e minhas limitações.

Aos assistentes sociais do Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região, pela paciência e compreensão diante dos momentos em que precisei me ausentar de minhas funções de conselheira para dedicar-me à escrita deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela contribuição no meu processo de formação acadêmica.

O poraquê quara no lago, mas o lago secou, não há mais poraquê nem lago, pelo menos por enquanto. A vida passa devagar e com pressa no campo e na cidade, o lugar é meio campo e meio cidade, é um lugar urbano [...] O lugar é o intermédio privilegiado do campo e da cidade, não só por estar no limite de ambos, mas porque não completou o processo urbano e, por isso, o rural é recorrente como festa, como trabalho na roça e como modo de vida. Mora-se na cidade, mas se está no mundo rural.

José Aldemir de Oliveira (2005)

RESUMO

O Puraquequara – bairro da zona leste de Manaus, desde 1995 – vivenciou, a partir da década de 1970, um conjunto de modificações econômicas, sociais e culturais, desencadeado pela migração de seus habitantes da área de várzea para a terra firme. Com isso, o modo de vida dos moradores construído em torno da solidariedade, das relações de ajuda mútua, da agricultura, da pesca, da caça e da criação animal passa a ceder espaço à edificação de novas formas de produção e reprodução da vida material e simbólica, pautadas nos valores urbanos, na dinâmica da cidade e no *habitus* da vida urbana. A pesquisa tem como objetivo perceber como essas modificações ocorreram e como os *ribeirinhos urbanos* constroem as suas vidas estando no espaço fronteiro entre mundo rural e mundo urbano. Assim, a investigação buscou apreender as representações sociais dos moradores por meio da realização de entrevistas com antigos moradores e com aqueles que ainda desenvolvem atividades profissionais ligadas ao mundo rural, denominados neste estudo como *ribeirinhos urbanos*, em razão da condição paradoxal por eles vivenciada, ou seja, exercem atividades profissionais rurais, mas vivem num espaço urbano. Observou-se que, na Vila do Puraquequara, muitos moradores desenvolvem atividades eminentemente urbanas, ligadas ao comércio, à indústria, à construção civil, ao funcionalismo público etc. Com relação às atividades rurais, existe ainda um grupo significativo de moradores que as desenvolve, estando vinculados, majoritariamente, à pesca. No que se refere a esse grupo social – os *ribeirinhos urbanos* – é possível perceber que a ligação com o mundo do trabalho é um dos elementos mais significativos para sua identificação com o mundo rural. O estudo revela que a relação com o mundo do trabalho, o desenvolvimento de atividades culturais e religiosas, como a Festa de São Sebastião, ajudam a manter vivo o espírito da vida na várzea – o *habitus* da vida rural.

Palavras chave: ribeirinhos urbanos; representação social; modo de vida; Puraquequara

ABSTRACT

Puraquequara – east zone borough from Manaus since 1995 – lived since the 70's a sequence of social, economical and cultural modifications, unleashed by migration of its inhabitants from the waterlogged area to the land. In this way, the lifestyle of the inhabitants constructed on solidarity, on mutual helping relationships, on agriculture, on fishing and farming hands over space to new forms of production and reproduction of the material and symbolic life, guided on urban values, on the dynamic of the city and on urban life “habitus”. So that it is possible to notice these modifications have been procecuted and how the urban “ribeirinhos” constructed their lifestyle by being in this frontier line between the rural and urban space. Thus, it was done the local research, seeking to capture the social representations of the residents and with those ones that develop professional activities straightly linked to the rural world, called in this study as urban “ribeirinhos”, according to the paradoxal condition lived by them, that is, they do rural professional activities, but living in a urban space. It was observed that in “Puraquequara Village”, most of the residents develop activities highly urban, connected to the commerce, to the industry, to the civil building, civil service etc. As regards as rural activities, there are a group of residents that develop them, being that most of the activities are related by fishing. Concernig to these urban “ribeirinhos”, it is possible notice that the connection with the work world is one of the elements must significant to its identifications with the rural world. This study shows that the relation among the work world, the development of religion and cultural activities – as the “São Sebastião” party – help them to keep alive the spirit of the waterlogged life – the rural “habitus”.

Key words: urban “ribeirinhos”; social representations; lifestyle; Puraquequara

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão Geográfica do Município de Manaus por bairros e zonas	39
Figura 2 – Área de várzea, onde habitaram os primeiros moradores do Puraquequara	45
Figura 3 – Unidade Prisional do Puraquequara	57
Figura 4 – Mapa de Estruturação do Espaço Urbano do Município de Manaus	62
Figura 5 – Unidades de Planejamento e Controle Urbano do Município de Manaus	64
Figura 6 – Mapa detalhado da Vila do Puraquequara	67
Figura 7 – Feira do Puraquequara onde os ribeirinhos urbanos comercializam o peixe	80
Figura 8 – Mapa do Puraquequara (disponível no Google Earth)	84
Figura 9 – Mapa do Puraquequara no período da cheia	85
Figura 10 – Mapa do Puraquequara no período da seca	86
Figura 11 – Casa de um dos ribeirinhos urbanos, situada às margens do Lago do Puraquequara	96
Figura 12 – Casa de um dos ribeirinhos urbanos, nas proximidades do Lago do Puraquequara	96
Figura 13 – Plantações de hortaliças no Puraquequara	99
Figura 14 – Plantações de hortaliças no Puraquequara	99
Figura 15 – Ribeirinho urbano se preparando para fixar malhadeira para apreender o peixe	112
Figura 16 – Ribeirinho urbano fixando a malhadeira no Beiradão do Rio Amazonas	113
Figura 17 – Ribeirinho urbano e o meio de transporte usado para a pesca	113
Figura 18 – Ribeirinhos urbanos voltando da pesca no Lago do Puraquequara no período da vazante	114
Figura 19 – A manutenção do “verde” e da pesca	132
Figura 20 – A manutenção do “verde” e da pesca	133
Figura 21 – Lago do Puraquequara no período da cheia	134
Figura 22 – Lago do Puraquequara no período da cheia	134
Figura 23 – Lago do Puraquequara como fonte de lazer	137
Figura 24 – Lago do Puraquequara como fonte de lazer	137
Figura 25 – Árvores na extensão da Estrada do Puraquequara	139
Figura 26 – Aviso afixado em frente ao Lago do Puraquequara, advertindo sobre crime ambiental em caso de poluição do Lago	141
Figura 27 – Aviso afixado na Feira do Puraquequara, conclamando à conservação do Lago do Puraquequara	141
Figura 28 – Aviso afixado no Beiradão do Rio Amazonas - na “várzea”, onde viveram os primeiros moradores – advertindo sobre crime ambiental	142

Figura 29 – Limpeza do Lago do Puraquequara	143
Figura 30 – Hotel às margens do Rio Amazonas	148
Figura 31 – Área aterrada às margens do Rio Amazonas	149
Figura 32 – Igreja Católica Maria, Mãe dos Pobres	162
Figura 33 – Igreja Batista Renovo	162
Figura 34 – Sede São Sebastião, onde acontecem os Festejos de São Sebastião	166
Figura 35 – “Capela” da Sede São Sebastião	168
Figura 36 – “Capela” da Sede São Sebastião	168
Figura 37 – “Capela” da Sede São Sebastião	169
Figura 38 – “Capela” da Sede São Sebastião	170
Figura 39 – Participação do povo nas novenas	171
Figura 40 – Participação do povo nas novenas	171
Figura 41 – Procissão de São Sebastião	172
Figura 42 – Procissão de São Sebastião	173
Figura 43 – Andor de São Sebastião	173
Figura 44 – Estandartes de São Sebastião	174
Figura 45 – Estandartes de São Sebastião	174
Figura 46 – Altar arrumado na casa para a procissão	175
Figura 47 – Mastros dos adultos e das crianças	176
Figura 48 – Povo reunido para derrubada dos mastros	176
Figura 49 – Derrubada do mastro das crianças	177
Figura 50 – Derrubada do mastro dos adultos	177

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos ribeirinhos urbanos entrevistados	73
Gráfico 2 – Principal atividade profissional dos ribeirinhos urbanos entrevistados	74
Gráfico 3 – Dias por semana pescando	75
Gráfico 4 – Horas por dia pescando	76
Gráfico 5 – Meios de transportes mais utilizados para o desenvolvimento da pesca	77
Gráfico 6 – Locais de pesca dos ribeirinhos urbanos	77
Gráfico 7 – Instrumentos usados para a pesca pelos ribeirinhos urbanos	78
Gráfico 8 – Principais espécies pescadas pelos ribeirinhos urbanos	80
Gráfico 9 – Outras atividades econômicas exercidas pelos ribeirinhos urbanos	82
Gráfico 10 – Atividades no período da enchente	88
Gráfico 11 – Atividades no período da cheia	88
Gráfico 12 – Atividades no período da vazante	88
Gráfico 13 – Atividades no período da seca	88
Gráfico 14 – Onde nasceram os ribeirinhos urbanos	89
Gráfico 15 – Tempo de moradia dos ribeirinhos urbanos no Puraquequara	90
Gráfico 16 – Renda familiar mensal dos ribeirinhos urbanos	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução demográfica do Estado do Amazonas – de 1970 a 2000	36
Quadro 2 – Evolução demográfica da cidade de Manaus – de 1872 a 2000	37

LISTA DE SIGLAS

CEAM	Companhia Energética do Amazonas
COSAMA	Companhia de Saneamento do Amazonas
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOMAM	Lei Orgânica do Município de Manaus
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Manaus
SEDEMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UES	Unidade de Estruturação Urbana
UET	Unidade Espacial de Transição

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo I: História e Representação Social: a Configuração Social do Bairro Puraquequara	21
1.1 Considerações Preliminares	21
1.2 Manaus e seu Processo de Urbanização	23
1.3 A Configuração Social do Puraquequara	40
Capítulo II: Construindo a Vida: Mundo do Trabalho e Modos de Vida dos Moradores do Puraquequara	69
2.1 Considerações Preliminares	69
2.2 Retrato em Branco e Preto: os Ribeirinhos Urbanos do Puraquequara	70
2.3 Inserção/Interseção dos Ribeirinhos Urbanos no Mundo do Trabalho: o Rural e o Urbano no Puraquequara	98
2.4 Modos de Vida no Puraquequara	117
Capítulo III: Ribeirinhos Urbanos: as Representações Sociais dos Moradores do Puraquequara	126
3.1 Considerações Preliminares	126
3.2 Os Ribeirinhos Urbanos, o Puraquequara e a Natureza: um olhar	128
3.3 A Fraqueza e a Força da Tradição: os Ribeirinhos Urbanos e suas Relações de Solidariedade	152
3.4 Relação campo/cidade e a Construção da Cidadania	179
Considerações Finais	189
Referências	192
Apêndices	198

INTRODUÇÃO

Conhecer a Amazônia sempre foi um desafio, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que pouco nos foi ensinado na escola sobre a realidade regional. Sentíamos-nos angustiadas e, em certo sentido, envergonhadas, por viver na Amazônia e ter um conhecimento tão vago e até folclórico de um mundo que parecia não nos pertencer. De repente, adentrar ao Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia representou uma oportunidade singular de compreender e, até mesmo, conquistar algo, que efetivamente nos foi negado.

Durante a trajetória no mestrado, sentimo-nos impulsionadas a mudar de objeto de pesquisa para poder investigar uma realidade mais ligada às raízes amazônicas e, neste momento, foi a inserção na Igreja Católica que nos permitiu delinear um outro objeto de pesquisa, visto que, no dia 22 de agosto de 2001, o Padre José Carlos Sabino, pároco de nossa Paróquia São Pedro Apóstolo, em Petrópolis, assumiu uma outra paróquia no Puraquequara, denominada Maria, Mãe dos Pobres, com a qual construímos uma relação de profunda afetividade.

As várias viagens ao Puraquequara nos fizeram perceber uma realidade *sui generis*: os habitantes da Vila do Puraquequara são considerados moradores urbanos – por viverem, geograficamente, num bairro de Manaus – apesar de, em grande parte de suas vidas, expressarem características próprias de uma comunidade rural – estabelecimento de relações sociais com muita densidade moral, comportamentos sociais marcados por fortes laços de solidariedade, cultivo de produtos agrícolas, prática da pesca como atividade de subsistência, utilização de canoas, barcos e rabetas como meio de transporte etc.

Dada a condição paradoxal vivida pelos moradores do Puraquequara – que mesmo residindo em uma área urbana, ainda sentem e vivem o mundo rural como realidade primordial – fizemos a opção de empregar o termo *ribeirinhos urbanos* para explicitar a plasticidade das relações estabelecidas na interseção mundo rural/ mundo urbano.

A percepção acerca das especificidades do mundo do Puraquequara – em sua interação rural/urbano – levou-nos a firmar como objetivo da pesquisa investigar o mundo do trabalho, os modos de vida e as representações sociais dos ribeirinhos do Puraquequara, buscando perceber sua identificação com o mundo rural e/ou urbano.

Diante das contribuições apresentadas no Exame de Qualificação, reestruturamos a pesquisa com vistas a privilegiar as representações sociais dos moradores, de modo que, a partir delas, pudéssemos evidenciar a configuração social do Puraquequara, o modo de vida dos ribeirinhos construído em função de sua inserção no mundo do trabalho e apreender sua identificação com o mundo rural e/ou urbano.

Em virtude da complexidade e dinamicidade do mundo do Puraquequara, fomos conduzidos a pensá-lo a partir de uma abordagem teórico-metodológica que se pauta na perspectiva de totalidade, possibilitando compreender a realidade em sua amplitude, enquanto realidade histórica, social, cultural e humana, devendo ser consideradas as determinações conjunturais e históricas, bem como as relações entre os sujeitos históricos.

A pesquisa teve como *lócus* a Vila do Puraquequara, tendo em vista ser ela o núcleo central da vida de seus habitantes. Ela está situada à margem esquerda do Lago do Puraquequara, o qual, ainda hoje, ocupa posição de centralidade e relevância sobre a vida social e econômica dos que residem às suas margens ou nas comunidades (localidades) e sítios que compõem o bairro. Assim, entendemos que a Vila melhor expressa a interação rural/urbano, já que nela residem os ribeirinhos urbanos, sujeitos desta pesquisa.

Para a coleta dos dados na Vila do Puraquequara, recorreremos à observação participante e às entrevistas com os antigos moradores – que nos ajudaram a reconstituir e registrar alguns elementos da história local – e com moradores do bairro que ainda exercem atividades profissionais ligadas ao mundo rural, dados estes que nos permitiram construir este trabalho.

O Capítulo I, **História e Representação Social: a Configuração Social do Bairro Puraquequara**, centra sua reflexão na origem, desenvolvimento e formação do Puraquequara, através da consulta aos arquivos orais – moradores do Puraquequara – referencial bibliográfico e instrumentos legais da Prefeitura Municipal de Manaus, de modo a elaborar uma etnografia das representações sociais dos moradores do Puraquequara acerca do processo social de sua constituição e perceber como o Puraquequara se insere na dinâmica da cidade de Manaus.

O Capítulo II, **Construindo a Vida: Mundo do Trabalho e Modos de Vida dos Moradores do Puraquequara**, é dedicado à caracterização dos sujeitos da pesquisa, à problematização do mundo do trabalho como elemento mediador da interação rural/urbano e à discussão acerca da forma como homens e mulheres¹ produzem e reproduzem sua vida material e simbólica vivendo na fronteira tênue entre rural e urbano.

Para compreender como os ribeirinhos urbanos constroem seus modos de vida, o mundo do trabalho se constituiu como um dos aspectos mais relevantes, pois o desenvolvimento de atividades profissionais ligadas ao mundo do trabalho rural permite a uma parcela dos moradores do Puraquequara estabelecer uma relação de identificação com o mundo rural – ainda que esteja vivendo em uma área reconhecida como urbana.

¹ Como em pesquisa somos obrigados a tomar decisões e fazer escolhas, não foi possível neste trabalho abordar todas as temáticas que emergiram do trabalho de campo, por isso, apesar de reconhecermos a relevância da discussão sobre gênero, ou seja, a construção social da relação entre homens e mulheres, esta temática não se constitui como objeto de problematização neste escrito, sendo uma dívida a ser paga em trabalhos futuros.

Finalmente, o Capítulo III, **Ribeirinhos Urbanos: as Representações Sociais dos Moradores do Puraquequara**, concentra a análise acerca da vinculação dos ribeirinhos urbanos com a natureza e, em especial, com o Lago do Puraquequara, bem como a apresentação de alguns elementos que ajudam a manter vivos o *habitus* e as tradições, dentre eles as manifestações culturais e religiosas – em especial, a Festa de São Sebastião – as relações de ajuda mútua, compadrio e vizinhança etc. Além disso, explicita como os sujeitos da pesquisa se identificam e como percebem a construção da cidadania no Puraquequara.

Ponderando a escassez de pesquisas sobre a localidade, principalmente no campo das ciências sociais, julgamos que esta pesquisa – de enfoque sociológico – pode contribuir substancialmente não só para a compreensão da vida dos moradores do Puraquequara – bem como de outras localidades que passaram por um processo de urbanização – mas também para o resgate da construção sócio-histórica do lugar.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: A CONFIGURAÇÃO SOCIAL DO BAIRRO PURAQUEQUARA

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Ao longo dos últimos anos, torna-se patente que Manaus se estabeleceu como um dos grandes centros urbanos do Brasil, uma metrópole, que concentra volumoso contingente populacional, proveniente das diversas regiões do país, fruto dos curtos e longos períodos econômicos vividos pela região amazônica, sobretudo, o da atividade econômica da Borracha e do Projeto Zona Franca de Manaus.

É interessante perceber que o *Lugar da Barra*, assim denominado por uma das missões portuguesas enviadas à região em 1665, vivenciou momentos históricos de ostentação e prosperidade, mas também de decadência e marasmo econômico.

A partir da década de 60, com a criação do Distrito Industrial de Manaus, as metamorfoses sociais, econômicas e culturais na vida da cidade e de seus moradores avivam-se a uma velocidade sem precedentes, tendo em vista que, neste momento, podemos visualizar intensos fluxos migratórios em direção à capital do Amazonas, movidos pela perspectiva de encontrar aqui prosperidade, emprego, fartura e vida digna.

A cidade de Manaus, em razão do seu crescimento demográfico, também tem expandido seus limites geográficos, o que se evidencia com o surgimento e formação de novos bairros, os quais acabam por demandar a constituição de uma infra-estrutura urbana para atender às necessidades básicas de seus moradores.

Nesse fluxo e refluxo da vida na capital do Amazonas situamos o Puraquequara que, até a década de 60, tratava-se de uma comunidade² situada às margens – *beiradão* – do Rio Amazonas, o qual, ao longo dos anos, firmou-se como bairro de Manaus ou, de acordo com o Plano Diretor, área de transição (pensada em função da expansão urbana), localizada na zona leste da cidade, mas que ainda, por muito tempo, foi identificado como interior ou área rural de Manaus.

Pensar o Puraquequara no processo de urbanização da cidade de Manaus conduz-nos necessariamente à compreensão da dinamicidade da realidade, o que nos permite inferir que, ao longo da história, Manaus, um *porto de lenha*, uma vila, metamorfoseou-se em cidade metropolitana, a qual tem crescido sob vários aspectos: geográfico, demográfico, econômico, cultural, social, vivenciando períodos econômicos que contribuíram significativamente para a construção de sua atual configuração.

Manaus desenvolveu-se e, conseqüentemente, a vida de seu povo também mudou. Se, por muito tempo, predominaram as atividades agrícolas e grande parte da população amazonense estava concentrada na zona rural, com os intensos fluxos migratórios disseminados pela economia da borracha e a implantação da Zona Franca, a centralidade da vida econômica amazonense firma-se na capital e a vida do povo, outrora desenvolvida sob o espírito do mundo rural, passa a ser conduzida pela mentalidade urbana³.

² Tal como pensam MacIver e Page (1973), usamos o termo comunidade por entender que, no Puraquequara, as pessoas partilham condições de vida comum. Além disso, existe uma relação de proximidade entre as pessoas, algo não muito perceptível em grandes aglomerados populacionais, onde os seus membros não chegam a partilhar a vida. Fichter (1973) advoga que uma comunidade se caracteriza pela forte vinculação ao solo, “no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam conjuntamente nos principais assuntos da vida. A comunidade é considerada sempre em relação ao meio físico” (p. 154).

³ Simmel (1979), ao referir-se à vida na metrópole e suas implicações para a vida mental, argumenta que o homem metropolitano conta com uma multiplicidade de estímulos à sua mente – que se inscrevem como “condições psicológicas” – que diferenciam sua vida daquela experimentada pelos homens nas pequenas cidades e áreas rurais, dado aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A vida metropolitana está permeada por um certo grau de intelectualidade, que lhe permite estabelecer relações com diferentes pessoas, sem que com elas efetivamente tenha alguma intimidade, conduzindo o homem metropolitano a firmar relações objetivas para comprar, vender, negociar, produzir, enfim, prover sua vida em meio à cidade e aos outros homens. Existe um nível de superficialidade e impessoalidade no estabelecimento do intercâmbio social, quando este existe, já que, em muitas situações, predomina um distanciamento entre os próprios vizinhos, que não se pautam mais pelos

A transição do mundo rural para o mundo urbano marca a vida da cidade, a qual congrega muitas pessoas provenientes de áreas rurais, que vêm construir sua vida e sua história no meio urbano, realidade que se pode visualizar em alguns bairros das diferentes zonas da capital. É esta discussão que nos propomos a travar acerca do Puraquequara, bairro da zona leste, que vivenciou um complexo de modificações dos modos de vida a partir da transição da várzea para a terra firme, da vida rural à vida urbana.

1.2 MANAUS E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A história do Amazonas é marcada pela forte presença portuguesa, tendo em vista o longo período de colonização da região amazônica e as relações estabelecidas entre o Estado do Grão-Pará e Rio Negro com a capital portuguesa, laços estes fortalecidos por vinculação familiar e interesses comuns, sobretudo, de ordem econômica.

Como ensina Reis (1998), por meio da carta régia de 3 de março de 1755 é instituída a Capitania de São José do Rio Negro, a qual tem como sede Mariuá, hoje Barcelos, nome de procedência portuguesa. Mesmo assumindo esta categoria, a relação de sujeição política e econômica da Capitania ao Grão Pará permanecia. Em 1791, Lobo d'Almada transferiu a capital para o Lugar da Barra – hoje Manaus, onde os poucos habitantes dedicavam-se à prática da agricultura como meio de subsistência. A condição de capital manteve-se até 1798, retornando para Barcelos, devendo o Lugar da Barra retomar este *status* em 1808.

valores de solidariedade e proximidade. Agora, sob a lógica metropolitana, a mente moderna se funda numa preocupação exarcebada com a questão monetária – lógica da economia do dinheiro interiorizada pelo homem metropolitano – ou seja, o dinheiro é, notadamente, um referencial para muitos homens, que foram se tornando calculistas e individualistas.

É sabido que, no século XIX, um fato novo acarretará algumas modificações na vida de Belém e Manaus, que é a independência do Brasil em relação a Portugal. Ora, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro não estava incorporado ao império do Brasil, o que, decerto, agradava às elites paraenses, haja vista o estabelecimento de relações comerciais diretas com Lisboa. Contudo, a resistência das elites não se manteve por muito tempo, pois, em seguida, concordaram com a incorporação deste ao império do Brasil, até porque ele mesmo não dispunha de condições para se constituir como um país.

No período da independência do Brasil, já figuravam entre os políticos amazonenses as idéias de autonomia do Rio Negro quanto ao Grão-Pará, mas, por muito tempo, alegou-se que o Rio Negro não estava em condições de ser elevado à província, título este que será obtido, após muita luta, em 5 de setembro de 1850, quando Dom Pedro II, com o referendo do ministro imperial, Visconde de Monte Alegre, atende este anseio por meio da lei 592 (REIS, 1998). Todavia, é somente em 1848 que a Barra do Rio Negro será reconhecida como cidade, título este recebido da Assembléia Provincial do Pará. E, em 1856, passará a ser designada como Manaós, em homenagem à tribo indígena chefiada por Ajuricaba⁴.

O desenvolvimento de Manaus deu-se paulatinamente, com o desempenho de pequenas atividades comerciais, extrativismo vegetal, extrativismo animal (caça, pesca), cultivo e preparo de farinha de mandioca e utilização de sua costa fluvial para escoar produtos (armas, munição, equipamentos e gêneros alimentícios), quadro que assumirá nova expressão na segunda metade do século XIX e primórdios do século XX, época em que a região

⁴ De acordo com Reis (1998), a tribo indígena Manaus foi importante combativa à ocupação do rio Negro pelos portugueses, usando a força para resistir à dominação. A tribo, segundo a lenda, contava com um guerreiro forte, robusto e corajoso, chamado Ajuricaba, o qual herdara a aversão ao conquistador branco, contra quem lutava bravamente e incitava seu povo a fazê-lo. Todavia, tal postura passou a incomodar as autoridades do Grão Pará e até de Lisboa, que imprimiram forte perseguição ao guerreiro, que, em 1727, foi capturado e direcionado a Belém, sendo que, no trajeto, numa atitude intempestiva e heróica, teria se lançado às águas do oceano e morrido afogado, de modo a se livrar de humilhações às quais poderia ser sujeitado se chegasse a Belém. Segundo o autor, a lenda refere que os Manaus aguardam até hoje o retorno do bravo guerreiro, considerado por eles como herói.

amazônica passa a ser agitada pela economia gomífera, que se apresenta como um misto de *glamour*, riqueza, fartura, mas também de muita miséria, exploração e degradação humana.

Souza (1994) sinaliza que a *hévea brasiliensis* já era usada pelos índios Omágua, sendo produzida a partir da seiva de uma árvore, intitulada pelos portugueses como seringueira. Inicialmente, apropriando-se da antiga manufatura indígena, os portugueses passaram a utilizar a borracha como produto de comercialização, que ganhará preponderância na dinâmica econômica da região, principalmente, no século XIX. Tal período também conhecido como *Belle Époque* será abalizado pela *ilusão do fausto*, pela ideologia da eternidade da borracha, que, até então, mostra-se como produto farto e inesgotável.

De acordo com Benchimol (1999), a partir de 1827, a exportação da borracha da Amazônia passará a ter destaque no cenário regional (**tabela 1**), sendo possível verificar sua expressividade em âmbito nacional já em 1910, quando os preços estavam em alta e a borracha amazônica respondia por 40% da exportação do país, o que demanda uma produção cada vez maior para atender às exigências do mercado internacional, requerendo mais braços para garantir tal produção.

<i>Ano/Período de Referência</i>	<i>Quantidade exportada</i>
A partir de 1827	30 toneladas
1840 – 1844	1.445 toneladas
1875 – 1879	30.360 toneladas
1901	30.241 toneladas
1912	42.286 toneladas

Tabela 1 – Exportação da borracha amazônica no período de 1827 a 1912
Adaptado de: BENCHIMOL, 1999.

A vida econômica e social de Manaus será construída em torno da extração e comercialização do látex, sendo esta uma possibilidade para que se inscrevesse como cidade urbanizada, moderna e próspera, podendo, inclusive, ser concebida como *Paris dos Trópicos*⁵.

Após anos de colonização e, depois, período regencial, a Amazônia vive um momento de estabilidade política e progresso econômico, sendo tomada por um ritmo acelerado de vida econômica e social. Nesse período, verifica-se que a produção da borracha, os lucros e o crescimento da população intensificaram-se muito depressa, ainda mais se considerarmos o forte fluxo migratório para a região, proveniente de várias partes do país, mas, sobretudo, do nordeste brasileiro.

Oriundos de vários estados do Nordeste – Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte etc – os imigrantes buscaram na Amazônia a melhoria de suas vidas e de suas condições de trabalho. Na lógica de Benchimol (1999), a condição de fome e miséria imposta pela seca e a própria ambição por riqueza supostamente possibilitada pela seringa impulsionaram estes homens a saírem de sua terra natal e firmarem suas vidas na Amazônia. Ele acredita que as secas de 1877 e 1878 estimularam a saída de 19.910 habitantes nordestinos, que se dirigiram à região amazônica. Supõe ainda que, no período compreendido entre 1877 e 1920, uma média de mais de 300.000 imigrantes nordestinos adentraram em território amazônico. Aliás, o autor arrisca estimar que “aproximadamente 500.000 nordestinos vieram *fazer a Amazônia*, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira” (BENCHIMOL, 1999, p. 137).

Estes homens que passam a labutar nos seringais precisam conviver com situações adversas: condições insalubres de trabalho e moradia, jornada de trabalho de 16 horas, alimentação pobre em nutrientes (farinha, jabá, conserva etc), inópia de qualquer tipo de

⁵ Essa expressão não foi empregada exclusivamente para designar Manaus, já que outras cidades também receberam essa nomenclatura.

assistência médica e, pior, sujeitos ao sistema de aviamento⁶, fonte de exploração e enriquecimento para os comerciantes e seringalistas e meio de escravidão e miséria para o seringueiro, o que revela a face perversa da atividade econômica da borracha. Por isso, Oliveira (2003) é categórico ao afirmar que “a riqueza produzida na Amazônia, na época da borracha, provinha de dois líquidos: da seiva da *hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros” (p. 38).

Benchimol (1999) advoga que longa foi a trajetória do nordestino na região amazônica. Alguns destes ultrapassaram a barreira da pobreza e obtiveram ascensão econômica, política e social, chegando a ocupar postos como gerente de depósito, regatão, seringalista, coronel de barranco, chefe político, prefeito, deputado e, até mesmo, governante de alguns estados da Amazônia. Por falar em Coronel de Barranco, este título imprimia ao seu possuidor *status*, prestígio, autoridade. É fato que algumas dessas patentes que eram concedidas a pessoas de destaque foram obtidas por reconhecimento ou mesmo compradas da Guarda Nacional, mas aos poucos, os seringalistas passaram a ser reconhecidos pelo povo como coronéis, independente de possuírem ou não uma patente, como signo de seu poderio e riqueza.

A atividade da borracha foi monopolizada pelos seringalistas, coronéis de barranco, os quais passaram a desfrutar uma vida luxuosa, dispendiosa. Como lembram Benchimol (1999) e Pinheiro (2003), era recorrente o mito – presente ainda hoje no senso comum – de que tais

⁶ Segundo Santos (1980), consistia num sistema de crédito sem utilização de dinheiro, o qual permitiu o funcionamento da economia gomífera, ponderando que muitos nordestinos vieram para a Amazônia movidos pelo desejo de enriquecer e adentraram aos seringais amazônicos, onde ficavam isolados, sem dispor de muitos recursos, sendo alguns destes – instrumentos, alimentos etc – fornecidos pelo seringalista ou comerciante em forma de crédito, devendo o seringueiro repor o valor do crédito, por meio dos produtos coletados, inicialmente ligados ao extrativismo e, depois, à agricultura e à pesca. Esse pagamento da dívida incluía juros altíssimos, que dificultavam ao seringueiro livrar-se totalmente do sistema, pois à medida em que pagava uma dívida, como precisava se manter, contraía um novo crédito. Com isso, o seringueiro “perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava” (p. 158). Esse sistema foi, aos poucos, se instituindo como uma verdadeira cadeia, em que o seringueiro ficava submisso ao aviador, que, por sua vez, também era aviado por outro aviador, a quem paga juros extras, sendo estes subordinados às casas aviadoras e, estas, ao mercado internacional.

coronéis viviam com os bolsos tão cheios de dinheiro, podendo até mesmo acender seus charutos em notas de mil réis ou ostentar anéis com diamantes de muitos quilates.

Narra-se que, nesta época, damas da sociedade e famílias inteiras dirigiam-se ao Porto de Manaus, nos finais de semana, para passear e se deslumbrar com a chegada e partida de embarcações. O Porto⁷ representava não só um centro de atividades econômicas, mas também um ponto de encontros. Quanto às damas, esposas dos coronéis, estas eram o parâmetro de riqueza do marido, pois quanto mais luxuosas e caras eram suas roupas e acessórios, tanto mais indicava-se que tamanha era a riqueza do marido. Estas damas, apresentadas nas rodas sociais, refugiavam-se nos palacetes e viviam cercadas de criadas, desenvolvendo atividades fúteis. Enquanto isso, os coronéis se fascinavam com as perfumadas prostitutas, provenientes da França.

Como fruto do fastígio, a cidade recebe alguns benefícios: instalação de iluminação pública, asfaltamento e calçamento de ruas, reparos em pontes, implantação dos serviços de telefonia e fornecimento de água, além da construção de alguns prédios e monumentos, ícones do fausto, como a Alfândega, o Porto de Manaus e o Teatro Amazonas. Só este último custou aos cofres públicos um total de quatrocentas mil libras esterlinas.

O monopólio da borracha da Amazônia será quebrado na década de 1910, quando as produções asiáticas ultrapassam a produção amazônica. Como se sabe, o inglês Henry Alexander Wickham, através de uma operação de biopirataria, levou para a Inglaterra 70.000 sementes de seringueira, as quais foram tratadas em estufa e, posteriormente, transferidas para o sudeste da Ásia, que possuía um clima equiparado ao amazônico, permitindo o florescimento das mudas e a transformação em seringais organizados. Com isso, destaca

⁷ O Porto de Manaus tem relação histórica com a cidade de Manaus, sendo importante para a economia local, já que por ele escoavam produtos e chegavam pessoas, mas também para a vida social, por ter se firmado como espaço público para o protagonismo de novas e antigas relações sociais. A cidade e o rio estão em proximidade e complementariedade. É óbvio que isto diz respeito à realidade do limiar do século XIX e alvorecer do século XX, haja vista que, nos dias atuais, o Porto continua sendo importante para a vida econômica da região, mas não com a centralidade de outrora. E, quanto à vida social, o Porto não possui o mesmo destaque e brilho dos tempos pretéritos, considerando que a sociedade amazonense contemporânea estabeleceu novos espaços sociais.

Oliveira (2003), os países asiáticos passam a produzir uma seringa de melhor qualidade e menor custo e, aos poucos, controlam o mercado mundial.

Após os reluzentes anos de prosperidade e riqueza propiciados pela economia gomífera, a cidade de Manaus das décadas de 1940 e 1950 mergulha num longo período de ostracismo econômico, realidade que se modificará substancialmente a partir da década de 1960, com a implantação da Zona Franca de Manaus.

O Projeto Zona Franca de Manaus se estabelecerá como combustível importante para a economia regional, mas, para chegar à sua consecução trilhará um longo trajeto. Quanto à sua gestação, Batista (1976) salienta que o então deputado federal do Amazonas Francisco Pereira da Silva – representando um ideal do Estado brasileiro e de um grupo da elite brasileira – apresentou um projeto de lei que propunha a criação da Zona Franca, de modo a facilitar o movimento de importação e exportação, tão familiar aos grupos econômicos existentes. Apesar de ter sido aprovado o projeto de lei, seu funcionamento só se dará dez anos depois, no período da Ditadura Militar. Aliás, a regulamentação da Zona Franca é datada de 1960, a qual se configuraria como um entreposto de recebimento e dispensação de mercadorias estrangeiras para os países vizinhos, os quais também a utilizariam para escoar suas produções, o que acabou não vigorando.

Já no período inicial do regime militar, vê-se fortificar o argumento de que a Amazônia era um vazio demográfico, uma das maiores áreas desabitadas do mundo, necessitando da intervenção do Estado e do empresariado nacional, de maneira a garantir a ocupação do território e a integração da região amazônica ao processo de desenvolvimento brasileiro e, conseqüentemente, assegurar a soberania nacional, ideal expresso no lema do Projeto Rondon: “integrar para não entregar”, que se manifesta como uma necessidade veemente para a própria segurança nacional.

Como argumenta Oliveira (1988), a Operação Amazônia⁸, de 1966, erige-se neste campo fértil, em que o próprio poder público conclama a classe empresarial brasileira a voltar seus interesses para a Amazônia, sendo esta uma área “tão virgem quanto rica”, propícia para a construção de novos negócios.

Nesse mesmo espírito, sob a égide do desenvolvimento regional e da integração da Amazônia ao restante do país, no período do *milagre econômico*⁹, o projeto de lei de autoria do deputado Francisco Pereira da Silva se materializará, mesmo que com um outro formato. No dia 28 de fevereiro de 1967, o presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco reformulará a Zona Franca, através do Decreto nº 288, permitindo o seu funcionamento por um período de 30 anos, objetivando a promoção do desenvolvimento do interior da Amazônia (BATISTA, 1976).

No mesmo ano, no mês de agosto, o projeto entra em funcionamento, sendo possível visualizar a instalação de várias empresas industriais, casas comerciais com franquias para importação de produtos, bem como a organização de um sistema de comercialização de produtos com o mercado nacional e internacional.

Pensar a implantação da Zona Franca implica, necessariamente, compreendê-la dentro de um processo mais amplo de expansão do capitalismo, como bem expressam Batista (1976) e Pinto (1987). Usar tão-somente o discurso de desenvolvimento regional chega a ser

⁸ Conforme Oliveira (1988), em dezembro de 1966, num cruzeiro pelo Rio Amazonas, no navio Rosa da Fonseca, em reunião com empresários do Centro-Sul do país, o governo militar – representado pelo ministro João Gonçalves de Souza – inicia uma série de ações almejando o desenvolvimento da região amazônica, oportunidade em que o Estado brasileiro solicitava o apoio da classe empresarial no sentido investir na região, visto ser cheia de oportunidades, com grande expectativa de retorno financeiro e propícia à ocupação, a qual deveria ser realizada por brasileiros. Até então, a Amazônia era considerada um vazio demográfico, devendo ser ocupada, inclusive como medida relevante para garantir a soberania nacional. A Operação Amazônia é delineada nesta reunião, sob a bandeira do nacionalismo, sendo uma estratégia importante para integrar a região amazônica ao restante do país.

⁹ Assim chamado o período de 1968 a 1974, em que o Brasil vivenciou um intenso crescimento econômico, resultante da política econômica e dos grandes investimentos do regime militar, com vistas à industrialização e inserção do país no rol dos países ditos desenvolvidos. Verifica-se, nesta época, o aumento dos investimentos estrangeiros, bem como investimentos estatais, custeados por recursos financeiros provenientes de instituições internacionais de crédito. A estratégia se mostra prodigiosa por algum tempo, mas é comprometida, à medida em que o desenvolvimento econômico brasileiro se dá de forma dependente do capital estrangeiro, o que inviabiliza sua evolução e contribui para a decadência do período chamado de “milagre brasileiro” (BRUM, 1991).

ingenuidade ou hipocrisia, haja vista que o modo de produção capitalista cria-se e recria-se permanentemente, demandando a estruturação de novas formas de obtenção de lucros.

Batista, em *O Complexo da Amazônia* (1976), dedica uma seção inteira para discutir a Zona Franca, pontuando aspectos positivos e negativos, que mais à frente retomaremos para encorpar a discussão sobre urbanização de Manaus. A seção intitulada “Manaus, uma nova *Hong-Kong*?” discute como se deu a edificação do Projeto Zona Franca de Manaus e a própria justificativa para a sua criação, referenciando-se em estudos da geógrafa Irene Garrido Filha, de 1971.

Aspecto importante a ser considerado na compreensão sobre a criação da Zona Franca diz respeito à própria implantação das outras zonas francas e portos livres existentes no cenário mundial. Com exceção de Hong-Kong, situada na China, onde o processo de industrialização se deu por uma necessidade de sobrevivência, ainda que a produção fosse realizada de forma manual, com baixos custos e baixa qualidade para possibilitar a inserção na dinâmica do mercado internacional; nos outros casos, o estabelecimento dessas zonas francas e portos livres se justifica não por uma necessidade interna dos países onde estes estão localizados, mas do próprio capitalismo internacional, no sentido de ampliar seus domínios através da instauração de bases industriais nos países ditos subdesenvolvidos, possibilitando a hegemonia das potências imperialistas (GARRIDO FILHA apud BATISTA, 1976).

Corroborando esta concepção, Pinto (1987) apregoa que, mesmo que figurasse entre alguns a idéia de criação de uma zona franca, ainda assim sua concretização não se justifica por isso, considerando que essas áreas já vinham sendo implementadas pelo capitalismo internacional, como estratégias para o aumento progressivo de sua margem de lucros, garantindo, com isso, sua perenidade.

No caso de Manaus, vê-se nascer uma área de incentivos fiscais que incita as empresas industriais estrangeiras, já alocadas em território nacional, a migrarem para a região

amazônica em busca dos inúmeros benefícios oferecidos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), autarquia ligada ao Ministério do Interior, cunhada para viabilizar e gerir “um centro industrial e agropecuário com a meta de integrar a Amazônia ocidental ao restante do país” (OLIVEIRA, 1988, p. 38-39). Dentre esses estímulos fiscais, o autor menciona a isenção de impostos, como o imposto sobre produtos industrializados, imposto de circulação de mercadorias e imposto de importação e exportação.

Além desses incentivos, uma outra motivação para instalação dessas indústrias multinacionais em meio à floresta amazônica concerne à disponibilidade de trabalhadores para atuarem nestas indústrias a baixos custos, o que favorece a busca incessante de lucros, força motriz do capitalismo, lucros estes produzidos à custa de mais-valia absoluta, extraída do tempo excedente de trabalho da classe trabalhadora, idéia clássica da economia tão presente no pensamento marxiano.

Pinto (1987) ressalta que a baixa remuneração dos trabalhadores é fato, o qual acaba por baratear o processo produtivo. Com isso, o que se identifica é que essas empresas têm deixado de investir na produção em seus próprios países, o que incidiria em altos custos, para aplicar seus investimentos na montagem de produtos nos países periféricos, como o Brasil, já que, nesta empreitada, os lucros são maiores e os gastos menores, possibilitando a acumulação e reprodução do capital.

A implantação das zonas francas dá-se, justamente, em países que, historicamente, têm um vínculo de dependência econômica em relação às potências imperialistas, o que nos remete à discussão proposta por Souza (2003), em termos de uma atualização do colonialismo, ou melhor, da difusão de um neocolonialismo, no qual o Projeto Zona Franca se inscreve como um vagão, a reboque dos interesses internacionais.

Decorridos alguns anos de funcionamento da Zona Franca de Manaus, é possível pontuar avanços e retrocessos que permeiam a vida de Manaus e de seus moradores. É

inegável que Manaus se modernizou, se desenvolveu economicamente, cresceu demograficamente e expandiu seus limites urbanos. Contudo, não podemos deixar de salientar que, acompanhando este surto de crescimento econômico, criam-se novos e recriam-se antigos problemas sociais.

Entre os aspectos positivos produzidos pela criação da Zona Franca, pontuados por Batista (1976), podemos, entre outros, mencionar: criação de empregos nas áreas de comércio e indústria, aumento da economia no setor secundário, ampliação dos meios de transportes e comunicação existentes, intensificação do turismo, incremento da receita tributária da cidade de Manaus, infra-estrutura urbana em algumas áreas da cidade.

De acordo com o pesquisador Brasilmar Ferreira, citado por Pinto (1992), se avaliássemos a Zona Franca, unicamente sob o prisma do capitalismo, com certeza, o resultado apresentado indicaria êxito, a julgar pela formação de um setor industrial moderno, produção de empregos, integração da região amazônica à dinâmica econômica do país e ao mercado interno etc.

Contudo, é preciso reconhecer que o Projeto Zona Franca não se reverteu em fator de promoção social para a população de Manaus, tendo em vista não ser possível sinalizar melhorias significativas à vida da população. Ao contrário, propaga-se a pobreza, o aumento da criminalidade, a falta de condições salubres para os moradores, ausência de segurança, sem contar o aviltamento da vida humana e da própria cidade, sob os aspectos urbanísticos e arquitetônicos. Por isso, assevera Salazar (1992, p. 125-126):

não estamos afirmando aqui que a Zona Franca de Manaus não trouxe benefícios para ninguém. Demonstramos apenas que ela não os trouxe para a maior parte da população. A organização da produção e a distribuição da riqueza se faz [sic] de modo que apenas uns poucos desfrutem dos seus benefícios e os contornos mais visíveis dessa situação apontam claramente para o acirramento do contraste entre a riqueza e a miséria.

Por falar em modificações produzidas em Manaus, a partir da Zona Franca, Pinto (1987) é categórico ao argumentar que a mais significativa é, inegavelmente, o crescimento da população urbana, o que acaba por demandar a ampliação dos serviços sociais básicos – saúde, educação, sistema de transportes etc.

Arelada a essas transformações, é possível identificar, também, a emergência de uma série de problemas sociais. Aliás, questão esta já sinalizada por Batista (1976), o qual menciona o forte êxodo do interior para a cidade, constituído por pessoas com baixa ou nenhuma qualificação para o mercado de trabalho, além de prevalecer o analfabetismo ou semi-alfabetização, criação de periferias, aumento da marginalidade, surtos epidemiológicos, proliferação da prostituição masculina e feminina, dentre outros males.

Parece paradoxal que, no mesmo campo, como joio e trigo, cresçam juntos a riqueza e a pobreza, o progresso e o atraso, o surto de empregos e a precarização da vida humana, na medida em que a Zona Franca, ao propiciar a ampliação de diferentes setores da economia como indústria, comércio e serviços, favorece a proliferação de empregos à população manauara e imigrante, mas, por outro lado, intensifica um processo de crescimento urbano, sobretudo do ponto de vista demográfico, que se dá em meio a uma realidade de insuficiência de infra-estrutura urbana para acolher a crescente massa de trabalhadores que se dirigem à capital em busca de melhorias de vida, denominada por Pinto (1987) como superpopulação relativa, considerando que este Projeto não se fez acompanhar por uma política de urbanização e de desenvolvimento campo/cidade.

Para abrigar o conjunto de indústrias no Distrito Industrial, localizado na zona leste da capital, foi criado todo um aparato urbano (infra-estrutura), ou seja, serviços de abastecimento de água, luz e telefone, bem como asfaltamento e alargamento de ruas, construção de canteiros, sarjetas, instituição de policiamento e outros benefícios. Em contrapartida, a população, que congrega os próprios trabalhadores do Pólo Industrial, além dos

desempregados e sub-empregados, é relegada a viver em áreas de periferia, designadas por Souza (2003) como “imundas favelas e guetos dos retirantes do interior”. Nesse sentido, Pinto (1987) advoga que “Manaus apresenta um quadro social marcado pelo desemprego e sub-emprego, com enorme população marginalizada econômica, cultural e politicamente, vivendo em condições críticas, nas incontáveis favelas que envolvem seu núcleo urbano” (p. 32).

A partir da década de 70, com as inúmeras transformações resultantes do processo de modernização da cidade de Manaus, esta se converteu em centro da economia amazonense, que, até então, estava distribuída no interior do Amazonas, em função da atividade extrativista. Impulsionado pela agitação da economia e pela ilusão do progresso, o homem do interior vê na capital a possibilidade de melhorar suas condições de vida e de trabalho, já que, como se dizia, “o dinheiro corria com fartura e facilidade” e, com isso, migra para a cidade, fazendo com que o Estado do Amazonas se depare com duas realidades: de um lado, o esvaziamento do interior e, do outro, o inchaço da capital. (SALAZAR, 1992).

O mais paradoxal é que o Projeto Zona Franca, que entra em vigor em 1967, se propunha a desenvolver o interior da Amazônia, o que, nem de longe, chegou a acontecer, tendo em vista que a produção no campo continuou sendo realizada em estrutura familiar e, de um modo geral, para a subsistência. Se observarmos com atenção, veremos que a população urbana do Estado do Amazonas, desde a década de 1970, só cresceu, principalmente na capital do Estado, enquanto que a área rural, que deveria ter se desenvolvido, passou a registrar uma disparidade em relação à área urbana do Estado (**quadro 1**), visto que grande número de seus habitantes migrou para as áreas urbanas, sobretudo para a cidade de Manaus, em busca da vida melhor a ser propiciada pela Zona Franca de Manaus.

Situação do domicílio	População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	955.203	1.430.528	2.103.243	2.817.252	100	100	100	100
Urbana	406.052	856.716	1.502.754	2.111.246	42,51	59,89	71,45	74,94
Rural	549.151	573.812	600.489	706.006	57,49	40,11	28,55	25,06

Quadro 1 – Evolução demográfica do Estado do Amazonas – de 1970 a 2000
 FONTE: IBGE, Censo Demográfico.

O desenvolvimento do setor agropecuário, que se daria através dos distritos agropecuários, não atingiu o interior, como reconhece Benchimol (1997). Com isso, o homem interiorano toma a difícil decisão de vir para a cidade, tentar uma vida melhor, mas defronta-se com uma série de exigências para sua inserção no mercado de trabalho e, inclusive, com a obrigatoriedade de modificar seus modos de vida, para poder adaptar-se à cidade.

Esse forte movimento de migração unidirecional, ou seja, da zona rural em direção à zona urbana, é discutido por Sorokim, Zimmerman e Galpin (1986), os quais indicam que, quase sempre, as comunidades rurais consentem mais com a saída de seus membros da comunidade e da ocupação profissional do que com a entrada de pessoas vindas das cidades ou de outras ocupações. Nesse movimento, os moradores de procedência rural, antes proprietários de seus próprios instrumentos de trabalho, tornar-se-ão proletários urbanos, geralmente inaptos para as atividades econômicas do mundo urbano. Aliás, com poucas iniciativas na área rural, grande contingente populacional prefere tentar a sorte nas grandes cidades, agravando os problemas sociais já vivenciados pelo *mundo moderno*.

É notório que a migração representou uma variável importante no processo de ocupação da cidade, a julgar pelo fato de que muitas pessoas provenientes do interior e até mesmo de outras partes do Brasil, especialmente dos estados das regiões norte e nordeste, não possuindo qualquer qualificação profissional e desprovidas de recursos financeiros, vêm-se

impulsionadas a ocupar as margens dos igarapés e invadir áreas particulares, notadamente nas direções norte e leste de Manaus.

O crescimento demográfico da cidade gerou uma série de problemas sociais numa cidade que possui poucos equipamentos sociais. Dos problemas sociais que a cidade de Manaus vivencia, podemos elencar: proliferação de favelas a uma velocidade assustadora, inclusive nos bairros mais antigos e tradicionais da capital, aumento indiscriminado de invasões nas áreas norte e leste da cidade, elevação dos níveis de marginalidade, poluição dos igarapés, construção de casas em áreas de risco, insuficiência do sistema de transporte coletivo para atender aos usuários, inexistência e/ou deficiência de saneamento básico, precariedade dos serviços de saúde, educação e assistência social, trabalho precarizado (sem qualquer tipo de proteção social), desemprego em massa, subemprego.

Refletir acerca do Projeto Zona Franca de Manaus e seus reflexos para a vida da população implica situar o contexto sócio-histórico em que se desenvolve o Puraquequara, o que se dá em meio ao processo de urbanização de Manaus, numa dinâmica de expansão da cidade, seja econômica, cultural, social, geográfica, demográfica.

Aliás, em termos demográficos, desde o século XIX – conforme registram os dados oficiais – a população de Manaus tem crescido progressivamente. Mas, em nenhum momento de sua história, registrou-se um salto quantitativo tão grande, quanto a partir da década de 1970, notadamente, período que se segue à implantação da Zona Franca de Manaus (**quadro 2**).

Cidade	01.09. 1872 (1)	31.12. 1890 (1)	31.12. .1900 (1)	01.09 1920 (1)	01.09. 1940 (1)	01.07. 1950 (1)	01.09. 1960 (1)	01.09. 1970	01.09. 1980	01.09. 1991	01.08. 1996	01.08. 2000
Manaus	29 334	38 720	50 300	75 704	106 399	139 620	173 703	311 622	633 392	1 011 501	1 157 357	1 405 835

Quadro 2 – Evolução demográfica da cidade de Manaus – de 1872 a 2000

FONTE: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, [1872] - 1930; Censo demográfico 1940-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 -2001; Contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

O Puraquequara – bairro da zona leste de Manaus (**Figura 1**) – cujas origens nos remetem aos vinte primeiros anos do século XX, está situado justamente numa das áreas de maior crescimento demográfico e, conseqüentemente, de emergência de várias expressões da questão social. Portanto, fazer esse resgate ajuda-nos a perceber o Puraquequara – lócus da pesquisa – a partir de uma compreensão de totalidade, onde se deve considerar o conjunto de determinantes históricos, econômicos, políticos e sociais que desencadearam a edificação deste mundo particular.

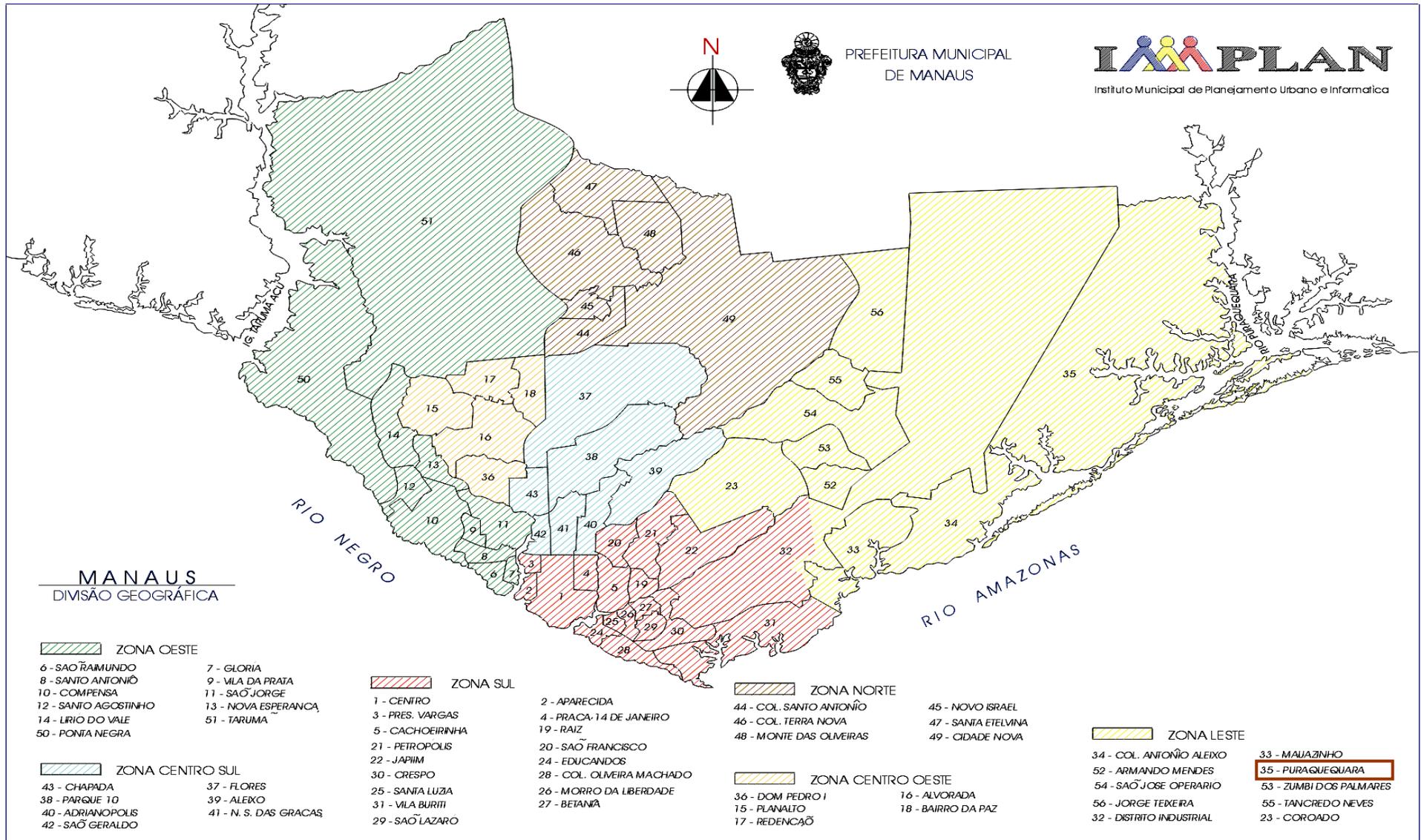


Figura 1 – Divisão Geográfica do Município de Manaus por bairros e zonas
 FONTE: IMPLAN, 1996.

1.3 A CONFIGURAÇÃO SOCIAL DO PURAQUEQUARA

Estamos aqui divididos entre campo e cidade. Estamos no meio (FMS, Pesquisa de campo, 2005).

Com a expansão do capitalismo e a concentração da economia em centros urbanos, nos deparamos com um processo acelerado de transição da vida própria da zona rural para a zona urbana e, por assim dizer, nota-se um movimento corrosivo de sobreposição da cidade em relação ao campo. Com isso, populações inteiras, impulsionadas pela idéia da abdicação do *atraso*, abandonam atividades milenares, próprias da zona rural, como agricultura, caça e pesca, começando a realizar atividades próprias dos centros urbanos. O que se vê são modificações nos próprios modos de vida dessas populações¹⁰, agora obrigadas a buscar outras alternativas de vida e sobrevivência.

No caso do Puraquequara, cujas origens remontam ao início do século XX¹¹, observa-se que os fatores de ordem natural, social e econômica foram determinantes para as mudanças geográfica, cultural e econômica ali impetradas. Alterou-se o lugar¹² da morada da várzea¹³ para a terra firme¹⁴; a economia baseada na agricultura passa a dar espaço às práticas comerciais e às ocupações profissionais próprias do mundo urbano; as relações sociais antes afiançadas na solidariedade e proximidade passam a ceder espaço à preocupação com as necessidades individuais ou exclusivas de uma família, não mais da comunidade como um todo. Nesse sentido, afirmam Ferraz e Gonçalves (1998):

¹⁰ Fenômeno sinalizado por Oliveira (2000), quando este afirma que, ao longo dos anos, foram se processando modificações na cultura, principalmente em termos de hábitos e costumes, o que resultou na construção de novas mediações nas relações sociais, as quais afetam os modos de vida, entendidos na dinâmica de produção e reprodução da vida, “em que homens enquanto seres sociais produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural” (p. 21).

¹¹ Conforme Ferraz (1998), a migração de famílias do interior do Estado para o beiradão do Rio Amazonas, por volta de 1920, marca os primórdios do Puraquequara, como exporemos a seguir.

¹² Segundo Tuan (1983), os homens recobrem o mundo de significados e, com isso, atribuem subjetividade e afetividade à casa, a rua, a vila, o bairro.

¹³ Terra fértil, propícia à prática da agricultura, inundável de dezembro a abril (enchente) e maio a julho (cheia).

¹⁴ Terreno mais alto, não atingido pelas inundações, que se inscrevem no ciclo dos grandes rios da Bacia Amazônica.

Ocurrió um rápido y continuo proceso de modificación de las estructuras económicas y sociales, con alteraciones en el modo tradicional de vida: paso de la actividad agrícola y de pesca al predominio de la actividad comercial de fines de semana (bares y restaurantes) (...) estimulando el parcelamiento del suelo y la venta de lotes; aumento del costo de vida (terrenos y productos locales más caros que en el mercado de Manaus); disminución de la productividad agrícola (lo que podría servir como detonante para el consumo de alimentos industrializados); modificación en los hábitos alimenticios; surgimiento de nuevas enfermedades; modificaciones en la organización social, anteriormente basada en la familia extensa y en el parentesco; disminución de la cohesión de la comunidad; modificaciones de los valores y espiritualidad; facilidad y rapidez de transportes; mayor acceso a los servicios de salud; circulación de visitantes y turistas en los fines de semana; ampliación del sistema escolar, que pasa a ofrecer cursos desde quinto hasta octavo año; y posibilidad de trabajar en otros barrios (p. 22).

Esta assertiva revela que alterações significativas se processaram no Puraquequara e na vida de seus moradores – o que procuraremos explicitar ao longo do trabalho. Ora, em se tratando de área da cidade de Manaus que protagonizou e ainda vivencia um processo de urbanização, atitudes do poder público são exigidas em termos de construção de um aparato urbano, que, ainda que insuficiente, contribui para a modificação do ambiente natural e construção de um mundo perpassado pela artificialidade.

Aos poucos, as casas de madeira e palha abrem caminho para as casas de alvenaria, as canoas feitas de madeira aos botes de alumínio, o barco ao ônibus, o rio à estrada, a lamparina à energia elétrica, enfim, o rural ao urbano¹⁵. É patente que a agricultura – atividade característica da vida rural segundo Sorokim, Zimmerman e Galpin (1986) – já não ocupa lugar de centralidade na dinâmica da vida dos moradores, que agora buscam no comércio, na construção civil, na indústria, meios de manter suas necessidades básicas.

O Puraquequara, enquanto espaço da vida e, portanto, uma construção eminentemente humana, como ensina Oliveira (2000), precisa ser considerado sob a ótica de seus

¹⁵ É claro que podemos encontrar em áreas rurais a presença de luz elétrica, de água encanada, de motor a diesel, sem que isso seja o indicativo de que seus moradores abandonaram os modos de vida rurais ou que o rural tenha se convertido em urbano. Contudo, no caso do Puraquequara, esses elementos mencionados nos ajudam a compreender a coexistência de duas dinâmicas de vida, que convivem no mesmo espaço, que são, exatamente, o rural e o urbano, sendo importante perceber que, a partir da década de 1970, no Puraquequara, o urbano tem insistido em se fazer hegemônico.

construtores, ou melhor, moradores. Esse espaço¹⁶ habitado, na atualidade, reflete e é o reflexo de um processo de produção e reprodução da existência de seus moradores, os quais, ao longo da história, precisaram (re)inventar a vida e os modos de vida para atender às condições do ambiente, da cultura e do trabalho.

Para compreender como as transformações na configuração geográfica, humana e social do Puraquequara são percebidas por seus moradores, as representações sociais se apresentam como caminho que precisa ser trilhado para entender o processo de edificação dos valores, sentimentos e percepções acerca do Puraquequara.

Box 1

REPRESENTAÇÃO SOCIAL

As representações sociais são formas de conhecimento, que se erigem como fruto de uma relação simbiótica entre os sujeitos sociais, bem como com mundo natural, produzindo um conjunto de saberes sobre si mesmos, como indica Jovchelovitch (1994). A esse respeito, Jodelet (2001) argumenta que os homens, ao longo da vida, criam um sistema de interpretações para lidar com o mundo que os cerca e com os outros homens, permitindo o estabelecimento de consensos e significados compartilhados socialmente.

Jovchelovitch (1994) advoga que, para enfrentar um mundo dinâmico, os homens desenvolvem representações sociais que, embora os pertençam e expressem aspectos de suas individualidades, constituem uma construção que transcende as consciências individuais e contribuem na formação da vida social de uma comunidade.

¹⁶ Aqui entendido, nos termos propostos por José Aldemir de Oliveira (2000), como “lugar geográfico da ação”, onde se desenvolvem atividades individuais e coletivas, é o lugar das “experiências materiais, religiosas e culturais”. Nesse espaço, o homem produz e reproduz a vida social e material, firmando uma relação dialética com o meio natural.

De modo a apreender as representações sociais dos moradores, julgamos o processo de linguagem como matéria-prima, que, segundo Minayo (1994), é também uma forma de conhecimento e articulação com a sociedade. Para a autora, “as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais” (p. 108).

Através da linguagem oral é possível obter um conjunto de conhecimentos, em vão procurados nos escritos e, além do mais, esta possibilita, de acordo com Queiroz (1991), a investigação junto aos diferentes grupos sociais, mesmo que estes não dominem o processo da escrita. Por meio de entrevistas, acessamos à *informação viva*, aos *arquivos orais*, nos quais encontramos memórias e conhecimentos que tendem a ser perdidos no tempo.

Histórias de pessoas e lugares se perdem por falta de registros. No caso do Puraquequara, poucos escritos são encontrados, requisitando a consulta aos *arquivos orais*, que permitem rememorar a história da origem, desenvolvimento e configuração atual do Puraquequara.

O nome atribuído ao bairro se deve ao fato do mesmo estar situado à margem esquerda do Lago do Puraquequara, do qual herdou o nome, que, por sua vez, remete-nos à relação do homem com o lago, com a natureza, sendo esta fonte de vida, de trabalho, de subsistência. Ora, desde os primórdios do século XX os homens e mulheres no Puraquequara têm vivido no e a partir do lago, o qual, de acordo com os relatos dos moradores, era habitado por grande quantidade de peixe poraquê.

Em seu Dicionário da Língua Portuguesa, Ferreira (1986) indica que o nome poraquê tem sua origem na língua tupi *pora'kê*, que quer dizer o que faz dormir, o que entorpece. Define-o como peixe da família dos electroforídeos, também conhecido como peixe-elétrico ou enguia-elétrica, muito comum na região amazônica, que tem a capacidade de emitir

“descargas elétricas, como arma de defesa e também para aturdir os peixes dos quais se alimenta. Tem o hábito de vir periodicamente à tona para engolir ar” (p. 1366).

A moradora MSS relata que existe uma lenda dos moradores, através da qual se costumava dizer que, àquela época, era muito comum a presença de grande número do peixe poraquê, o qual ficava exposto ao sol, *quarando* e, assim, formou-se o nome do lugar¹⁷: *poraquê + quara = Puraquequara*. Em suas palavras: “antigamente, tinha muito puraqué, mas muito puraqué mesmo. Então, eles ficavam quarando na pontezinha que ficava atravessando o igarapezinho e, assim, ficou esse nome Puraquequara” (Pesquisa de Campo, 2005).

A moradora TMV – uma das mais antigas, que nasceu e vive no Puraquequara há 71 anos – também afirma que o nome se deve à presença do peixe poraquê, dizendo:

quando eu me entendi no mundo, aí o papai já morava no Puraquequara. A gente perguntava: “papai, por que que a gente chama Puraquequara, hein?” Porque tem muito puraqué. Então, eu já depois de casada, eu me lembro que, de madrugada, meu marido se levantava quando o rio estava cheio, aí ouvia aquela zoadá, pensava que tinha caça que atravessava pra lá pra várzea onde a gente morava. Aí, ele ouvia aquele barulho e pensava que era caça, mas era cardume de puraqué. A gente pegava choque, quando a gente era garota, que atravessava o igarapé pra cá, que vinha pra cá pra terra firme. Aí, a gente pegava choque. Quando chovia e dava a enxurrada, a gente pegava choque (Pesquisa de Campo, 2005).

Ferraz (1998) pontua que, por volta da década de 1920, identifica-se a fixação dos primeiros habitantes em área de várzea, às margens do Rio Amazonas, conhecido pelos moradores como o *beiradão do Rio Amazonas* (**figura 2**), sendo que, em 1960, já era possível perceber a presença de uma pequena comunidade. Mais precisamente, Ferraz e Gonçalves (1998) defendem que a comunidade surgiu em 1918, a partir da chegada de 15 famílias oriundas do interior do Estado ou de localidades próximas, as quais passaram a viver na

¹⁷ Aqui o termo lugar é usado como sinônimo de localidade que, por sua vez, atrela-se à compreensão de comunidade. A comunidade, como propõem MacIver e Page (1973), pressupõe a ocupação de uma área territorial.

região. A partir dos relatos, captamos que os habitantes da área trabalhavam em agricultura, pesca e caça, atividades que ainda permaneceram hegemônicas por algum tempo, mesmo quando os moradores da várzea migraram para a terra firme.



Figura 2 – Área de várzea, onde habitaram os primeiros moradores do Puraquequara
FONTE: COELHO, 2006.

Santos (1999) e Ferraz (1998) ressaltam que, a partir do ano de 1968, a influência da Igreja Católica, mais especificamente da freira belga Irmã Gabrielle Cogels, da Congregação das Franciscanas de Maria, será determinante para a configuração do lugar, que passa a atuar não somente como missionária, mas, sobretudo, como articuladora e organizadora dos moradores na melhoria de suas condições de vida. Reiterando esta aceção, o morador WBP destaca que,

o Puraquequara aumentou depois que veio uma irmã para cá, que se chamava Gabriele. [...] Todo mundo morava na margem do Rio Amazonas, mas quando o rio enchia levava as casas, tudo, acabava com as plantações. O que a gente plantava lá, as casas que a gente fazia, toda enchente que vinha acabava. Chegou essa Gabriele lá e fez um centro social. Muito bonita a casa que ela fez. Trouxe dinheiro, parece que, da Bélgica. Ela veio da Bélgica para a cidade e da cidade ela foi destacada para o Puraquequara. Aí, quando a enchente veio... A primeira vez que ela fez um centro social, fez as coisas muito bonitas, mas veio uma enchente e derrubou tudo. Aí, ela ficou desgostosa. Ela perguntou dos moradores antigos se tinha alguma solução. [Então, eles disseram:] tem a terra firme aqui atrás, mas só que é mata e lá não alaga. Ela veio conhecer a terra firme para cá e foi onde ela primeiro trouxe um centro social já pra terra firme (Pesquisa de Campo, 2005).

Os ribeirinhos urbanos convergem ao relatar como era a vida na várzea, onde as constantes inundações invadiam as casas e destruíam as plantações, não sendo possível construir assoalhos mais altos para enfrentar a enchente, pois, nessa área, quando vinham os temporais, o banzeiro – agitação das águas, que ocasiona pequenas ondas – ficava muito forte e molhava tudo, obrigando a população a refugiar-se em terra firme, onde edificavam pequenas casas de palha, usadas até o período em que as águas baixavam, possibilitando o regresso à várzea.

Nesse contexto, Tocantins (1973) é categórico ao afirmar que, na Amazônia, “o rio comanda a vida”, por isso, acredita que aqui a imagem dos caminhos andantes melhor se ajusta. O homem amazônida tem profunda relação com o rio, relação de afinidade, sintonia, uma ligação dialética, talvez mística. Homem e rio se completam, se entendem.

O poeta Thiago de Mello, em *Amazonas, Pátria da Água* (2002), expressa a inter-relação entre homem e rio, entre os modos de vida e os ciclos das águas:

é o regime das águas condicionando e transformando a vida do homem amazônida ao longo das etapas do ano. Em qualquer lugar do Amazonas. Não só no interior das florestas, nas beiras dos rios. Também nas cidades e nos principais centros da região – o homem sofre os efeitos, generosos ou adversos, da subida ou da descida das águas [...] O regime das águas é um elemento constante no cálculo da vida do homem. Porque são também ciclos econômicos (p. 27).

Quando fala em ciclos econômicos, o poeta está fazendo alusão às possibilidades de subsistência e vida econômica propiciadas pelo movimento de subida e descida das águas. A vazante representa período de fartura na pesca, nas plantações e nas colheitas, tendo a várzea recebido as prodigiosas bênçãos do rio, que a favorece com sais minerais e matérias orgânicas. Por outro lado, as enchentes trazem consigo a alagação das casas, a devastação das plantações, a dificuldade na criação do gado e a escassez de peixes, mas ainda assim, o homem e o rio dialogam. O homem percebe como pode viver e sobreviver nas diversas fases do ano, nos diferentes ciclos das águas.

A partir de 1972, movidos pelas constantes cheias e o incentivo da freira belga, os moradores domiciliados na várzea começaram a migrar para a terra firme, onde firmaram suas casas e suas vidas, às margens do Lago do Puraquequara, processo que, de acordo com Ferraz (1998), se estendeu entre os anos de 1972 e 1975 – sendo este um marco divisor de águas na história do lugar – dando origem à Vila¹⁸ do Puraquequara, o que é ratificado na fala dos ribeirinhos urbanos:

Minha família morava na várzea, localizada no beiradão do Rio Amazonas. [...] Lá, morava muita gente [...] Toda vez que alagava, a água cobria o assoalho das casas, as pessoas tinham que vir para a terra firme e fazer as casinhas de palha com assoalho de paxiúba. Quando a água baixava, as pessoas voltavam novamente para a várzea [...] Com a criação do Centro Social, aos poucos, o pessoal começou a se mudar para cá. Foi assim que começou a se formar a Vila do Puraquequara (EAV, Pesquisa de Campo, 2005).

Era pouca gente. Um, dois, três... Quando tinha umas oito casas, aí você sabe que as pessoas que moram no interior... Tudo pra eles é bonito. Aí, nós passamos a apelidar por vila. Estão chamando de Vila. A gente mora na Vila do Puraquequara, mas não era vila. E de vila a gente chamava e foram conhecendo [como] vila e foi crescendo, crescendo (TMV, Pesquisa de Campo, 2005).

¹⁸ Assim denominada porque, inicialmente, era composta por pequeno número de casas. Seus moradores migraram do *beiradão* do Rio Amazonas, em área de várzea, para a terra firme, onde estabeleceram suas vidas.

O morador EAV lembra ainda que o movimento de idas e vindas das pessoas da várzea para a terra firme ocasionado pelas enchentes/cheias foi, aos poucos, deixando as pessoas desgastadas por verem suas casas e plantações destruídas, obrigando-as a fixar moradia, mesmo que temporária, em uma outra área. Em certos momentos, até era interessante viver esse processo permanente de mudança, mas, com o tempo, foi cansando: “as pessoas foram ficando aborrecidas em vir todo ano. [Mas,] o bonito da vida local era essa mudança, o ir e vir das pessoas, porque pobre não tinha nada, só a beleza da mudança” (Pesquisa de Campo, 2005).

Nos relatos da moradora RNS encontra-se muito presente o fato de que, mesmo morando na terra firme, famílias inteiras mantinham estreita relação com a várzea, onde ainda desenvolviam a agricultura e a pesca, o que veio se modificando ao longo do tempo, quando as pessoas começaram a se envolver em atividades na cidade.

Nessa discussão, faz-se extremamente pertinente a contribuição de Pierre Bourdieu, antropólogo francês, o qual em 1963 publicou um estudo sobre os trabalhadores da Argélia em meio ao processo de transição da sociedade pré-capitalista para a sociedade capitalista, resultando em modificações na forma de racionalização da vida e do mundo, bem como nas posturas diante da cultura, da economia e das relações sociais, o que, em certo sentido, assemelha-se ao que aconteceu com os moradores do Puraquequara, que deixaram o modo próprio de vida do campo, da várzea e adotam na terra firme um modo de vida mais aproximado à vida da cidade.

Bourdieu (1979) argumenta que a racionalidade capitalista busca imprimir ao homem da sociedade pré-capitalista um comportamento econômico *racional*, admoestando-o à adoção de um novo espírito, alimentado pelo cálculo e pela previsão, de modo a converter-se em homem *desenvolvido*, podendo usufruir um conjunto de benefícios propiciados pela dita

economia desenvolvida, o que se configura como mudança exógena, imposta pelo poderio imperialista do capitalismo.

Para viverem sob esse novo espírito, os homens precisam de uma “re-invenção criadora” do mundo, que não se expressa como mera acomodação ou adaptação forçada, mas como estratégia que os homens encontram para lidar com essa nova organização econômica, considerando que, a partir de então, de forma implícita e explícita, o próprio processo de educação busca conformá-los à nova racionalidade, que passa a ser a própria “atmosfera” que os nutre. É importante dizer que tal adaptação pressupõe, necessariamente, a edificação de um sistema de disposições não somente em relação à dinâmica econômica, mas em relação ao mundo¹⁹.

Tal qual a sociedade argeliana, o Puraquequara tem como desencadeantes do movimento de transição fatores exógenos, sejam os fenômenos naturais, sejam os aspectos econômicos e sociais, sejam as possibilidades de “vida melhor” propiciadas pela urbanidade na terra firme, a julgar pelos relatos que expressam forte vinculação à terra, à água, à vida na várzea, como o da moradora TMV: “a gente não usava a terra aqui da terra firme. Era só lá na várzea. Era um amor de terra lá na várzea. A gente tinha planta, tinha tudo, mas quando a alagação vinha matava tudo” (Pesquisa de Campo, 2005). Esta relação de proximidade com o mundo rural se estremeceu com o êxodo rural, mas ainda pode ser percebida naqueles que, atualmente, continuam desempenhando atividades ligadas ao mundo rural, sobretudo, relacionadas ao mundo do trabalho, como a pesca e a agricultura²⁰.

A moradora MSS argumenta que, diante das dificuldades enfrentadas pelas famílias por conta das intempéries da natureza, a figura da religiosa foi decisiva, atuando como incentivadora para que os moradores viessem para a terra firme, que seria um lugar bem mais

¹⁹ Essa discussão sobre *habitus*, nos termos de Bourdieu, será retomada no Capítulo II.

²⁰ No próximo capítulo, discutiremos melhor sobre os modos de vida e, conseqüentemente, clarificar-se-á que ainda existem elementos mediadores dessa relação rural-urbano, mas, inegavelmente, é o mundo do trabalho o principal mediador.

seguro, onde teriam possibilidade de ter uma vida melhor. Em conjunto com a comunidade, a missionária belga liderou a construção de um centro social na década de 70, que se tornou preponderante espaço social e cultural para a vida dos moradores da vila.

Aos poucos, às margens do Lago do Puraquequara, viu-se nascer a Vila do Puraquequara, composta pelos moradores que, por décadas, ocuparam o beiradão do Rio Amazonas: “na época, [...] tudo era mata. Depois que a Irmã Gabrielle conseguiu um trator e mandou derrubar esta área, aí foram sendo construídas as casas” (EAV, Pesquisa de Campo, 2005).

Não podemos esquecer que é no contexto da Zona Franca de Manaus que se dá a transição dos moradores para a terra firme, momento propício para a construção de uma “vida melhor”, com maiores oportunidades de emprego, de futuro para as crianças, com mais recursos do mundo urbano, como água encanada, energia elétrica, telefone, saneamento básico, posto de saúde, escola que atendesse o ensino fundamental etc. Sob a expectativa da melhoria da vida, os moradores do Puraquequara vêm suas vidas e seus rumos sendo guiados pelo espírito da urbanidade, uma das marcas do *ethos* capitalista. Então, observa-se que, “periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, esse movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo” (ROLNIK, 1995, p. 12).

Na compreensão de Ferraz (1998), o êxodo rural se manifesta como elemento essencial ao entendimento da constituição da Vila do Puraquequara, levando-se em consideração que a área onde se localiza a vila está nas proximidades de um lago, o que, de certa forma, permite a manutenção de um vínculo com a vida rural, tão familiar àquela população. Assim, em uma área próxima à cidade, esta população pode reconstruir sua vida e, ainda, preservar costumes e o *habitus* próprio da vida rural.

À medida que as pessoas se instalaram em uma área próxima à cidade, a partir da década de 1970, novas necessidades sociais foram emergindo como: abastecimento de energia elétrica e água, saneamento básico, serviço de telefonia e correio, criação de uma estrada de acesso ao centro da cidade e a outros bairros, asfaltamento de ruas, policiamento, serviços de saúde, escolas para crianças, jovens e adultos estudarem etc. Algumas dessas necessidades foram satisfeitas, mas outras ainda persistem como problemas que dificultam a vida de seus moradores.

É notório que a configuração atual do Puraquequara é bem diferente da que tínhamos há 30 anos, quando as pessoas migraram para a terra firme. A partir dos relatos dos moradores, alguns aparatos urbanos já se encontram disponíveis no Puraquequara, sendo, em sua grande maioria, fruto de reivindicações da própria população junto ao poder público.

Uma das primeiras edificações foi o *Centro Social e Educacional de Puraquequara*, datada por Ferraz (1998) como sendo do ano de 1972, através do qual foi possível fazer funcionar uma escola rural e um posto de saúde, a partir de convênios com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Legião Brasileira de Assistência (LBA) e entidades européias.

Ao se fixarem na área, atualmente denominada Vila do Puraquequara, os moradores direcionaram suas primeiras reivindicações no sentido de obter o abastecimento de energia elétrica e água encanada – o que só foi obtido anos depois. Quanto à energia elétrica, sua conquista deu-se em 1987, sendo o seu fornecimento, até os dias atuais, gerenciado pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM).

Segundo o ribeirinho urbano WBP, como, à época, a luz era uma necessidade, haja vista que o número de moradores havia aumentado, os moradores resolveram tomá-la como importante reivindicação e, inclusive abriram caminho para que ela pudesse chegar. Nesse sentido, afirma:

essa luz do Puraquequara, fomos nós mesmo aqui [que conseguimos] Eu ajudei muito, meu pai, meus tios, ajudei muito. Nós fazíamos picada. Passamos doze dias fazendo essa picada daqui para sair na Colônia Antônio Aleixo. A primeira picada saía daqui até a Colônia Antônio Aleixo, desviando os morros, tinha muito morro, muitos barrancos, igarapé, essas coisas assim. Nós saímos trabalhando, trabalhando até que fizemos essa picada até chegar na Colônia Antônio Aleixo. Depois dessa picada, o Gilberto Mestrinho... Foi ele quem puxou a luz pra cá. Isso com um tempo depois da picada. Uma base de uns dois ou três anos e fizeram a rede de luz do Puraquequara (Pesquisa de Campo, 2005).

Para EAV, a instalação da luz representou um grande avanço para a Vila, pois “luz é progresso” (Pesquisa de Campo, 2005). Em relação à água, por algum tempo, ainda era retirada diretamente do lago, sendo que, somente em 1992, na gestão do Governador Gilberto Mestrinho, a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) perfurou um poço, que passou a abastecer a Vila.

Por muito tempo, o ir e vir do Puraquequara rumo ao centro e outros bairros da Cidade de Manaus e vice-versa era algo muito difícil, pois o trajeto só podia ser feito através de transporte fluvial. Ferraz (1998) indica que os moradores iam de barco até a Colônia Antônio Aleixo, de onde pegavam um ônibus para poder chegar ao destino que quisessem. Para ir diretamente ao Centro, um dos moradores, que possuía um barco, fazia o transporte dos passageiros. Confirmando a dificuldade em termos de transporte, EAV afirma que, “as pessoas tinham que pegar o recreio que saía às sete e meia da manhã e chegava à Escadaria dos Remédios às nove e meia e [...] tinham somente uma hora para fazer suas compras. Se [alguém se] atrasasse 5 minutos, com certeza seria deixado para trás” (Pesquisa de Campo, 2005).

Em virtude desse problema, diz a referida autora, na década de 1980, ocasião em que se processava a ampliação do Distrito Industrial II²¹, um conjunto de moradores requisitou

²¹ No início da Estrada do Puraquequara estão alocadas algumas empresas do Distrito Industrial de Manaus, considerando que a área é compreendida como de expansão do Distrito Industrial II.

uma audiência com o Governador Gilberto Mestrinho para solicitar a abertura da estrada, sendo tal reivindicação materializada entre 1989 e 1990, cujo asfaltamento só veio em 1996.

Sabe-se, a partir dos informantes da pesquisa de Ferraz (1998), que a abertura da estrada foi feita pelos próprios moradores, já que os técnicos dos órgãos competentes afirmavam não ser possível realizar esta empreitada em função do terreno ser acidentado. O mais interessante é que, mesmo sem conhecimento técnico, os moradores abriram a picada e, posteriormente, foram enviados engenheiros via Distrito Industrial.

A autora lembra que a Prefeitura de Manaus afixou, em julho de 1997, na gestão do Prefeito Alfredo Nascimento, uma placa com os dizeres *Urbanização da Vila do Puraquequara*, que consistiu basicamente na restauração da Estrada do Puraquequara e asfaltamento de outras ruas na própria Vila, além da colocação de meio-fio. Essa *urbanização* permaneceu inconclusa, tendo em vista as muitas interrupções dos trabalhos e a própria qualidade do material utilizado para o revestimento asfáltico.

A inexistência da estrada era um complicador à vida dos moradores. A moradora MSS destaca que, por falta de oferta de educação de 5ª à 8ª série e de recursos financeiros para custear os gastos com transportes até o Centro ou outros bairros, muitos moradores ficavam repetindo a 4ª série durante anos, só para não pararem de estudar (Pesquisa de Campo, 2005).

Com a construção da estrada, segundo relatos da referida moradora, começa-se a falar do Puraquequara como bairro, apesar de existirem posicionamentos opostos. O que se observa é que o Puraquequara ganha uma outra dinâmica de vida, passando a receber mais visitantes e novos moradores, inclusive, de alto poder aquisitivo, que compravam lotes para transformá-los em sítios para lazer e descanso nos finais de semana. Na ótica de Ferraz (1998),

a estrada pode ser considerada um grande marco no processo de urbanização. Facilitou o acesso dos moradores da Vila ao centro da cidade e a outros bairros, promovendo maior acesso a bens e serviços. Entretanto facilitou, por outro lado, um

rápido e contínuo processo de modificação das estruturas econômicas e sociais, passando da atividade agrícola e pesqueira ao predomínio da atividade comercial de fins de semana (bares e restaurantes); o aumento da demanda por terrenos e moradias, estimulando o parcelamento do solo e a venda de lotes; diminuição da produtividade agrícola; modificação nos hábitos cotidianos, o modo de vida²², as relações de vizinhança (p. 73).

Questionados acerca dos serviços públicos existentes, os ribeirinhos urbanos foram categóricos ao afirmar que o que dispõem é a Casa do Programa Médico da Família, o posto de saúde e a escola municipal de ensino fundamental (São Sebastião). Quanto à Casa do Médico da Família, o morador FMS relata que há constante falta de medicamentos e que nem todo dia tem um médico para atender a população. O posto de saúde está em reforma há anos, sem previsão para conclusão. No que tange à educação, o grande questionamento dos moradores diz respeito à não oferta de ensino médio, que constitui um problema para quem quer continuar estudando. A esse respeito, existem duas falas divergentes:

A escola atende somente até a 8ª série do Ensino Fundamental [...] [Quem quer continuar estudando] tem que se destacar para o centro da cidade, porque não tem escola de Ensino Médio aqui e, segundo eu sei, como aqui é do município, o Estado não pode fazer nada (EAV, Pesquisa de Campo, 2005).

Foi feita uma listagem de alunos que não completaram a lotação de duas salas de aula e as autoridades da educação exigem no mínimo três salas devido à lotação de professores. Acredito que, na atual realidade, já existem números suficientes que atendam à demanda solicitada e, sendo assim, num futuro teremos uma escola de ensino médio (MSS, Pesquisa de Campo, 2005).

Por conta da afirmação de que há pouca oferta de serviços básicos, indagamos acerca das principais necessidades do Puraquequara, obtendo consenso discursivo em torno de algumas delas, como a falta de segurança pública, limpeza pública e o precário atendimento à

²² A discussão sobre as modificações nos modos de vida constitui matéria-prima para a construção do Capítulo II. Por enquanto, continuaremos discutindo as conquistas e as necessidades em torno da infra-estrutura urbana.

saúde. No tocante à saúde, o morador FMS salientou que, por se tratar de uma área distante, há a necessidade da implementação de um posto de pronto-atendimento que funcione 24 horas, pois é extremamente difícil se deslocar para um outro lugar para receber socorro médico. Além do que nem ao menos uma ambulância se tem disponível no bairro.

O ribeirão urbano FSL mencionou que a distribuição da água ainda é um problema, havendo, de vez em quando, interrupções no abastecimento, por problemas na bomba d'água, além da inexistência de programas, projetos e/ou iniciativas para a geração de emprego e renda. A esse respeito, EAV denuncia a carência de incentivo dos governantes e a necessidade de melhoria do sistema de transporte coletivo. FMS reconhece que é preciso trabalhar numa perspectiva de educação ambiental para possibilitar a proteção do meio ambiente (Pesquisa de Campo, 2005).

Apesar de pontuarem vários problemas e carências, os ribeirinhos urbanos indicam que pouca iniciativa tem havido por parte da população, no sentido de exigir do poder público o atendimento a essas necessidades, destacando alguns empecilhos à organização popular, como a desunião entre os moradores, a acomodação e a pouca representatividade de sua associação de moradores.

No que concerne à ampliação do Puraquequara e à introdução de um maior contingente humano, dois fatos são citados como preocupantes, na medida em que acarretam ou acarretaram problemas e/ou modificações na vida dos moradores. O primeiro diz respeito ao assentamento de várias famílias na Vila do Puraquequara em 1998 e o outro à criação da Penitenciária no Ramal da Bela Vista, parte do bairro Puraquequara.

Ferraz (1998) ressalta que, no ano de 1998, a Prefeitura Municipal de Manaus deslocou 180 famílias para a Vila, inclusive, fornecendo materiais para a construção das casas. A idéia não foi bem recebida pelos moradores que, de acordo com a autora, julgaram o assentamento como uma *invasão*. O morador EAV ratifica essa assertiva, destacando que os

moradores antigos não concordaram com o assentamento e ainda fizeram um bloqueio, na tentativa de impedir a instalação desse número elevado de pessoas, mas acabaram não obtendo êxito. O resultado disso foi o estabelecimento de certa divisão: de um lado, os moradores antigos e, do outro, os que haviam sido assentados (Pesquisa de Campo, 2005).

Com o passar do tempo, a relação entre antigos e novos moradores foi se tornando mais amistosa, ainda que seja marcada pela superficialidade e impessoalidade, características próprias das relações sociais nos aglomerados urbanos. Não é perceptível qualquer clima de contenda ou reconhecida segregação. Contudo, os antigos moradores não deixam de destacar que aquele vínculo de vizinhança, compadrio, solidariedade se dá entre os antigos, mas, com raras exceções, envolve os novos moradores, já que estes estão imbuídos do espírito da cidade, no qual imperam o individualismo, a agitação e a velocidade acelerada da vida.

No final do ano de 2002, foi inaugurada a Unidade Prisional do Puraquequara (**Figura 3**), situada no Km 8 do Ramal da Bela Vista, na Estrada do Puraquequara, projetada para atender à crescente demanda apresentada à Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, localizada à Avenida Sete de Setembro, a qual, há muitos anos, enfrentava problemas de superlotação, requerendo a edificação de uma outra unidade para abrigar os presos provisórios, ou seja, aqueles que não foram a julgamento e não foram sentenciados. Então, apesar da nomenclatura Unidade Prisional, funciona como Cadeia Pública.



Figura 3 – Unidade Prisional do Puraquequara

FONTE: http://www.internext.com.br/valois/vec/sist_pura.htm. Acesso em 17.09.06.

Quanto à Penitenciária, o problema que se apresenta aos moradores diz respeito à forma como se tem veiculado nos meios de comunicação a localização da referida unidade prisional, trazendo para o Puraquequara o estigma de reduto de pessoas fora da lei. EAV assevera:

Você que assiste aos programas de rádio e televisão, vê que quando prendem um sujeito suspeito, eles falam grosseiramente: “esse vai direto para o Puraquequara”. Se você não conhece plenamente a realidade do Puraquequara, vai acreditar que aqui é um depósito de bandidos. As pessoas acreditam que o presídio é aqui no coração do bairro e relutam em trazer as suas famílias para passear aqui (Pesquisa de Campo, 2005).

De acordo com Oliveira (2005), a modificação acarretada com a construção da Penitenciária não concerne às questões ambientais ou econômicas, mas ao estigma que a mesma impõe ao lugar onde está localizada. Com isso, moradores vêm-se incomodados e,

em certo sentido, agredidos com o conjunto de adjetivos que o bairro passa a receber por conta desta instituição pública. Além disso, a população externa ao bairro, muitas vezes nem entende ou faz qualquer tipo de distinção entre o lugar e a instituição, haja vista que, ao ser recolhido um suspeito, afirma-se categoricamente que o mesmo irá para o Puraquequara e não para a Unidade Prisional do Puraquequara.

Conhecendo os aparatos urbanos existentes no Puraquequara, buscamos evidenciar que representações sociais os ribeirinhos urbanos têm sobre o lugar. Afirmam que, realmente, por muito tempo, o Puraquequara foi considerado como interior do município de Manaus, mas que, nos últimos anos, tem se configurado como bairro.

No depoimento de MSS, isso está nitidamente expresso, quando esta afirma que o Puraquequara era um interior, mas hoje é um bairro mesmo, mas um é um bairro diferente, tendo em vista estar situado à beira do Lago do Puraquequara. WBP diz não saber falar direito o que venha a ser o Puraquequara, por não existir mais o que o separe de Manaus,

porque é emendado, tem estrada. Quando não tinha estrada, tudo bem, podia até ser, vamos dizer, um município, mas já que teve estrada e emendou [...] Eu acho que, hoje, já se pode considerar como... Eu não sei nem te dizer, mas eu acho que ainda é uma vila, não é um bairro (Pesquisa de Campo, 2005).

Uma outra moradora, TMV, também apresentou certa dificuldade para definir o que é Puraquequara, mas, após pensar uns instantes, categorizou-o como bairro, alegando que, “agora é bairro [...] Porque todo mundo diz que é bairro [...] Eu digo que é um bairro, porque já está muito adiantado. Não é mais como antigamente a gente vivia. Era uma tranquilidade, muito bom. Agora, a gente já vive mais aperreado” (Pesquisa de Campo, 2005).

Ao classificá-lo, implicitamente, como bairro, a moradora traz à baila uma idéia muito recorrente no domínio comum, a de que bairro está associado com modernidade,

desenvolvimento, avanço, dinamicidade, agitação. Ora, quando pensamos a relação rural/urbano não é incomum que as pessoas relacionem o rural com o atraso e o urbano como o moderno, apesar de que tal categorização se torna um pouco complexa, na medida em que nos permite pensar o mundo por meio de dicotomias, impossibilitando o estabelecimento de uma inter-relação.

Aliás, a concepção dos moradores acerca da atual configuração do Puraquequara não é hegemônica, pois para uns continua sendo interior, para outros é uma vila, para outros é um bairro. Alguns deles relatam que, por algum tempo, houve uma organização popular para instituição da área como um município do Estado do Amazonas, com independência e administração própria. Contudo, considerando a necessidade de expansão da cidade de Manaus e do Distrito Industrial II situado na extensão da Estrada do Puraquequara, a partir de 1995, por determinação dos instrumentos legais do poder municipal, o Puraquequara tornou-se um bairro da zona leste da cidade.

Isto posto, convém ressaltar que o redimensionamento dos limites geográficos e o estabelecimento de diretrizes norteadoras do crescimento urbano de Manaus tornam-se imperativos, tendo em vista o próprio processo de expansão e desenvolvimento pelo qual passou a cidade. E, para responder a essas requisições, a administração municipal precisou criar e recriar planos urbanísticos e instrumentos normativos de controle urbano e ambiental.

Como se sabe, na segunda metade do século XIX, momento histórico marcado pelo *boom* da borracha, eram os Códigos de Posturas²³ que orientavam as regras urbanísticas, sendo constituído o primeiro plano urbano para Manaus no ano de 1892, na gestão do governador Eduardo Ribeiro, sendo tal preocupação retomada somente na década de 1970, quando a Prefeitura de Manaus firmará contrato com a empresa Serete Engenharia S. A., para

²³ O Código de Posturas dispõe acerca das condutas e posturas a serem adotadas em um determinado município, instituindo as medidas de polícia administrativa a cargo do Município. À época, também eram inscritas no Código de Posturas as questões ligadas ao plano urbanístico, haja vista não existir um Plano Diretor Urbano (www.manaus.am.gov.br/biblioteca/codigo_de_postura.pdf - acesso em 17.09.06)

que esta elabore o Plano Diretor da cidade, o qual se materializará em 1975, intitulado Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Manaus (PDLI), homologado através da Lei Municipal nº 1213/75, devendo vigorar por vinte anos, ocasião em que o mesmo deveria ser revisto.

A reformulação que deveria acontecer em 1995 só ocorreu, efetivamente, em 2002, mesmo que a Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM), promulgada em 05 de abril de 1990, em seu parágrafo 3º, do artigo 227, já dispusesse acerca da necessidade da adoção de instrumentos que assegurassem o crescimento equilibrado da cidade. Para atender a essa exigência, a LOMAM determina que a revisão do Plano Diretor respeite a periodicidade de dez anos.

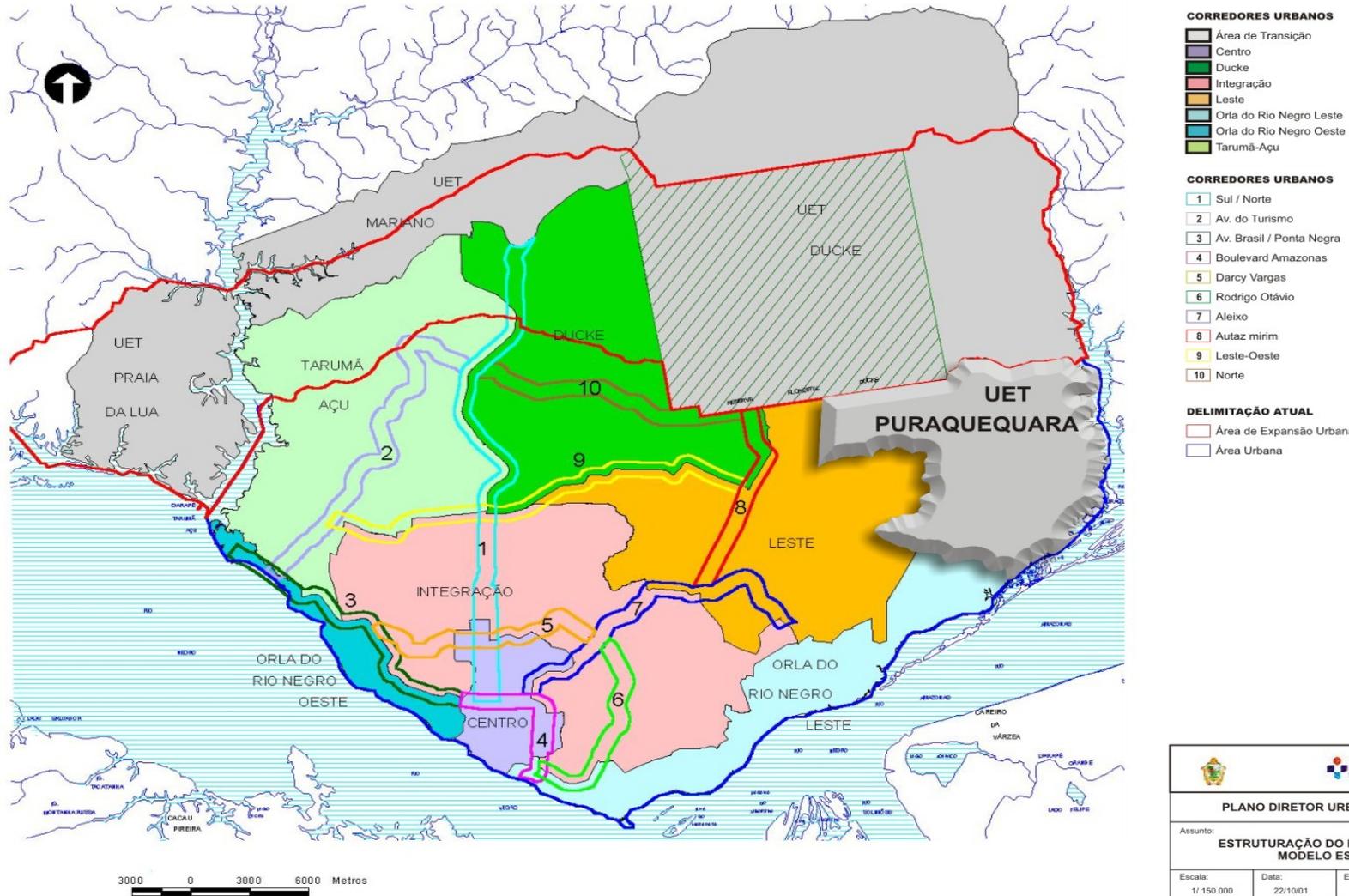
Ainda que a revisão não tenha acontecido em 1995, é possível identificar a regulamentação de alguns instrumentos normativos, dentre os quais destacamos a Lei nº 287 de 23 de maio de 1995, que delimita os bairros de Manaus, inclusive o Puraquequara, possuidor de uma superfície de 658.20 hectares, abrigando uma população de 2.228 habitantes; além do Decreto de Lei nº 2924/95, de 07 de agosto de 1995, que institui a nova divisão geográfica da cidade e, em seu artigo 2º, inscreve o Puraquequara como bairro da zona leste da cidade.

Em 1995, o Prefeito de Manaus designou uma Comissão Coordenadora, responsável de revisar e atualizar o Plano Diretor. Mas, foi somente no limiar do século XXI, mais precisamente em janeiro de 2001, que a Prefeitura contratou o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para assessorar tecnicamente a equipe revisora e, no ano seguinte, em 04 de novembro de 2002, foi promulgado o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus, de 05 de novembro de 2002.

O artigo 227 da LOMAM (1990) certifica a relevância do Plano Diretor ao concebê-lo como “instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município”. Assim sendo, é a partir dele que nos propomos a discutir a configuração legal do Puraquequara, isto porque tal formato não está nitidamente impresso na percepção dos moradores.

O Plano Diretor de 2002 estabelece estratégias para viabilizar o desenvolvimento do município, entre elas, a de valorização de Manaus como metrópole regional, descrita em seu artigo 4º, com o objetivo geral de “orientar as ações do governo e dos diferentes agentes da sociedade para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado na região” (p. 14). Partindo deste pressuposto, exprime a necessidade do estabelecimento da macroestruturação do território municipal, com vistas a “garantir a ocupação equilibrada de seus espaços, a promoção social e o desenvolvimento não predatório das atividades neles desenvolvidas” (p. 30).

A macroestruturação do Município prevê, para fins de gestão e desenvolvimento municipal, a constituição de macroáreas (**Figura 4**), que compreendem as Unidades de Conservação (localizadas dentro e fora da Área Urbana e Área de Transição), as Áreas de Interesse Agroflorestal, bem como a Área Urbana e a Área de Transição, constantes no inciso III, do artigo 39 do Plano Diretor. À Área Urbana corresponde a área municipal onde se desenvolvem usos e atividades urbanas, estabelecida exatamente por conta da necessidade de conter o crescimento horizontal da cidade.



PLANO DIRETOR URBANO AMBIENTAL DE MANAUS	
Assunto: ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO MODELO ESPACIAL	
Prancha Nº: 09	
Escala: 1/ 150.000	Data: 22/10/01
Edição: NILOMAR	Visto IBAM:
Observação:	Visto Prefeitura:

Figura 4 – Mapa de Estruturação do Espaço Urbano do Município de Manaus
 FONTE: IMPLURB, 2005
 Reorganizado por Eduardo Lacerda e Roberta Ferreira Coelho, 2006.

A Lei nº 644 de 08 de março de 2002 regulamenta o perímetro urbano do Município de Manaus, que concerne à delimitação entre a Área Urbana e a Área de Transição. Encontra-se claramente expresso que esta delimitação é necessária, levando-se em consideração que a contenção da expansão da cidade nos sentidos norte e leste é um imperativo premente.

Na lógica do Plano Diretor, o Puraquequara – em destaque na **Figura 5** – se insere como área de transição, entendida como a parte do território de Manaus que circunda a área urbana, também pensada para controlar a expansão urbana. É a área onde podem ser desenvolvidas práticas ligadas à agricultura, usos e atividades urbanos de baixa densidade²⁴, sendo, sobretudo, incentivado o desenvolvimento do ecoturismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2002c).

²⁴ Assim denominada devido ao incentivo ao controle da expansão urbana. Para tanto, recomenda-se o desenvolvimento de atividades mais ligadas ao mundo rural e, reduzidamente, ao mundo urbano, sendo priorizado o ecoturismo. Assim, não é incentivada a forte ocupação desta área geográfica do município de Manaus.

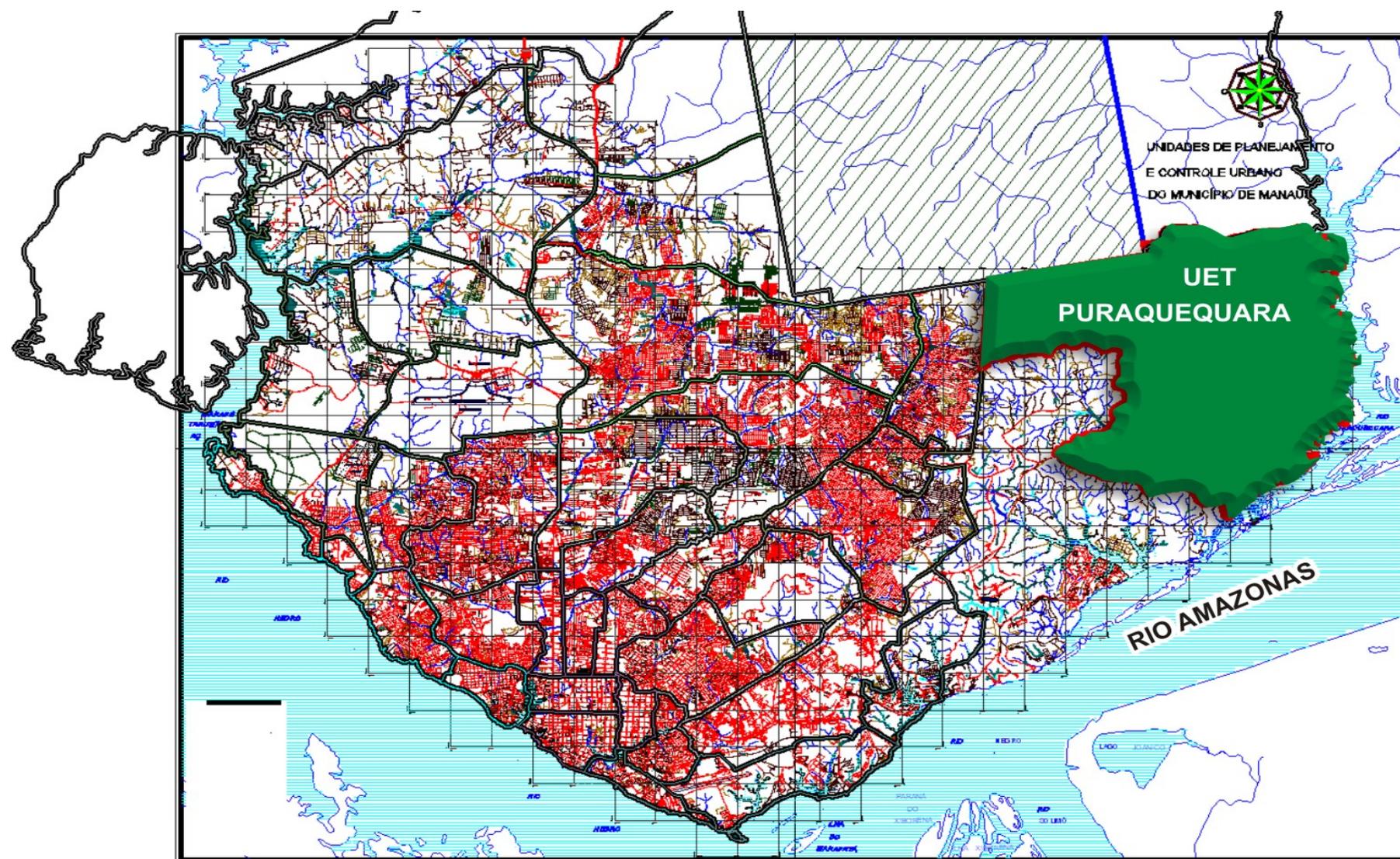


Figura 5 – Unidades de Planejamento e Controle Urbano do Município de Manaus

FONTE: IMPLURB, 2005.

Reorganizado por Eduardo Lacerda e Roberta Ferreira Coelho, 2006.

A área de transição é dividida em Unidades Espaciais de Transição (UET), compartimentos territoriais, incrementados com vistas ao planejamento e gestão da cidade. É exatamente como Unidade Espacial de Transição que, atualmente, o Puraquequara se configura, conforme o artigo 59 do Plano Diretor, o qual em seu parágrafo 2º, inciso I, caracteriza a UET Puraquequara como a área que,

compreende grande parte da bacia do Rio Puraquequara, inserida na Área de Proteção Ambiental – APA do Puraquequara, com significativa presença de fragmentos florestais, de estímulo à baixa densificação, relacionada à proteção dos recursos naturais, à valorização da paisagem e à promoção de programas e projetos de incentivo ao turismo ecológico (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2002 b).

Para melhor clarificar os limites da UET Puraquequara, retomamos a Lei nº 671/2002, que, em seu Anexo II, descreve as Unidades de Estruturação Urbana, os Corredores Urbanos e as Unidades Espaciais de Transição, a qual fixa que a UET Puraquequara

abrange ao sul, o Rio Amazonas; a leste, o Rio Puraquequara; ao norte, o Igarapé Ipiranga e a Reserva Florestal Adolpho Ducke; a oeste, o limite da área urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2002 a).

É área de unidade residencial, mas com baixa densidade populacional, que comporta práticas de agricultura, pecuária e turismo, buscando integrar o uso residencial às atividades econômicas nela desenvolvidas (turismo ecológico e produção agrícola), o que também demanda proteção aos recursos naturais (PREFEITURA DE MANAUS, 2002 a).

A UET Puraquequara possui, ainda, um setor urbano, identificado como a Vila do Puraquequara, a qual tem o seu início na Estrada do Puraquequara, a partir do Remanso do Boto, conforme indica a **Figura 6**.

Sendo uma parcela significativa do Puraquequara, área de proteção ambiental (unidade de conservação), constitui Patrimônio Natural de Manaus, requerendo o empenho do poder público e de seus moradores para garantir sua conservação. Além disso, por se tratar de área detentora de recursos paisagísticos, deve priorizar a criação de centros “dinâmicos de turismo e lazer”, mas sem perder de vista a permanente vigilância, para que os recursos naturais sejam preservados.

É interessante que o Plano Diretor também classifica uma área do Puraquequara como Unidade de Estruturação Urbana (UES), subdivisão da área urbana, que equivale ao compartimento do território municipal que comporta ocupações e usos homogêneos, com limites semelhantes aos dos bairros. A UES Puraquequara é “unidade residencial de ocupação horizontal de baixa densidade, compatível com o relevo acidentado e proximidade de áreas de proteção ambiental, que abrange parcialmente o bairro Puraquequara” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2002a). A partir das informações coletadas no Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB), a área urbana se estende até o Remanso do Boto.

Diante do exposto, é válido argumentar que a transmutação do lugar em bairro foi estabelecida por uma legislação, ou seja, por uma determinação do poder público e que, mesmo transcorridos mais de dez anos, esta nova configuração não se processou da mesma forma na infra-estrutura local – saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica, serviços de saúde e educação etc – e nos modos de vida de seus moradores, pois, sua população, apesar de pertencer geograficamente à zona urbana, ainda conserva elementos culturais próprios de populações rurais – cultivo de produtos agrícolas, prática da pesca como atividade de subsistência, utilização de canoas, barcos e rabetas como meio de transporte etc.

CAPÍTULO II

CONSTRUINDO A VIDA: MUNDO DO TRABALHO E MODOS DE VIDA DOS MORADORES DO PURAQUEQUARA

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Como vimos ao longo do primeiro capítulo, várias mudanças se processaram no Puraquequara, a partir da década de 1970, quando aconteceu a migração da várzea para a terra firme e, com isso, os homens e mulheres passam a estabelecer relação com um outro espaço geográfico, constroem casas não mais no estilo próprio da vida na várzea, os instrumentos de trabalho utilizados já não são genuinamente construção dos próprios moradores e, além disso, a população, estando em um espaço urbano, passa a requisitar do poder público a presença de um conjunto de aparatos urbanos.

Acompanhando essas mudanças infra-estruturais, vieram as modificações sociais, econômicas e culturais, substrato dos modos de vida. Dentre essas modificações, podemos mencionar as novas relações sociais firmadas, as práticas de várias atividades profissionais próprias da vida urbana, os hábitos e costumes urbanos, o estabelecimento de proximidade com a cidade, a agricultura que deixa de ocupar papel de centralidade na vida econômica, enfim, a vida que se constrói a partir de um novo *ethos*, peculiar à vida urbana.

Não estamos dizendo que os homens e mulheres no Puraquequara tenham abandonado, definitivamente, a vida rural. Contudo, é inegável que o modo de viver e pensar próprio da vida urbana permeia e insiste em tornar-se hegemônico na vida dos moradores do Puraquequara, mesmo naquelas pessoas que continuam exercendo atividades profissionais próprias da vida rural.

Nesse sentido, propomo-nos a discutir como os moradores mantêm vivo o modo de vida rural, ainda que vivendo em um espaço urbano, bem como entender como estes se apropriam de elementos urbanos para garantir sua existência. Em outras palavras, a partir das representações sociais dos moradores, apreender como estes produzem e reproduzem a existência, estando na fronteira tênue entre rural e urbano.

2.2. RETRATO EM BRANCO E PRETO: OS RIBEIRINHOS URBANOS DO PURAQUEQUARA

Desde longa data, os homens e mulheres no Puraquequara vivem em relação dialógica com a natureza, sobretudo com o Lago do Puraquequara, no desenvolvimento de atividades profissionais que permitem essa maior interação com o meio geográfico, como é o caso da pesca e da agricultura. Entretanto, há algumas décadas, a realidade humana e cultural do lugar se apresenta com outra configuração, diferente daquela encontrada no início do século XX.

Como já ressaltamos, questões exógenas influenciaram decisivamente para a transmutação do *habitus*²⁵, dos costumes, das vestimentas, das próprias atividades profissionais. Se outrora tínhamos a pesca e a agricultura como atividades produtivas hegemônicas, hoje temos um outro panorama, isto porque novas profissões foram introduzidas no cotidiano dos moradores, ligadas ao comércio, à indústria, à construção civil, ao funcionalismo público etc.

Entender essa dinâmica da vida no Puraquequara demanda que entremos em relação direta com os moradores, que, melhor do que ninguém, podem nos explicitar como se dá a

²⁵ Trabalhado por Bourdieu (2004) como conjunto de disposições duráveis com o qual o homem lida com o mundo, incorpora valores e imprime costumes a outros homens. Na seção 2.4, quando discutiremos os modos de vida, trabalharemos melhor essa noção.

construção da vida e dos modos de vida no Puraquequara. Todavia, comportando hoje um expressivo número de pessoas, das quais muitas não nasceram, nem cresceram, nem estabeleceram relação simbiótica com o lugar, julgamos como sujeitos sociais fundamentais, ou seja, fonte imprescindível desta pesquisa, os moradores da Vila do Puraquequara mais antigos ou aquelas pessoas que exercem atividades profissionais ligadas ao mundo rural, como pescadores e agricultores, isto é, moradores urbanos que ainda vivem e sentem o mundo rural como realidade próxima, por conta de sua inserção no mundo do trabalho.

É certo que se torna complexo delimitar os extremos entre o que é rural e o que é urbano, já que este limite é sutil e não se restringe unicamente ao aspecto geográfico, mas envolve questões de ordem simbólica, social, cultural, política. Mesmo sob o enfoque geográfico, ainda assim, é difícil, já que, na Amazônia, a principal relação estabelecida pelo homem amazônico se dá com a água e não com a terra, como acontece em outras localidades, onde se toma a menor ou maior relação dos homens com a terra como um indicativo da identificação rural.

De modo paradoxal, no Puraquequara, encontramos o rural e o urbano. Ainda é muito presente a figura do pescador, do homem que extrai da água o seu sustento. Por outro lado, há pessoas que exercem atividades tipicamente urbanas – comerciários, industriários, funcionários públicos etc –, ou seja, por exercerem atividades ligadas à cidade, passam a ter um vínculo menos estreito com o mundo rural.

Como outrora preconizava Leandro Tocantins (1973), neste recanto da Amazônia, *os rios também comandam a vida*, sendo importantes aliados dos homens na edificação de suas vidas. É claro que a vida comanda a vida, que os homens escrevem suas histórias, dão sentido ao mundo e às relações que firmam com a natureza e com os outros homens. No Puraquequara, não diferente de outras localidades do Amazonas que são circundadas por

água, o lago exerce uma função primordial, seja como elemento que propicia a interação homem-natureza, seja como meio de subsistência.

Nesse sentido, através da pesquisa exploratória e de contatos com vários moradores, começamos a ter acesso aos sujeitos da pesquisa. Não tínhamos dados para serem tomados como parâmetros para indicar o universo a ser pesquisado, isto porque não pretendíamos, em momento algum, estudar toda a população do Puraquequara, mas somente aqueles moradores que ainda vivem em relação de proximidade com o mundo rural, o que seria dificultado se tomássemos para universo da pesquisa todos os moradores, haja vista que muitos estão vivendo no Puraquequara há pouco tempo, como é o caso de um elevado número de moradores que foi assentado na Vila no ano de 1998. Em outras palavras, dentro dos objetivos propostos pela pesquisa, eram esses os sujeitos que devíamos entrevistar.

Os 17 ribeirinhos urbanos entrevistados²⁶ são, em sua totalidade, homens, em idade adulta (**gráfico 1**), que vivem no Puraquequara há alguns anos, dos quais muitos nasceram, cresceram e constituíram toda a sua vida naquele espaço, vivendo às margens do Lago do Puraquequara, os quais foram localizados à medida em que fomos realizando a pesquisa e solicitando de todos os ribeirinhos urbanos entrevistados a indicação de outros moradores que ainda trabalhassem com pesca ou agricultura.

²⁶ Esse número de ribeirinhos urbanos entrevistados se refere àqueles moradores aos quais aplicamos os formulários da pesquisa, contudo, realizamos entrevista semi-estruturada com outros oito moradores, que já residem no Puraquequara há muitos anos, não inferior a 20 anos. Em consulta ao estatístico de modo a verificar a amostra da pesquisa, fomos orientados que, em se tratando de uma população em que não sabemos precisar o universo, ou seja, quantos moradores efetivamente ainda trabalham com atividades rurais, poderíamos proceder a um censo, isto é, entrevistar todos os ribeirinhos urbanos que conseguíssemos localizar, sendo esta a orientação por nós adotada.

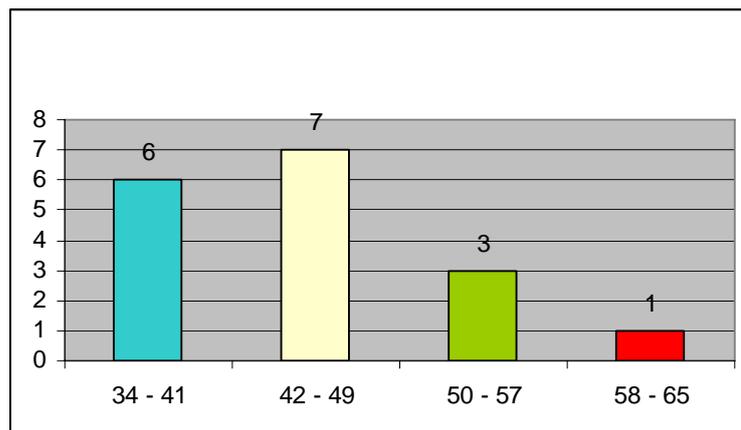


Gráfico 1 – Idade dos ribeirinhos urbanos entrevistados
FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

A intenção que tínhamos desde o início da pesquisa era entrevistar todos os moradores do Puraquequara, que residem nas proximidades do lago e que ainda vivem da pesca e da agricultura. Contudo, observamos que, tais atividades continuam sendo desenvolvidas como atividade principal – responsável pela subsistência de famílias inteiras – por alguns moradores, mas não com a hegemonia de outrora. Por tal razão, não entrevistamos todos os moradores, mas estes sujeitos aqui caracterizados, que, em sua maioria, ainda exercem as atividades acima mencionadas (**gráfico 2**), o que lhes permite estar em relação de proximidade com a vida própria da várzea, que eles e muitos de seus familiares tiveram a oportunidade de experienciar por longa data.

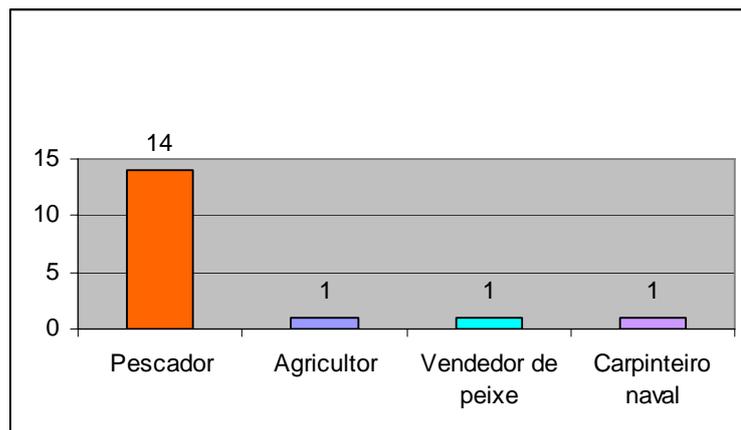


Gráfico 2 – Principal atividade profissional dos ribeirinhos urbanos entrevistados

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Para muitos dos ribeirinhos urbanos, a pesca é uma atividade realizada com uma carga significativa de subjetividade, permeada pelas fortes lembranças da família, da vida na várzea, recoberta de sentimentos, como se evidencia na fala do pescador EML: “tenho amor à minha profissão” (Pesquisa de campo, 2005) e ainda no depoimento de CCM: “gosto do que faço. Sei tudo de pesca. É trabalhoso, mas é animado” (Pesquisa de campo, 2005). Tal compreensão não dispensa também o olhar mais objetivo sobre a vida e o imperativo de satisfação das necessidades materiais, percepção manifesta por todos os ribeirinhos urbanos, que reconhecem na prática da pesca um meio de ganhar dinheiro e garantir o sustento da família.

Trata-se de atividade econômica principal e importante para a provisão da renda familiar, sendo exercida com frequência e com uma quantidade de horas suficiente para tomar-lhes boa parte do dia, que, em geral, começa antes mesmo que o sol apareça, haja vista que os ribeirinhos urbanos saem para pescar ainda muito cedo, quando ainda é madrugada e retornam no final da manhã ou à tarde (**Gráficos 3 e 4**). Lembramos que aqui foram contabilizados apenas 16 entrevistados, já que um deles não atua em pesca, nem mesmo como atividade secundária.

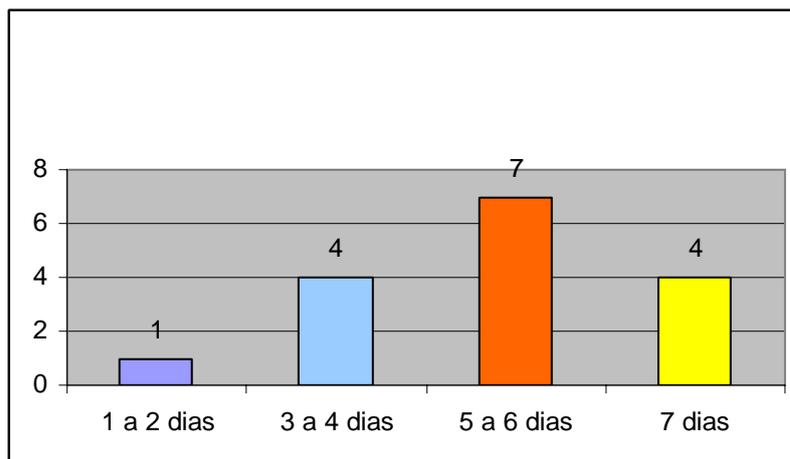


Gráfico 3 – Dias por semana pescando

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

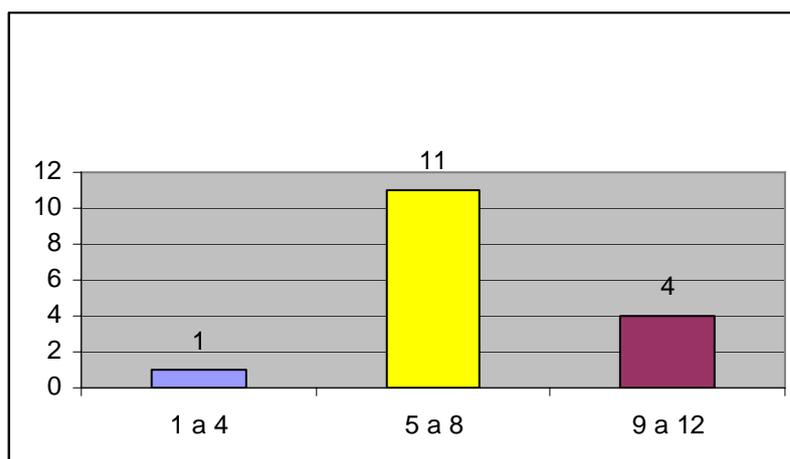


Gráfico 4 – Horas por dia pescando

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Eles explicitam as muitas dificuldades que enfrentam para desenvolver sua principal atividade econômica que consiste no fato de estarem expostos ao sol e à chuva, a inexistência de um frigorífico no próprio Puraquequara para armazenar o peixe, obrigando-os a vender abaixo do preço, a necessidade de registrar a embarcação junto à Capitania dos Portos, o que incide em um gasto elevado, o alto custo do combustível usado na rabeta ou motor, escassez de peixes no período da seca e a conseqüente queda na procura por parte dos consumidores, a proibição da pesca em algumas áreas, já que uma parcela do Puraquequara é área de proteção

ambiental e em algumas partes do Lago do Puraquequara a presença do Exército Brasileiro se faz intensa, impedindo o desenvolvimento da pesca, como afirma AFS: “o peixe está difícil. É muita perseguição. Vem gente de fora. O Exército fica de olho, não deixa a gente pescar. Só perseguem os pobres” (Pesquisa de campo, 2005).

Além disso, muitos deles não possuem seus próprios materiais e instrumentos de trabalho, como motor ou barco que permite ir pescar em locais mais distantes, bem como malhadeira, tarrafa, rede, precisando recorrer a outros pescadores, que também têm seus afazeres e nem sempre podem dispor do material necessário, o que não significa que não haja cooperação entre eles. Ao contrário, muitas atividades ligadas à pesca são desenvolvidas coletivamente e contribuem para a existência de fortes laços de solidariedade e ajuda mútua (objeto de reflexão do capítulo III).

Em sua maioria, os ribeirinhos urbanos desenvolvem sua atividade produtiva no Lago do Puraquequara, utilizando-se principalmente de canoa a remo, havendo alguns que fazem uso de rabeta, motor de 25 hp e voadeira (**gráfico 5**). Contudo, o Lago do Puraquequara não é o único local procurado para pescar. Todos eles buscam outros ambientes, como o Rio Amazonas, Lago do Jatuarana (margem esquerda do Rio Amazonas), Lago dos Reis (Ilha do Careiro da Várzea), Rio Solimões, Rio Negro, Baixo Amazonas, Rio Purus, Rio Madeira, Rio Autaz, Lago do Padre (Autazes – AM) (**gráfico 6**). Para essas outras localidades, recorrem ao motor de 25 hp e à rabeta. Nestes gráficos que se seguem, os dezesseis entrevistados, que atuam na pesca, expuseram os meios de transporte e os locais onde pescam, por isso, construímos os gráficos obedecendo a hierarquização dos dados feita pelos ribeirinhos urbanos.

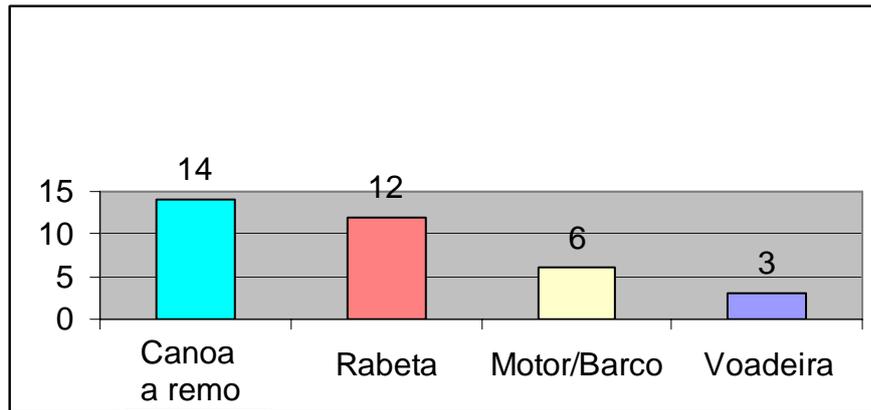


Gráfico 5 – Meios de transportes mais utilizados para o desenvolvimento da pesca

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

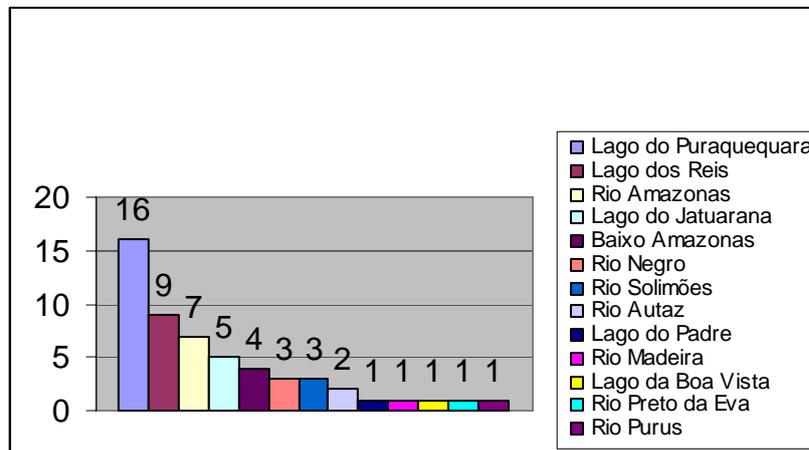


Gráfico 6 – Locais de pesca dos ribeirinhos urbanos

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Cada um possui sua própria canoa, sendo que alguns apelam ao empréstimo de rabetas ou motor para desenvolver a pesca de forma autônoma - sem a figura de um empregador. Essas embarcações (rabetas ou motor) possibilitam que o pescador possa ir a outros lagos e rios, onde encontra uma maior diversidade de espécies de peixes. Além disso, como eles mesmos mencionam, nem sempre o Lago do Puraquequara está fértil de peixes, mas independente disso a necessidade de se alimentar e garantir a manutenção das outras despesas

da casa permanece, demandando que eles busquem outros lagos e rios que lhes forneçam, pelo menos, o alimento diário.

Para o desenvolvimento da pesca faz-se necessária a utilização de alguns instrumentos de trabalho, em geral, de propriedade do pescador, os quais são adquiridos através da compra ou são confeccionados pelo próprio pescador. Os principais materiais usados pelos dezesseis pescadores estão indicados de modo hierárquico no **gráfico 7**, sendo válido ressaltar que, em alguns casos, o pescador prefere comprar pronto o material mesmo que ele saiba fazer, haja vista o tempo e o desgaste demandados para sua fabricação, como é o caso da malhadeira, da tarrafa e da rede.

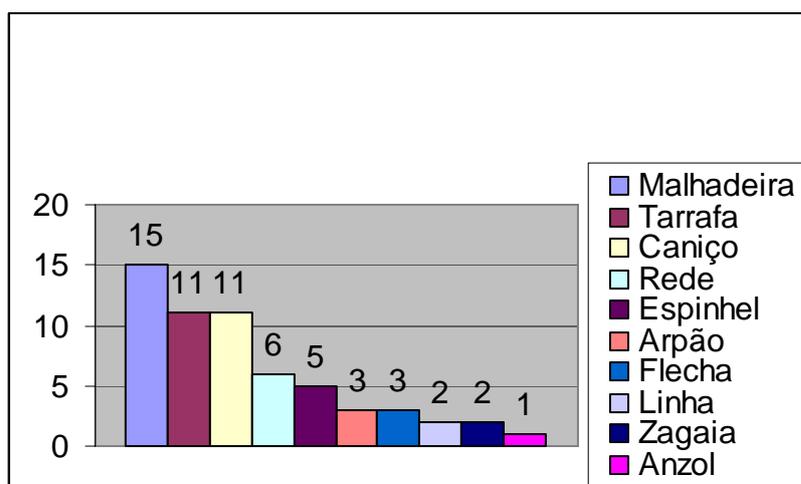


Gráfico 7 – Instrumentos usados para a pesca pelos ribeirinhos urbanos

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Muitos dos ribeirinhos urbanos exercem a pesca desde a infância e a têm como constitutiva de suas vidas. Desde muito jovens foram lidando com estes instrumentos de trabalho e aprendendo a fabricá-los como é o caso da malhadeira, da rede, da tarrafa, do espinhel, do caniço, do arco e flecha. Contudo, a fabricação artesanal demanda tempo e acaba dificultando que os trabalhadores façam outra atividade, por isso, mesmo sabendo que o

instrumento fabricado por eles mesmos tem maior qualidade, os pescadores optam pela compra no comércio do centro da cidade de Manaus, o que é um dos elementos indicadores da modificação do *habitus*, condicionada pelas desafiantes condições de trabalho vivenciadas por eles.

Como fruto desta atividade econômica, os pescadores capturam uma variedade de espécies de peixes, estando as principais espécies listadas no **gráfico 8** (na ordem em que foram mencionadas pelos dezesseis pescadores), as quais servem para o consumo e para a venda. A comercialização desde produto é feita diretamente com o consumidor na pequena Feira do Puraquequara (**Figura 7**), que fica na própria Vila do Puraquequara e, em caso de pesca em grande quantidade, o produto é vendido para o atravessador²⁷ abaixo do preço normal ou os pescadores levam o peixe para ser comercializado na Feira da Panair, no bairro de Educandos.

²⁷ É de domínio comum que o atravessador é aquele que intermedia uma negociação, comprando mercadorias abaixo do preço para revendê-las, com isso obtendo excedente econômico. Witkoski (2006) faz referência à existência de agentes de comercialização com os quais os camponeses amazônicos mantêm relação de troca, mencionando entre estes o marreteiro, o marreteiro-de-feira e o regatão. Dentro da categorização marreteiro-de-feira, o autor explica que pode se tratar de um camponês que dispõe de mais recursos que os outros e, por isso, arrebanha os produtos de um grupo de camponeses e, possuindo uma embarcação, faz com que os produtos cheguem às feiras livres para serem comercializados. Em algumas situações, o marreteiro-de-feira é, efetivamente, intermediador da compra e venda dos produtos, mas, em outros casos, vende os seus produtos e dos outros camponeses, sem que nesta relação haja a conotação de intermediação.

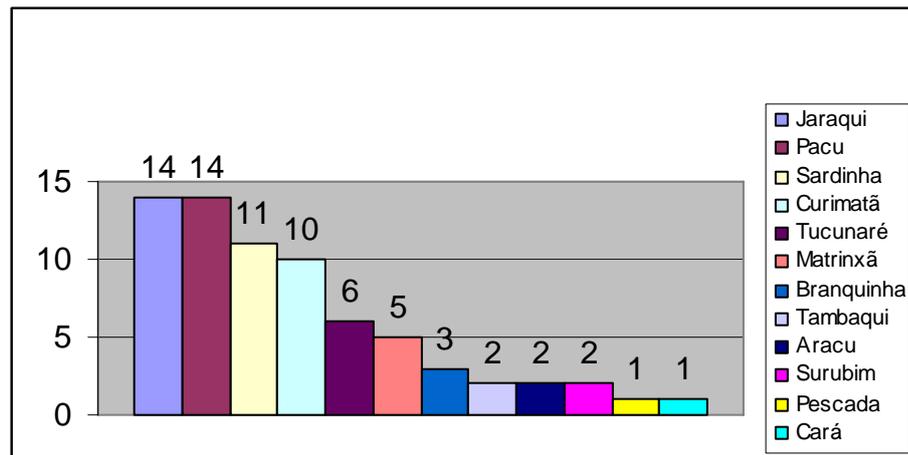


Gráfico 8 – Principais espécies pescadas pelos ribeirinhos urbanos

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.



Figura 7 – Feira do Puraquequara onde os ribeirinhos urbanos comercializam o peixe

FONTE: COELHO, 2006.

Em geral, o próprio pescador faz a comercialização e negociação do produto com o consumidor, recebendo o pagamento à vista e em dinheiro, havendo casos em que, por confiar e conhecer o comprador, a venda é feita a crédito – “fiado” – para posterior pagamento também em dinheiro. Pelos depoimentos, apreende-se que os moradores são os consumidores

do produto pescado, sendo que, nos finais de semana, outras pessoas, de outros bairros, também se dirigem ao Puraquequara para comprar o produto. Há situações em que o pescador repassa o peixe para um atravessador – como mencionado acima – que leva o produto para comercializar nas diferentes feiras e mercados da capital amazonense.

De acordo com os ribeirinhos urbanos, o valor recebido pela venda do pescado é inferior ao que é cobrado nas feiras e mercados de Manaus, ficando entre 30 e 50% mais barato, sendo apresentadas diversas justificativas para que a venda aconteça abaixo do preço normal de mercado, dentre as quais podemos citar: menor custo para fazer o peixe chegar até o consumidor, falta de meios para armazenar o pescado, vontade de se desocupar mais rápido, condição econômica dos consumidores que não têm como comprar se o preço for mais alto etc.

Julgamos importante destacar a fala de um dos ribeirinhos urbanos que, ao ser questionado acerca das motivações que o levavam a vender o seu produto 50% mais barato, ele manifestou uma preocupação em fazer uso da justiça e não explorar os consumidores, dizendo: “acho que ajudo os outros assim. Acho que vendo [pelo] preço justo, porque paga as despesas e o serviço” (ASM, Pesquisa de campo, 2005).

A pesca tem lugar de destaque na vida dos ribeirinhos urbanos entrevistados, sendo que apenas um deles não a exerce. Todavia, não podemos esquecer que são muitas as dificuldades vivenciadas por eles para o desenvolvimento desta atividade, que nem sempre é suficiente para afiançar os gastos da família, impulsionando 14 deles a desenvolverem outras atividades econômicas para complementar a renda (**gráfico 9**).

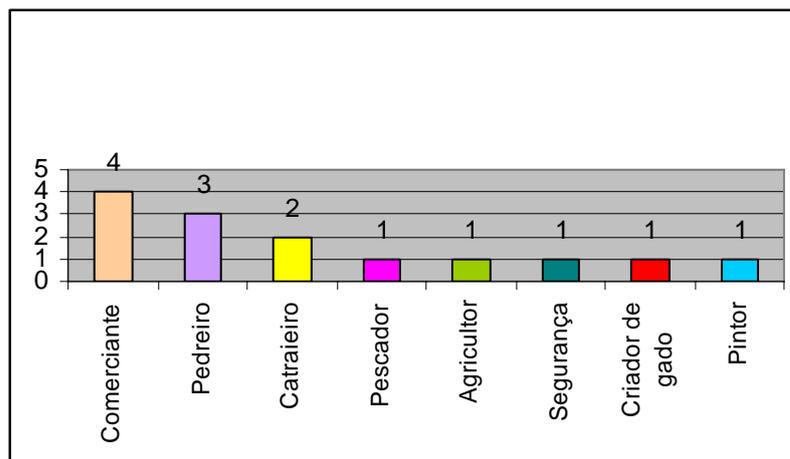


Gráfico 9 – Outras atividades econômicas exercidas pelos ribeirinhos urbanos

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

As explicações para o desenvolvimento de outras atividades são convergentes, as quais concorrem para as dificuldades enfrentadas com a pesca, a qual não provê integralmente o sustento familiar, ainda mais se lembrarmos o fato de que, durante quatro meses do ano, no período de defeso²⁸, a pesca é proibida de modo a garantir a reprodução dos peixes, evitando sua extinção, ocasião em que aqueles que estão filiados à Colônia de Pescadores e regulares com suas contribuições mensais recebem o seguro-desemprego²⁹, pago pelo Governo Federal aos pescadores, para que estes não exerçam a pesca nesse período, mas tenham como se sustentar.

As mudanças sazonais imprimem ritmos de vida ao Puraquequara (**figura 8**), isto porque dependendo dos momentos do ano, os moradores desenvolvem atividades produtivas diferentes e há modificações quanto ao fluxo de visitantes no lugar. No período de cheia (**figura 9**), observa-se grande número de pessoas pescando e um forte movimento de visitantes, que se dirigem ao Puraquequara para tomar banho de rio, saborear e comprar as

²⁸ Trata-se do período de paralisação obrigatória da pesca, de modo a proteger as diferentes espécies de peixes nas fases vulneráveis de seu ciclo de vida, ou seja, proteger as espécies ameaçadas pela pesca comercial excessiva durante o seu período de reprodução (piracema) – www.ibama.gov.br – Acesso em 22.09.06.

²⁹ Tal benefício de um salário mínimo mensal é garantido – no período do defeso – ao pescador profissional, que desenvolva sua atividade de modo artesanal, ainda que em regime de economia familiar ou parceria, em obediência à lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 (www.ibama.gov.br) – Acesso em 22.09.06).

várias espécies de peixes pescados no Lago do Puraquequara e nas adjacências. No período da seca (**figura 10**), a pesca fica muito comprometida e há uma queda no movimento de venda na Feira do Puraquequara e nos restaurantes que existem nas proximidades do Lago do Puraquequara.



Figura 8 – Mapa do Puraquequara (disponível no Google Earth)
FONTE: IPAAM, 2006.

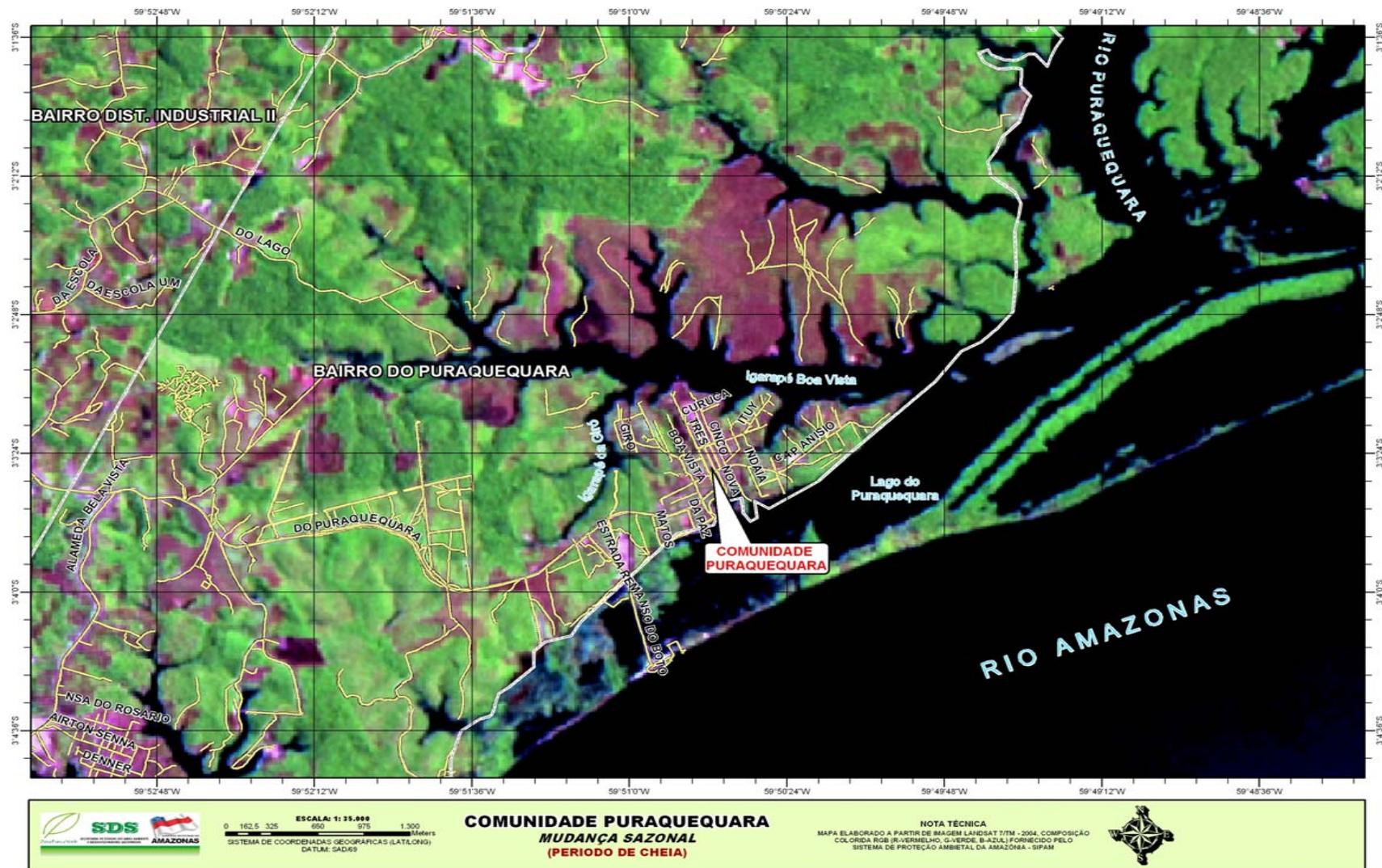


Figura 9 – Mapa do Puraquequara no período da cheia
 FONTE: IPAAM, 2006.

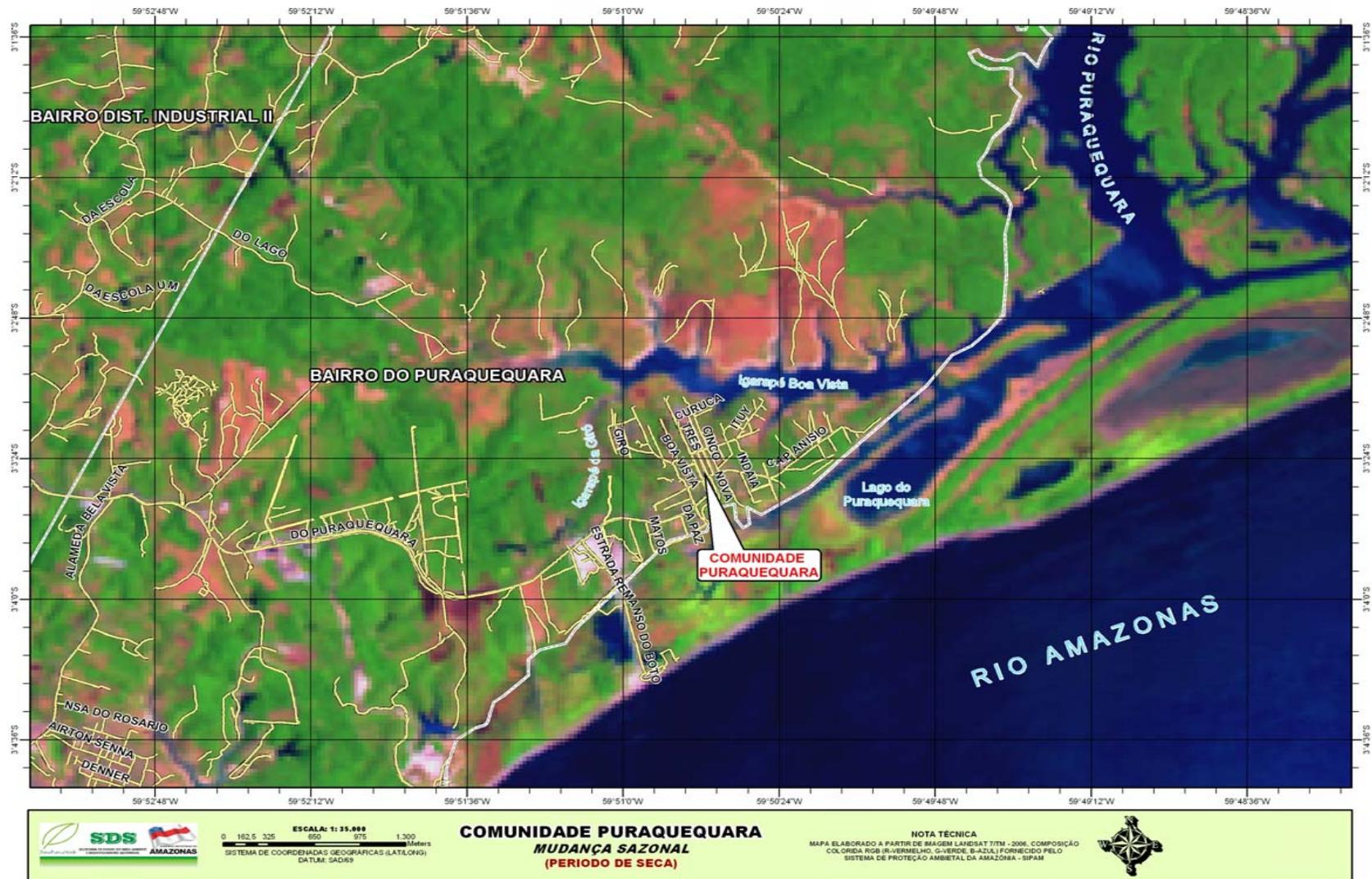


Figura 10 – Mapa do Puraquequara no período da seca
 FONTE: IPAAM, 2006.

É importante salientar que, dependendo das estações do ano, isto falando da realidade amazônica³⁰, ou seja, enchente (dezembro a abril), cheia (maio a julho), vazante (agosto e setembro) e seca (outubro e novembro), alguns ribeirinhos urbanos chegam a realizar atividades produtivas diferentes (pesca, venda de peixe, construção civil, comércio, catraia etc), sempre buscando um meio de ganhar uma renda. Desse modo, durante todo o ano, os ribeirinhos urbanos estão sempre trabalhando, ainda que em ramos diferentes, o que explicita a forte vinculação ao trabalho, componente indispensável em suas vidas.

Segundo Bourdieu (1979), além da necessidade de subsistência, existem outros aspectos que devem ser apreciados nesse campo, que dizem respeito à preocupação da dignidade própria, que pode ser ferida se o indivíduo sentir que está sem fazer nada ou, pior, se outro o indicar isso. Mesmo os que recebem o seguro-desemprego e, com isso, poderiam ficar sem trabalhar, vêm-se impelidos pela necessidade material e moral de desenvolverem uma outra atividade (**gráficos 10, 11, 12 e 13**). Ao serem questionados, sete dos dezessete moradores aos quais aplicamos os formulários afirmaram que desenvolvem atividades diversas, condicionadas às estações do ano, sendo dispostas a seguir conforme a hierarquia estabelecida pelos próprios moradores. Os outros dez moradores desempenham suas atividades independentes das estações do ano.

³⁰ Witkoski (2006), ao problematizar a vida do homem na várzea, dispõe sobre esta categorização dos diferentes momentos do ano dentro da realidade amazônica, apresentando um calendário hidrológico dos rios Solimões/Amazonas.

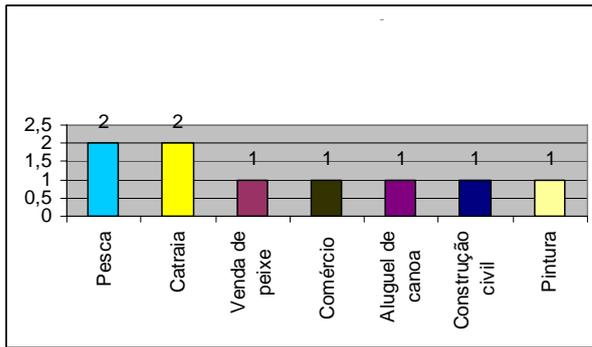


Gráfico 10 – Atividades no período da enchente
FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

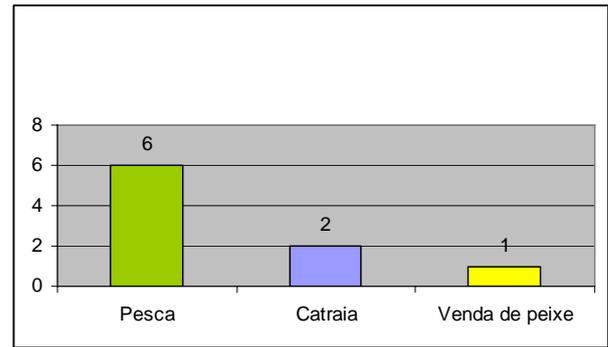


Gráfico 11 – Atividades no período da cheia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

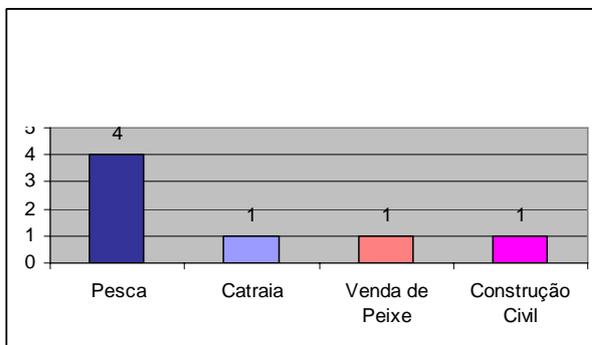


Gráfico 12 – Atividades no período da vazante
FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

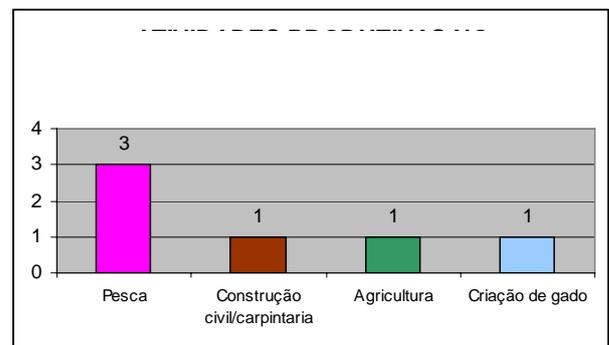


Gráfico 13 – Atividades no período da seca
FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

Os ribeirinhos urbanos reconhecem que o mercado de trabalho tornou-se cada vez mais exigente no mundo contemporâneo, requisitando maior nível de instrução e qualificação profissional, impondo critérios de idade, o que restringe o espaço para atuação daqueles que pouca ou nenhuma qualificação possuem, levando-os a exercerem atividades que exigem esforço físico, como a construção civil, a carpintaria, a pintura e, em muitas situações, o comércio.

Os trabalhos informais³¹ ainda se apresentam como saída para muitos moradores que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho, o que conduz à discussão proposta

³¹ De acordo com Castel (1997) vive-se um “processo geral de desestabilização da sociedade salarial”, onde o sujeito gozava de um conjunto de proteções sociais, ou seja, o trabalhador dispunha de um emprego, ao qual estavam articulados os direitos trabalhistas e previdenciários. Contudo, aos poucos, vê-se notar os “efeitos mais

por Bourdieu (1979) em termos das “aparências de ocupação” ou da existência de “falsos ofícios”, que se constituem em atividades que os homens desenvolvem para serem fiéis ao *ethos* do trabalho, para não ficarem parados, sem exercerem nenhuma ocupação.

Decerto, o mundo do trabalho é elemento fundamental de análise desta relação de proximidade com o mundo rural, sobretudo se o procurarmos entender dentro da perspectiva ontológica proposta por Karl Marx (2006), a qual nos permite compreender o trabalho como meio de interrelação do homem com a natureza e com os outros homens, processo este permeado por transformações endógenas e exógenas, que permitem a construção da história do ser social.

Por meio do trabalho, homens e mulheres no Puraquequara mantêm vivo o *habitus* da vida na várzea, ainda mais se levarmos em consideração o fato de muitos deles terem nascido no próprio Puraquequara ou em municípios do interior do Estado do Amazonas (**gráfico 14**), o que, tradicionalmente, os vincula a atividades como pesca, caça, agricultura, cuidado e criação de animais etc.

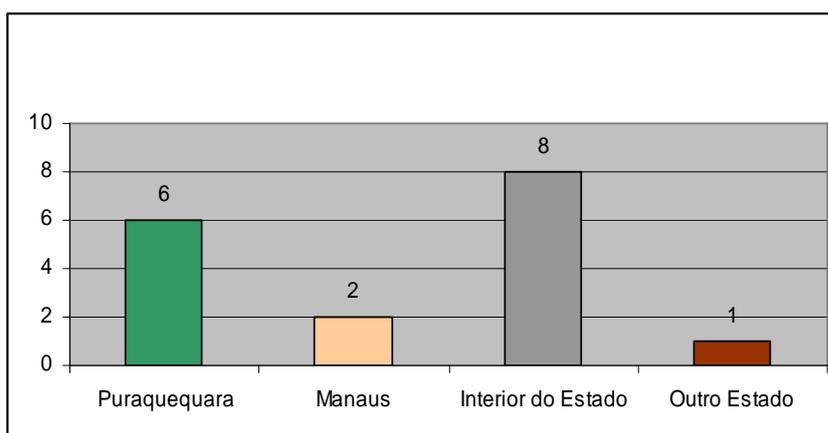


Gráfico 14 – Onde nasceram os ribeirinhos urbanos

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

visíveis da ‘crise’”, na medida em que, ao invés de estar inserido no mercado formal de trabalho – na perspectiva da sociedade salarial – o trabalhador é compelido a buscar outras alternativas de sobrevivência no mercado informal de trabalho, estando desamparado de qualquer proteção social. Nos termos do autor, “é a desagregação das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho que explica a retomada da vulnerabilidade de massas e, no fim do percurso, da ‘exclusão’” (p. 33).

Muitos dos sujeitos da pesquisa nasceram na várzea, no Beiradão do Rio Amazonas, de onde suas famílias migraram na década de 1970 e se estabeleceram na Vila do Puraquequara, onde cresceram e construíram suas vidas, oportunidade em que a Vila foi se desenvolvendo, recebendo novos moradores, inclusive, procedentes de outras localidades. O mais interessante é que, mesmo os sujeitos da pesquisa que não nasceram no Puraquequara, ali habitam há bastante tempo (**gráfico 15**), o que propicia que as relações de familiaridade e afetividade com o lugar estejam arraigadas nas representações sociais dos moradores.

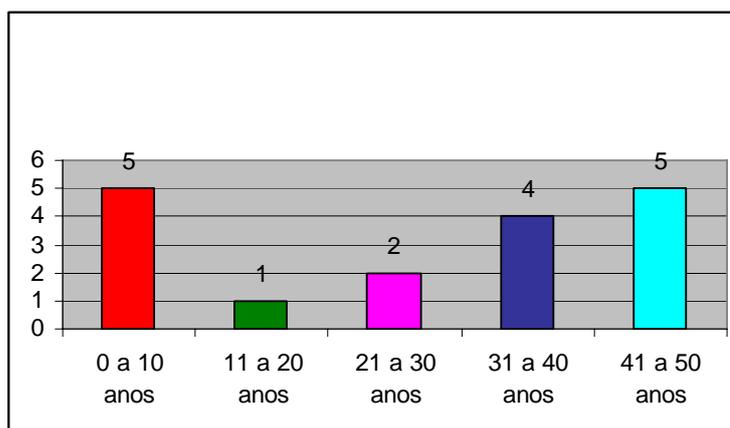


Gráfico 15 – Tempo de moradia dos ribeirinhos urbanos no Puraquequara
 FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Se compreendermos lugar na perspectiva proposta por Tuan (1983), como um mundo de significados, perceberemos como é possível o estabelecimento dessas relações que se firmam na medida em que os homens recobrem de sentimentos, de afetividade, a rua, a vila, o bairro em que habitam e constroem suas vidas.

O lugar permite aos homens a acolhida, o reavivamento da memória, a recriação dos sonhos, a satisfação de necessidades, a construção e reconstrução da identidade, a percepção das especificidades, a realimentação das crenças e valores, dentre outros aspectos. Em outras

palavras, o lugar está permeado de subjetividade, não se restringindo, unicamente, aos limites geográficos.

Convivendo e aprendendo com os homens e mulheres no Puraquequara, torna-se patente que o lugar (o Puraquequara) não é apenas a circunscrição física, mas um conjunto de relações sociais, de elementos econômicos, de histórias, de sonhos, de valores, de crenças, de subjetividades, o que não deixa dúvidas quando os moradores falam com saudosismo de como era a vida na várzea, como eram as relações entre os vizinhos, o respeito que os filhos cultivavam pelos pais, a solidariedade que imperava entre os homens. Por outro lado, também se expressa quando estes mesmos homens percebem que a vida se reconstruiu na terra firme, onde conseguiram firmar e/ou erigir suas famílias, edificar casas, intensificar o trabalho, ter acesso à água, luz, telefone, dentre outros bens e serviços sociais.

É interessante notar como os sujeitos desta pesquisa, mesmo diante das adversidades, conseguem enfrentar e vencer as dificuldades da vida e fazer história, o que se evidencia, por exemplo, quando observamos que são homens que sempre dispuseram de poucos recursos econômicos e que nem sempre usufruíram os direitos sociais, como é o caso da educação, à qual muitos ou não tiveram acesso ou foram impelidos a abandonar por conta das necessidades materiais da vida.

O nível de escolaridade destes sujeitos é baixo, já que a maioria cursou apenas o ensino fundamental incompleto, o que pode ser justificado a partir de vários aspectos. A primeira justificativa importante, como mencionada no capítulo anterior, concerne às escassas oportunidades de acesso à educação no Puraquequara, onde as pessoas chegavam a repetir a 4ª série por vários anos só para não ficarem sem estudar, haja vista não disporem de condições econômicas para custear os gastos com transportes para que eles mesmos e/ou seus filhos pudessem estudar em um outro bairro, onde teriam acesso à 5ª série do 1º grau – atualmente, ensino fundamental – e ao 2º grau – hoje, ensino médio.

Um fato que chama a atenção é que, apesar da pouca instrução, os sujeitos sempre apresentaram grande preocupação quanto à continuidade dos estudos dos filhos, os quais poderão adaptar-se melhor ao mundo do trabalho se dispuserem de maior nível educacional e de formação profissional. Bourdieu (1979) suscita esta discussão e ressalta que, na medida em que os jovens passam a dispor de um emprego, adquirem um outro *status*, assumem uma maior emancipação em relação aos pais, que, por sua vez, tendem a dar maior liberdade aos filhos que freqüentam a escola, ainda que sejam os filhos mais jovens, considerando a importância que atribuem à educação, mesmo que não a tenham vivenciado por longo tempo.

Outra questão importante para se entender o baixo nível educacional tange à situação socioeconômica dos ribeirinhos urbanos, os quais, desde muito cedo, precisaram trabalhar para ajudar no sustento da casa, precisando sacrificar os estudos em função da satisfação das necessidades da vida material. Os discursos são convergentes para a mesma justificativa, como se explicita na fala de um dos ribeirinhos urbanos: “tive que parar com 12 anos pra ajudar meu pai na agricultura e, depois, na pesca. Ou pescava ou trabalhava” (EML, Pesquisa de campo, 2005).

Alguns salientam que, à época, não havia aula à noite, ou que os professores, que eram destacados para lecionar na área de várzea, iniciavam as aulas, mas não concluíam o ano, contribuindo ainda mais para o aumento do índice de evasão escolar, que tem como fator preponderante a necessidade de trabalhar para sobreviver e garantir a sobrevivência dos familiares.

A esse respeito, Bourdieu (1979) advoga que, de modo geral, os homens, ainda muito cedo, enveredam pelo caminho da labuta em busca de um trabalho, obrigando-os, em muitos casos, a abandonar a escola, isto quando pelo menos chegaram a freqüentá-la por algum tempo. Com isso, restringem-se as possibilidades de escolha e, conseqüentemente, de inserção no mercado de trabalho.

Por falta de opção, por falta de qualificação técnica, os homens vêem sua liberdade reduzida, a julgar pela impossibilidade ou inviabilidade de escolher livremente a profissão ou o caminho que melhor os satisfaça ou agrade. Os homens vêem-se compelidos à resignação, ou seja, precisam aceitar todo e qualquer emprego, já que não possuem condições técnicas que os permita exercerem outra atividade. Nessa dinâmica, “não é o trabalhador que escolhe seu trabalho, mas o trabalho que escolhe o trabalhador” (BOURDIEU, 1979: 56).

Com o passar dos tempos, os ribeirinhos urbanos constituíram suas próprias famílias e assumiram o compromisso de manutenção econômica das mesmas. Vieram os filhos, as despesas com vestuário, alimentação, materiais escolares, fardamento escolar, transporte, o que os ocupou cada vez mais, tomando-lhes boa parte de seu tempo, dificultando o retorno aos estudos, ainda mais se considerarmos que, para alguns, naquela época, o estudo não tinha o mesmo caráter e importância socioeconômica que assumiu nos últimos anos.

Aliás, alguns deles destacam que até tentaram retomar os estudos, mas a limitação de tempo, a responsabilidade sobre a família, a exigência de passar dias fora por conta da pesca foram se somando e se apresentando como empecilhos a esse retorno.

Os sujeitos desta pesquisa são chefes de família, que possuem esposas e/ou companheiras, bem como filhos, diante dos quais precisam cumprir certos deveres, dentre os quais a provisão da renda familiar, ou seja, a satisfação das despesas da casa, que é de inteira responsabilidade dos ribeirinhos urbanos ou é compartilhada com um ou dois membros da família.

Ao problematizar a autonomia dos membros da família, Bourdieu (1979) defende que a adoção das disposições econômicas capitalistas tende a provocar a depreciação das atividades femininas, considerando como trabalho verdadeiro apenas aquele que gera um rendimento monetário. Com isso, ele argumenta que, na medida em que o homem detém o poder econômico, por ser o provedor do sustento, acaba por apreender também as decisões

econômicas importantes. Por isso, não é incomum que a mulher até ignore quanto o marido recebe.

É evidente que isso se aguça se levarmos em conta que os ribeirinhos urbanos são herdeiros de uma educação tradicional, em que imperava o patriarcalismo, onde o homem detinha todas as decisões. Os ribeirinhos urbanos não expressaram uma depreciação em relação às mulheres, mas respeito e valorização. Todavia, não podemos esquecer que em suas falas a idéia de responsabilidade do homem em prover a família está nitidamente expressa, sendo inegável a vigência de alguns resquícios dos valores patriarcais.

É válido ressaltar que, mesmo nos casos em que há mais de um provedor da renda, o ribeirinho urbano e sua família não desfrutam de vastos recursos financeiros (**gráfico 16**), mas de limitadas condições econômicas, que lhes permitem a satisfação das necessidades mais básicas, principalmente, alimentação – a qual é complementada com o produto da pesca – além de possibilitar o pagamento das tarifas mensais de água e energia elétrica, bem como a compra de combustível para movimentar a rabeta ou o barco usado para o desenvolvimento da atividade de pesca. Os dois casos em que a renda familiar supera o valor de R\$ 1.500,00³² dizem respeito às situações em que outros membros da família atuam no funcionalismo público.

³² É importante destacar que, à época da pesquisa – ano de 2005, o salário mínimo era R\$ 300,00, por isso, os valores de referência supracitados variam entre um salário mínimo (R\$ 300,00) e cinco salários mínimos (R\$ 1.500,00).

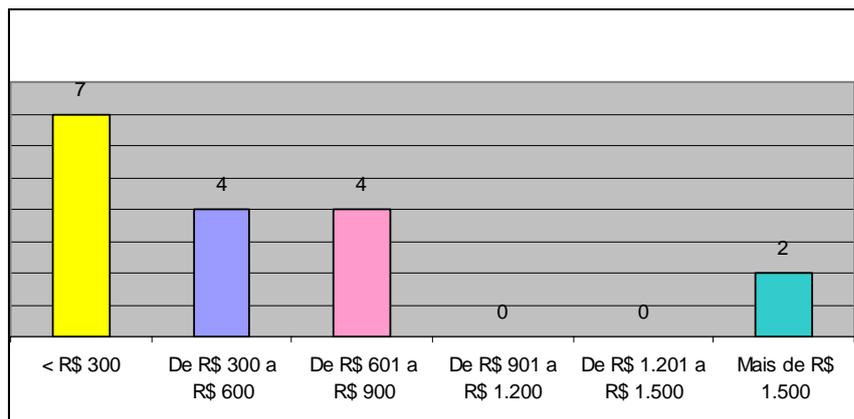


Gráfico 16 – Renda familiar mensal dos ribeirinhos urbanos

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Mesmo não dispondo de muitas posses, os sujeitos desta pesquisa, em sua maioria, possuem casa própria, o que contribui significativamente para a redução dos gastos permanentes, haja vista não haver a necessidade de pagamento de aluguel. Para Bourdieu (1979), em muitas situações, o aluguel se torna elemento oneroso, pesado à economia doméstica, fixando-se no centro de toda a configuração orçamentária. Então, não ter este peso para carregar é algo que ajuda os ribeirinhos urbanos a melhor administrar os ganhos e os gastos com outros elementos mais importantes para a sua subsistência.

Em geral, as casas em que habitam são simples, não muito grandes, construídas de madeira e/ou alvenaria (**Figuras 11 e 12**), onde se podem encontrar alguns móveis e eletrodomésticos, sendo os mais comuns: televisão, geladeira, fogão, ferro de passar, ventilador, cama, mesa, cadeiras ou bancos, havendo situações em que se pôde perceber a existência de outros bens de prestígio³³.

³³ Witkoski (2006, p. 298-299) esclarece que, com o desenvolvimento da pesca, os camponeses pescadores vêem-se diante da possibilidade de obter duas espécies de bens: *bens de subsistência* e *bens de prestígio*. Quanto aos bens de subsistência, aqui se inserem aqueles necessários à satisfação das necessidades básicas do indivíduo e de sua família, enquanto os bens de prestígio são aqueles dotados de valor relativo e não valor absoluto, que dão ao seu possuidor a possibilidade de ocupar lugar de destaque perante os outros membros da comunidade, que não têm acesso a tais bens, mas somente àqueles destinados à sobrevivência.



Figura 11 – Casa de um dos ribeirinhos urbanos, situada às margens do Lago do Puraquequara
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 12 – Casa de um dos ribeirinhos urbanos, nas proximidades do Lago do Puraquequara
FONTE: COELHO, 2006.

Por morarem em uma vila e, por conseguinte, numa área urbana, os ribeirinhos urbanos dispõem de alguns serviços públicos, os quais são frutos das reivindicações dos moradores desde que chegaram à terra firme. Como vimos no capítulo precedente, o abastecimento de água e energia elétrica foi a preocupação inicial, o que hoje está

regularizado e administrado pelos comunitários e Companhia Energética do Amazonas, respectivamente.

O poço comunitário abastece toda a Vila do Puraquequara e é mantido com as contribuições mensais dos moradores, que, por sua vez, dão condições de custear os gastos com energia elétrica, necessária para a ativação da bomba d'água, a qual garante o suprimento hídrico para todas as casas. Por vezes, tal funcionamento é interrompido se faltar energia elétrica ou se a bomba d'água apresentar problemas.

A grande preocupação apresentada pelos ribeirinhos urbanos diz respeito às perspectivas quanto à continuidade desse fornecimento de água, considerando que, como foi dito, a construção do poço data de 1992 e, desde então, a população do Puraquequara só tem aumentado e, conseqüentemente, a demanda por abastecimento de água encanada, que, em certos momentos, digamos nos horários de *rush*, fica enfraquecida, fazendo com que escasseie água em alguns domicílios, sendo esta uma demanda social que se apresenta ao poder público.

Por falar em requerimentos ao poder público, uma outra questão séria que identificamos durante a pesquisa é concernente à falta de uma rede de esgoto para escoar a água servida procedente das residências, o que chega a constituir um importante problema ambiental, haja vista que, de acordo com os sujeitos da pesquisa, por não haver alternativas para a coletividade, a água usada em suas casas, bem como dos outros moradores da Vila, esvai-se a céu aberto, podendo, inclusive, ocasionar a proliferação de endemias.

Eis o retrato! Eis os elementos que julgamos necessário apresentar e o perfil que precisamos traçar para subsidiar uma melhor compreensão da vida e dos modos de vida no Puraquequara, ponderando as especificidades e a dinâmica própria dos moradores.

2.3 INSERÇÃO/INTERSEÇÃO DOS RIBEIRINHOS URBANOS NO MUNDO DO TRABALHO: O RURAL E O URBANO NO PURAQUEQUARA

O mundo do Puraquequara é um campo vasto, onde coexistem duas realidades distintas e, ao mesmo tempo, complementares, que dão um caráter singular à vida dos moradores e à construção subjetiva que estes fazem do lugar. Estas realidades a que nos referimos são os mundos rural e urbano, que se expressam como duas faces do mesmo mundo, que é o Puraquequara, onde se mantêm vivas as tradições e costumes da vida própria da várzea e, concomitantemente, cede-se espaço para a emergência de novos modos de vida peculiares à vida na cidade.

Falar de ruralidade conduz, quase que necessariamente, à vinculação à terra, não sendo esta a relação precípua dos moradores do Puraquequara com o meio natural, já que, na Amazônia, a interação dos homens se dá muito mais com a água do que com a terra. O que lá se observa é presença de pescadores, muitos deles filiados à Colônia de Pescadores Z-12 de Manaus (AM), que trabalham diretamente na água, de onde extraem o seu sustento, sendo que, 14 dos sujeitos da pesquisa afirmam estarem filiados à colônia citada.

É patente que o mundo da vida de muitos moradores ainda é construído em torno do principal cartão postal da Vila, o Lago do Puraquequara, o qual se apresenta como fonte de renda para muitas famílias, que nele atuam como pescadores e catraieiros, que conduzem turistas e seus próprios conterrâneos de um lugar a outro. Além disso, percebe-se, de forma escassa, a prática da agricultura como atividade econômica (**Figuras 13 e 14**), isto porque as pessoas passaram a atuar em outras atividades profissionais, hoje mais ligadas à construção civil, ao comércio e à indústria, além das várias alternativas que buscam no mercado informal.



Figura 13 – Plantações de hortaliças no Puraquequara
FONTE: COELHO, 2005.



Figura 14 – Plantações de hortaliças no Puraquequara
FONTE: COELHO, 2005.

Com o desenvolvimento de práticas ligadas ao mundo do trabalho rural, os homens reavivam o *habitus* da vida em terra de várzea, que envolve a prática da pesca, a utilização de canoas e barcos como meio de transporte, o acordar de madrugada para colocar a malhadeira,

a vinculação de solidariedade entre os próprios moradores, que se expressa nas relações de troca e/ou partilha do produto pescado, na troca de dia³⁴, na pesca coletiva, no empréstimo de materiais e instrumentos de trabalho (canoa, rabeta, rede, malhadeira etc).

Considerando o lugar de destaque ocupado pelo trabalho na vida dos ribeirinhos urbanos, aqui o compreendemos como condição *sine qua non* para o entendimento da vida e dos modos de vida no Puraquequara. O mundo do trabalho constitui-se como um dos elementos mais importantes – talvez, o mais relevante – para a identificação da relação do homem com o mundo rural e/ou urbano, tendo em vista que a inserção no mundo do trabalho permite a uma parcela dos moradores do Puraquequara estabelecer uma relação de identificação com o mundo rural – ainda que esteja vivendo em uma área reconhecida como urbana.

Se compreendermos trabalho na perspectiva ontológica proposta por Marx, o perceberemos como a atividade humana indispensável à sobrevivência, através da qual o homem transforma a natureza e é transformado por ela, onde o mesmo produz e reproduz sua existência, realizando a história do ser social.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2006, p. 53), advogam que toda existência humana e, conseqüentemente, toda a história têm como pressuposto que “... todos os homens precisam estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais”. Em outras palavras, os homens precisam ter meios de satisfazer suas necessidades, provendo a vida material, de modo que, tendo vida, possam fazer história.

É através do trabalho que homens e mulheres no Puraquequara se firmam como partícipes da história, na medida em que, por meio dele, relacionam-se permanentemente com

³⁴ É quando um trabalhador presta serviços para outro sem a obrigatoriedade do pagamento de um salário, sendo que aquele ao qual foi prestado o serviço deverá compensar aquele que lhe fez o serviço também com o oferecimento de um dia de trabalho. Segundo Witkoski (2006, p. 159), trata-se de uma relação que brota da necessidade de dinheiro dos camponeses amazônicos, que por não o possuírem, recorrem a esta relação de ajuda mútua para garantir a produção econômica e, por conseguinte, a reprodução da vida material.

outros homens, garantem o seu sustento e de suas famílias e mantêm vivo – não só na memória, mas na vida – o modo de vida rural, em que a forte relação com o meio natural é mais afetiva do que material e, sobretudo, onde as relações humanas não se reificaram e insistem em sobreviver através dos laços de amizade e solidariedade.

Falar em trabalho que ainda não se reificou parece quimera, talvez um devaneio diante da realidade, contudo, queremos pensar o trabalho no Puraquequara – não desvinculado do contexto capitalista – como elemento ontológico, em que ainda perdura a necessidade intrínseca de sua realização, não sendo uma atividade compulsória imposta por um segundo sujeito, mas que emerge como necessidade do próprio sujeito de satisfazer as necessidades de sua vida material.

É sabido que, desde outrora, o trabalho foi entendido como um peso, um martírio, uma obrigação, como atividade vil relegada aos homens como uma pena por suas más atitudes diante do Criador, como doutrina a Bíblia Sagrada (1990), haja vista que o homem – criação divina, obra-prima feita à imagem e semelhança de Deus – ao ser colocado no Jardim do Éden como soberano sobre todas as criaturas, desobedeceu a Deus, recebendo deste, como punição, a expulsão do paraíso, o peso do sofrimento e a obrigação de trabalhar para satisfazer suas próprias necessidades.

Por conta do pecado original, não trabalhar deixa de ser um direito e passa a ser um pecado. Não é por acaso que, na sociedade contemporânea, há uma implacável repulsa ao ócio. Dentro desse contexto, é válido ressaltar um antigo ditado popular, o qual assevera que “a preguiça é a mãe de todos os vícios”. Assim, não trabalhar é indicativo de acomodação, é motivo de vergonha e humilhação.

A discussão sobre trabalho como dever também está presente em Bourdieu (1979), quando este argumenta que trabalhar, ainda que recebendo um salário insignificante, serve para justificar para si e para os outros que a dignidade está resguardada no exercício do

trabalho, como meio de mostrar para o mundo que o indivíduo está ganhando a vida trabalhando, estando livre do jugo do desemprego, do ócio.

Na proximidade com os ribeirinhos urbanos, torna-se perceptível a compreensão de que o trabalho é muito mais que uma necessidade material, mas moral e cultural, na medida em que estes homens e mulheres foram disciplinados, desde o alvorecer da vida, a trabalhar para ajudar no sustento da casa e, assim, educaram também os seus filhos. Todavia, ainda que exista este caráter de obrigatoriedade – próprio do *ethos* do trabalho – os ribeirinhos urbanos desenvolvem suas atividades profissionais com um sentimento de satisfação, indicando que tal atividade lhes completa, lhes realiza, o que nos remete à perspectiva ontológica marxiana.

É inegável que, com a Reforma Protestante e o advento do capitalismo³⁵, vê-se constituir uma ética do trabalho, a partir da qual esta atividade, antes considerada inferior, passa a ser vista como negação do ócio, meio de dignificação do homem, uma virtude (CHAUÍ, 2000).

Vê-se construir um novo *ethos*, uma ética protestante, que exorta que o homem vive para dar glórias a Deus e, isto é possível, por meio do trabalho. O trabalho é instrumento de ascese. Nesse sentido, Deus indica ao homem uma vocação e este, como servo fiel, deve segui-la, de modo a aumentar (lucrar) aquilo que recebeu das mãos de seu Senhor. Todavia, a riqueza torna-se algo maléfico se usada para o gozo da vida no ócio e no pecado, devendo, desse modo, ser usada para maior glorificação de Deus (WEBER, 2004).

É fato que o trabalho permeia a vida dos homens desde muito cedo. Não é por acaso que os ribeirinhos urbanos mencionam veementemente que, desde criança, era preciso trabalhar, o que não era uma escolha, mas uma necessidade. Como parte da própria cultura, os homens eram educados a compreender trabalho como conduta digna, como instrumento que possibilitaria a melhoria das suas condições de vida material. Talvez nem saibam, nem

³⁵ Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber (2004) expressa uma preocupação em explicitar a gênese desse *ethos*. Com o desenvolvimento do capitalismo, seu espírito ganha autonomia em relação à ética calvinista.

conheçam, em termos teóricos, o que é e como se difundiu a ética protestante, mas a viveram desde a aurora da vida.

A ética protestante, estudada por um dos grandes expoentes da sociologia – Max Weber – não é uma mera abstração. É realmente um *ethos*, que tende a orientar a vida dos homens, não somente os protestantes. Sendo uma ética que converge com o próprio espírito do capitalismo, ganha relevância cultural, social e econômica, podendo firmar-se como dogma, aceito e inquestionável perante os homens.

Quando ouvimos os ribeirinhos urbanos no Puraquequara, percebemos nitidamente o quanto o trabalho tem uma significância sem igual. O trabalho não só provê a subsistência, ele comanda a vida, prescreve normas, institui horário para acordar, para dormir, para comer; orienta condutas, doutrina valores, forma sujeitos históricos.

O trabalho que, em Marx, tem um caráter tão humano e, por isso, com nuances de beleza, está se degradando na sociedade capitalista, para quem a força de trabalho é apenas mais uma mercadoria. Por isso, diante da necessidade de satisfazer suas necessidades materiais, o trabalhador dirige-se ao mercado, onde negocia sua força de trabalho em troca de um salário.

De acordo com Marx (1982, p. 201), o trabalho é concebido como o momento pleno de realização do ser social, oportunidade em que o mesmo distingue-se de todos os outros seres vivos. Por isso, ressalta a capacidade teleológica do ser social. Para tanto, utiliza-se da famosa ilustração acerca da diferenciação entre o trabalho humano e o animal. O autor apregoa que mesmo o pior arquiteto tem projetado o resultado que espera alcançar ao término do processo de construção, a impressão que deseja dar ao produto de seu trabalho, enquanto que a melhor abelha, construindo um belo casulo, nada tem de idealização, o faz por instinto.

Marx (2006) reconhece a perversidade e precariedade do trabalho na sociedade capitalista. A problemática levantada por ele é quanto ao que a sociedade capitalista fez do

trabalho, que ao invés de possibilitar ao homem a realização de sua natureza, suga-lhe as forças e o reifica, transformando-o em mais uma mercadoria.

Às vezes, quando fazemos essa discussão, a imagem que logo vem à mente é da linha de produção de uma fábrica, onde os trabalhadores, de modo compulsório e fragmentado, desempenham funções predeterminadas pelas forças patronais, sem o conhecimento de todo o processo produtivo. Entretanto, se olharmos a realidade de modo mais amplo, perceberemos que a alienação dos sujeitos não se dá unicamente no espaço fabril, mas nos vários espaços em que o capitalismo espalhou sua rama e impôs aos homens um processo cíclico de exploração do capital sobre o trabalho.

É certo que os ribeirinhos urbanos não são funcionários de uma empresa, não têm um patrão, mas, pela natureza de seu trabalho, participam ativamente da dinâmica do mercado, na medida em que precisam negociar e vender seus produtos para poderem sobreviver, ou seja, caminham sob a sombra do capitalismo e, por isso, experienciam a desigualdade social e econômica e, por conseguinte, a luta entre capital e trabalho.

O trabalho desempenhado pelos ribeirinhos urbanos não produz bens materiais, mas extrai da natureza bens de consumo (peixe, verduras e legumes), os quais comercializados dão condições destes sujeitos terem acesso a objetos de uso, que possuem como distintivos a durabilidade e estabilidade que emprestam à vida humana, o que nos conduz ao discernimento arendtiano de labor e trabalho, um vinculado à alimentação da vida e outro ligado à mundanidade.

Esta reflexão extrapola o cerne da questão discutida pela sociologia e economia política, sobretudo, pela vertente marxiana. Por isso, precisamos estabelecer um diálogo com Hannah Arendt, filósofa alemã, a qual em seu livro *A Condição Humana* faz uma distinção entre trabalho e labor e, conseqüentemente, uma crítica a Marx, haja vista que este usa sempre a terminologia trabalho para designar atividades que a autora considera como diferentes,

sendo importante clarificar que não nos interessa entrar no mérito dessa discussão de Arendt em relação a Marx, mas enriquecer essa análise sobre a vida no Puraquequara com a sua importante contribuição filosófica.

O labor é reconhecido como atividade interminável, indispensável à manutenção da espécie, fortemente atrelado à vida e que só cessa com a própria vida humana. Nesse pensamento, o processo do labor segue o ciclo biológico do ser humano, sendo a morte do organismo o marco do fim das “fadigas” e “penas”. Enquanto o organismo mantém-se vivo, ele precisa repetir o esforço do labor, ratificando que este é uma eterna necessidade imposta ao homem pela natureza. Nessa lógica, o labor é a mais natural e a menos mundana das atividades, tendo em vista que, ao produzir, o homem volta-se para dentro de si mesmo e tem como objetivo único manter-se vivo. Para Arendt (2004), o labor não tem começo nem fim, está preso ao movimento cíclico do processo vital.

Como apresentamos, os ribeirinhos urbanos, em sua maioria, laboram para garantir a sobrevivência, haja vista extraírem da natureza os bens destinados ao consumo, o que é característico do labor. Os sujeitos da pesquisa, em sua totalidade, não deixam dúvidas quanto à destinação prioritária dos seus produtos, os quais são direcionados ao seu consumo e de seus familiares, ficando explícito que se tratam de produtos do labor e não do trabalho.

Apesar do labor ser considerado como atividade que acompanha toda a vida humana, é identificado como trabalho improdutivo, na medida em que “é típico de todo labor nada deixar atrás de si: o resultado de seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido” (ARENDR, 2004, p. 98).

Na ótica da autora, o esforço tem uma potente motivação que é a dependência da própria vida à atividade laborativa. A necessidade de subsistência acaba por reger tanto o labor quanto o consumo. O *animal laborans*, que vive em função da satisfação da necessidade, utiliza-se das “coisas boas” para produzir e produz bens pouco duráveis, até

porque, de acordo com a autora, as coisas tangíveis de menor durabilidade são justamente as necessárias ao processo vital do ser humano, as quais não podem ser acrescentadas à propriedade de um homem, levando-se em consideração que estes produtos se degradam, antes mesmo que constituam a objetividade do mundo.

Vivendo em função da necessidade, os ribeirinhos urbanos laboram vários dias por semana. Há casos em que laboram até sete dias por semana, devido à necessidade premente de satisfação das necessidades vitais. Sendo pouco duráveis os produtos do labor, precisam adquiri-los permanentemente para assegurar a sua reprodução e de suas famílias.

Segundo Arendt (2004), os produtos do labor não permanecem por muito tempo no mundo, não permitindo que eles se tornem parte dele. Além disso, a preocupação do *animal laborans* não está na acumulação e sim na produção dos meios que garantam a sua própria reprodução, ou seja, na provisão dos bens de consumo, na alimentação do processo da vida humana. Dessa forma, o labor nada produz além de vida.

Nesse contexto discursivo, Bourdieu (1979) fala de homens acorrentados pela necessidade, os quais passam a desempenhar atividades que satisfazem unicamente as necessidades mais imediatas da vida, o necessário à sobrevivência, como a alimentação. Se tomássemos a fala do autor em termos arendtianos, estaríamos discutindo labor, a julgar pelo fato de que os homens que labutam em função da sobrevivência são escravos da necessidade e, portanto, atrelados ao labor, já que o ganho se iguala ao consumo, na medida em que tudo o que é adquirido é, imediatamente, consumido, o que não permite que estes produtos adquiram uma durabilidade no mundo.

Assim, sob a perspectiva de Arendt (2004), tenderemos a crer que o que os homens fazem no Puraquequara é labor, na medida em que desempenham essas atividades profissionais (pesca e agricultura) por toda a vida, objetivando a manutenção da espécie, como “um movimento que se realiza e persiste geração após geração” (WAGNER, 2002, p.

65). Assim, os homens obtêm meios de subsistência e os consomem, processo este que os acompanha por toda a vida.

Como já dissemos, a principal atividade desenvolvida pelos ribeirinhos urbanos é a pesca, a qual lhes fornece um produto perecível (peixe), obrigando o pescador, muitas vezes, a vendê-lo abaixo do preço ao atravessador ou diretamente ao consumidor, o que não compensa o gasto material, o tempo de trabalho e o desgaste físico sofrido, mas precisa ser feito para que o peixe não estrague, ainda mais porque não existe um frigorífico na Vila do Puraquequara que permita o armazenamento do pescado.

De forma análoga, podemos nos remeter à discussão proposta por Bourdieu (1979) quando este faz referência aos vendedores ambulantes ou pequenos comerciantes argelianos, que muitas vezes vivenciavam a experiência de trabalhar o dia todo e não receber nada ou então ter que vender seus produtos abaixo do preço para que não estragassem e tivessem que jogá-los fora. O autor reconhece que os lucros, mesmo que irrisórios, não podem ser dispensados por aqueles que nada têm.

É evidente que o labor está presente na vida dos moradores do Puraquequara, ainda mais quando se manifesta a premente necessidade de manutenção da espécie. Como já explicitamos, os ribeirinhos urbanos, em sua maioria, são provedores do sustento de seus familiares, o que requer que os mesmos produzam meios de consumo em excesso, de modo a manter a sua subsistência e a dos seus, o que vem também a corroborar com a caracterização do labor, haja vista que aquele que labora também supre “... as necessidades daqueles que não se encontram em condições de prover a sua própria vida: [com isso,] o trabalho de um membro da família pode atender às necessidades de mais de um de seus membros” (WAGNER, 2002, p. 65). É labor, porque se constitui como estratégia que intenta a sobrevivência da espécie.

Em contrapartida, o trabalho – desenvolvido pelo *homo faber* com o emprego de instrumentos – tem a capacidade de produzir uma abundância de bens de consumo. Diferentemente do *animal laborans* que produz o estritamente necessário à sua reprodução, o *homo faber* é capaz de produzir mais do que o necessário à sua sobrevivência, produz excedente, acumula riquezas.

Arendt (2004) considera todo trabalho como produtivo, na medida em que gera produtos com relativa durabilidade, permitindo a acumulação. Nesse sentido, preconiza que os produtos do trabalho tornam-se parte do mundo, já que “garantem a permanência e a durabilidade sem as quais o mundo não seria possível” (p. 105). Para ela, o trabalho tem uma produtividade própria, por mais supérfluos ou pouco duráveis que sejam os seus produtos. Nessa lógica, ressalta que esta produtividade só se inicia com a reificação do mundo, com a edificação de um mundo de coisas.

Ao estabelecer uma diferenciação entre labor e trabalho, a autora é categórica ao asseverar que o *animal laborans* é amo e senhor das criaturas, no entanto, escravo da natureza, haja vista sua submissão à necessidade. Entretanto, o *homo faber* é amo e senhor da natureza e de si mesmo, já que produziu instrumentos para erigir um mundo e não para submetê-los ao processo vital humano.

No pensamento de Arendt (2004), o processo de trabalho tem o seu fim quando o objeto está acabado, apto a ser transformado em parte do mundo de coisas, não se comparando ao processo de labor, que tem como objetivo único nutrir a vida humana.

Como já afirmamos, a atividade desenvolvida pelos homens no Puraquequara não gera objetos que assumam certa durabilidade no mundo, não dando tempo para se constituírem como parte do mundo, sendo assim, os produtos que resultam de sua atividade são produtos do labor, ponderando o fato de se voltarem para o consumo e para o atendimento da necessidade vital do processo cíclico da vida humana. Todavia, os bens de consumo não são

usados unicamente para a satisfação da necessidade vital, mas adquirem um valor e são postos no mercado para serem comercializados, o que lhes produz dinheiro, o que não é indicativo do labor e sim do trabalho.

Ora, só pescar e plantar não é suficiente para prover-lhes a satisfação das “necessidades”, considerando que vivem em meio à sociedade capitalista, a qual se encarregou de suscitar e instituir outras tantas necessidades, independentes daquelas tradicionalmente destinadas à subsistência.

O que acontece é que a natureza do trabalho se modificou e, com isso, embora o processo de produção não crie produtos para o consumo, converte-se em labor, oportunidade em que os bens de uso passam a ser produzidos em abundância, o que, por si só, já os transforma em labor. Agora, os bens de uso são instituídos como necessidades vitais, sem os quais a vida não é possível. E o mais sério é que a cada dia são criadas novas necessidades, às quais os homens acabam se conformando e admitindo como indispensáveis à subsistência.

No desejo de substituir com maior rapidez as coisas mundanas, os homens já não as usam, não usufruem de sua durabilidade, mas vêm-se impelidos a consumir, a devorar as coisas do mundo como se fossem as “coisas boas” utilizadas pelo *animal laborans*, as quais se decomporiam se não incorporadas ao metabolismo do homem com a natureza.

Segundo Arendt (2004), já se vive numa sociedade em que a riqueza passa a ser mensurada a partir da capacidade de ganhar e gastar, o que acaba se tornando equivalente com o metabolismo do corpo humano. Por isso, afirma que “as horas vagas do *animal laborans* jamais são gastas em outra coisa senão em consumir; e, quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites” (p. 146).

Ao produzir objetos de uso, o homem passa a gozar do direito de dispor de um tempo livre, o qual Marx acreditava que o tornaria livre da necessidade. Todavia, o tempo que o homem teria para usufruir sua liberdade, é ocupado com o consumo, não somente de suas

necessidades, mas, sobretudo, da superfluidade da vida, impulsionada pela criação de novas necessidades. Nestes termos, “vivemos numa sociedade de operários, porque somente o labor, com sua inerente fertilidade, tem possibilidade de produzir a abundância; e transformamos o trabalho em labor” (ARENDDT, 2004, p. 138).

É importante reconhecermos que o trabalho no Puraquequara não está deslocado do processo mais amplo da hegemonia capitalista, haja vista a existência do objetivo de acumulação de capital e a vigência de uma relação de comércio, que permite o repasse do produto pescado. Contudo, não queremos, de modo algum, limitar o trabalho a mero instrumento de intermediação entre a necessidade material e sua satisfação, ou seja, apreender o trabalho como simples meio de ganhar dinheiro para garantir a sobrevivência.

Entendemos que, no Puraquequara, ainda é possível olhar o labor (na lógica arendtiana) ou trabalho (em termos marxianos) de forma poética, isto porque o ato de trabalhar é encarado pelos ribeirinhos urbanos como oportunidade de viver em interação com o Lago do Puraquequara, de andar de barco, de conversar com outros pescadores, de impulsionar a memória a recordar fatos da vida na várzea, de ver que ao final do dia foi possível colher frutos desta atividade e, por fim, que tudo isso lhes possibilitou prover o seu sustento e de seus familiares.

É inegável que o trabalho ocupa lugar de destaque no cenário da vida dos moradores do Puraquequara, por isso, se torna elemento fundamental para a compreensão da construção dos modos de vida nesta referida localidade. Por meio do trabalho, muitos homens e mulheres vivem em articulação com o mundo da vida rural, isto se levarmos em conta algumas considerações trazidas pela sociologia rural.

Sorokim, Zimmerman e Galpin (1986) prestam importante contribuição à clarificação desta questão, na medida em que estabelecem algumas diferenças básicas entre os mundos rural e urbano. Para eles, historicamente, a atividade agrícola funcionou como sinal

emblemático da vida rural, explicando que os homens viviam envolvidos em atividades como a coleta e o cultivo de plantas, bem como a criação e o cuidado de animais. Por isso, para os autores, a sociologia rural é expressamente a sociologia de um grupo ocupacional, ou seja, os trabalhadores agrícolas.

Ora, então parece que é algo que não cabe nessa nossa discussão, já que a maioria dos moradores já não pratica a agricultura! É bem verdade que a agricultura não exerce a mesma preponderância que possuía em tempos pretéritos, mas ainda existe, de modo mais parco, no mundo do Puraquequara. Talvez esta característica não seja a mais convergente com a realidade que encontramos, mas ela abre caminho para as outras características, que tomamos como mais afluentes à dinâmica social e econômica da vida no Puraquequara.

Os ribeirinhos urbanos ressaltam que, realmente, muitas famílias deixaram a agricultura, passando a exercer muito mais a pesca, argumentando que o que era produzido não estava mais dando para se manter, não possuíam terras apropriadas para o cultivo de hortaliças e seguiram o caminho da pesca como atividade econômica responsável pela manutenção do sustento familiar. Inclusive, dez dos ribeirinhos urbanos entrevistados mencionam terem trabalhado na agricultura no Puraquequara, mas há mais de quinze anos deixaram de exercê-la como atividade principal, mas continuam a cultivar hortas ou algum tipo de plantação em suas próprias residências, sendo algo citado por dezesseis deles, que ainda plantam algumas frutas e hortaliças como: cebola, mamão, cheiro-verde, pimenta, manga, couve, cupuaçu, abacate, caju, dentre outras.

Em sua totalidade, os ribeirinhos urbanos do Puraquequara mencionam a maior vinculação à pesca (**Figuras 15, 16, 17 e 18**), sendo esta a fonte do alimento diário consumido em suas casas, mesmo para aqueles que desempenham a pesca como atividade secundária. A pesca é atividade principal de catorze dos ribeirinhos urbanos entrevistados, sendo que, muitos deles, precisam exercer outras atividades profissionais para complementar a renda,

porque dizem não estar dando para viver só da pesca, o que se justifica pela dificuldade enfrentada em alguns períodos do ano – principalmente a época do defeso – bem como as despesas permanentes da pesca, como a gasolina, permitindo que, com o uso da rabeta, o pescador possa ir a outros lagos ou ao próprio Rio Amazonas, o que fica inviabilizado se ele tiver que fazer isso de canoa a remo.



Figura 15 – Ribeirinho urbano se preparando para fixar malhadeira no Beiradão do Rio Amazonas para apreender o peixe
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 16 – Ribeirinho urbano fixando a malhadeira no Beiradão do Rio Amazonas
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 17 – Ribeirinho urbano desamarrando canoa a remo usada para o desenvolvimento da pesca
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 18 – Ribeirinhos urbanos voltando da pesca no Lago do Puraquequara no período da vazante
 FONTE: COELHO, 2006.

Em se tratando da realidade amazônica,

a pesca, como atividade extrativa, também obedece aos imperativos da natureza, isto é, não pode ser desenvolvida sem levar em consideração o ciclo das águas [...] Impossibilitado de viver sob o calendário gregoriano (que possui uma cronologia típica do *Homo faber*), o tempo ecológico educa-o, tal como acontece com o *Animal laborans* [...] O camponês pode pescar durante todo o ano, mas não há como deixar de observar, para o maior ou menor sucesso da atividade pesqueira, o período da enchente e cheia – de dezembro a julho (estação do inverno) e o período da vazante e seca – de agosto a novembro (o verão). (WITKOSKI, 2006, p. 266-268).

Tocantins (1973) preconiza que, na Amazônia, homem e rio encontram-se intimamente ligados, formando quase que uma unidade. Essa marca da geografia local conduz ao que ele intitula como *primado social dos rios*, considerando que, nessa região do país, diferentemente de outras regiões onde predomina a forte ligação dos homens com a terra, os povos amazônicos estão rendidos ao rio, o qual se apresenta como gerador de fenômenos sociais. Não é por acaso que o poeta Thiago de Mello (2002) ao referir-se à Amazônia,

denomina-a como *Pátria da Água*, por conta da predominância de rios, lagos e igarapés na região.

Tocantins (1973) ressalta que, logo à primeira vista, a Amazônia impressiona pela imensidão de água que possui. Não é à toa que acredita que aqui melhor se ajusta a imagem dos caminhos andantes, tendo em vista que, na Amazônia, o rio se apresenta como um dos principais e inesgotáveis fornecedores de vida para os povos que nela habitam e, ainda, via de acesso por onde se locomove, diariamente, grande contingente de pessoas, através de embarcações. Por isso mesmo, em *O Rio comanda a vida*, o autor advoga que as águas regem a vida humana na região amazônica. Corroborando essa aceção, Mello (2002, p. 24) é categórico ao postular que, “a lei do rio não cessa nunca de impor-se sobre a vida dos homens. É o império da água”.

É o rio que fornece o peixe, um dos principais alimentos consumidos pelo ribeirinho e, ao mesmo tempo, modela o que o Tocantins (1973) chama de *povo de pescadores*, já que, desde muito cedo, o povo amazônico é afeito à pesca. Na ótica do autor, os caudalosos rios, lagos, igarapés, igapós, paranás e furos existentes na Amazônia são um convite constante à pesca e, por assim dizer, uma escola de formação natural de pescadores. Contudo, esta ocupação não se resume a um esporte, mas se configura como “uma necessidade diária, um farto sustento que provê a mesa do humilde e do abastado” (1973, p. 157-158).

A esse respeito, Witkoski (2006, p. 265) advoga que, aparentemente, a pesca parece ser atividade fácil, que qualquer um pode aprender. Todavia, sua plena realização requer tempo e dedicação, o que tende a construir um “pescador completo”, ou seja, capaz de conhecer as técnicas e os segredos das águas.

O autor argumenta que a arte da pesca é familiar aos camponeses amazônicos desde muito jovens, que ainda crianças passam a acompanhar os pais, amigos e familiares nas atividades da pesca, auxiliando-os em pequenas tarefas.

Sorokim, Zimmerman e Galpim (1986) sinalizam uma segunda diferença que diz respeito a características ambientais, sendo que, no exercício da ocupação agrícola, os trabalhadores atuam ao ar livre, estando assim, mais expostos às alternâncias das várias condições climáticas. Dessa forma, estão numa proximidade maior e numa relação mais direta com a natureza, isto é, solo, flora, fauna, água, sol, lua, céu, vento, chuva etc.

Os ribeirinhos urbanos vivem, por conta de seu trabalho, em constante interação com o meio natural, seja com o Lago do Puraquequara, seja com os vários recursos naturais existentes no Puraquequara, seja por se exporem às diferentes condições climáticas. Isto deve conduzir à percepção de que, apesar de viverem em terra firme, em área urbanizada, estes homens continuam muito ligados ao mundo da vida rural, o que seria distanciado se hoje estivessem desenvolvendo atividades eminentemente urbanas, ou seja, por conta da prática da pesca e, em raros casos, da agricultura, homens e mulheres no Puraquequara não se desprenderam da vida da várzea.

Outra distinção importante apontada pelos autores tange ao sistema de integração social. Nas áreas rurais, as relações se dão face a face, com interação mais próxima, enquanto que as populações urbanas estabelecem relações impessoais, casuais, superficiais e de curta duração, relações mais eminentemente flexíveis e mecânicas, o que nos remete à definição de comunidade, como espaço para o estabelecimento de relações próximas, onde as pessoas têm a possibilidade de partilhar a vida.

Existem outras diferenças, mas, para atender aos objetivos desta pesquisa, tomaremos apenas mais uma, a qual diz respeito ao fato de que as áreas rurais tendem a possuir uma população mais homogênea em suas características psicossociais se comparadas às populações urbanas. Essa homogeneidade diz respeito à similaridade de linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrões de comportamento etc. Por isso mesmo, julgamos necessário recorrer às representações sociais, que nos permitem entender as relações que os sujeitos

históricos estabelecem entre si e com o mundo que os rodeia, as quais são permeadas por processos simbólicos, que se edificam dentro de um determinado grupo social, ou seja, a sociedade constrói e partilha representações sociais, que, na lógica proposta por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), nos levam a inferir que é mais visível nas populações rurais.

Discutir o mundo do trabalho na Amazônia é sempre muito complexo, pois nesta região não dá para se falar de um mundo do trabalho, mas de mundos do trabalho, como incita Torres (2004). A esse respeito, Vaz (1996) defende que o homem da Amazônia, o ribeirinho, não desempenha uma ocupação específica. Apesar de ser, predominantemente, agricultor e/ou pescador, pode ser também caçador, carpinteiro ou exercer várias funções, inclusive no mesmo dia, dependendo da necessidade, o que, para o autor, acaba por garantir-lhe certa autonomia econômica.

Ao discutir o mundo do trabalho dos camponeses amazônicos, Witkoski (2006) preconiza que a polivalência é elemento característico da formação técnico-social camponesa, considerando a multiplicidade de atividades produtivas desenvolvidas (agricultura, caça, pesca, criação animal etc) para a produção e reprodução da vida. No caso do Puraquequara, apesar de denominarmos os sujeitos da pesquisa como ribeirinhos urbanos, predomina a monovalência, ou seja, o desenvolvimento de uma atividade produtiva – a pesca.

2.4 MODOS DE VIDA NO PURAQUEQUARA

Desde o início deste trabalho, aludimos com frequência à expressão modos de vida para exprimir a forma como homens e mulheres constroem suas vidas, desenvolvem seus trabalhos, percebem suas necessidades e respondem às diferentes situações da vida. Contudo,

queremos referenciar esta noção para que nossa problematização se pautem numa argumentação científica, para a qual vários pensadores já manifestaram suas contribuições.

Trata-se de uma noção da geografia, aqui adotada por entendermos que a mesma permite discutir a realidade do Puraquequara a partir de um olhar de totalidade, compreendendo não apenas o fator físico (geográfico) como determinante para a construção do modo de vida, mas também os aspectos econômicos, sociais e culturais.

É bem verdade que a região amazônica tem suas especificidades em relação a outras localidades do planeta, considerando sua sociobiodiversidade. Na Amazônia, muitos de nossos bairros, vilas, municípios e estados são circundados por água, o que tende a imprimir um ritmo de vida às populações ribeirinhas, ou seja, que residem às margens dos lagos, igarapés, furos e rios.

Os povos ribeirinhos, suscetíveis às intempéries da natureza, conduzem suas vidas e expressam um modo muito especial de ser amazônico. As diferentes condições climáticas imprimem modificações nas casas, na alimentação, nos hábitos e no próprio trabalho do amazônida. Isso porque “os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça” (TOCANTINS, 1973, p. 279).

De acordo com o autor, em períodos de cheia, a comunicação entre algumas localidades é facilitada, tendo em vista que as embarcações conseguem atingir longínquos lugares. Olhando por esse prisma, o rio manifesta-se como o grande aliado do homem, já que viabiliza sua locomoção. Em contrapartida, com o aumento do volume de águas, as casas são inundadas e as plantações são devastadas. Nesse período, a economia é extremamente comprometida, na medida em que, por conta da escassez de peixes e da inundação das plantações, a pesca e a agricultura tornam-se inviáveis. Além disso, essas comunidades que constroem suas casas às margens do rio, são impulsionadas a mudar de moradia e/ou construir assoalhos mais altos para conseguir escapar dos efeitos implacáveis da natureza.

Em épocas de seca, o grande problema é a falta de água e a dificuldade de acesso a determinadas localidades. O escoamento da produção é dificultado e, conseqüentemente, a economia é também comprometida. Nessa lógica, Tocantins (1973) é enfático ao afirmar que a blasfêmia contra a água que inundava as casas na época da cheia, é agora substituída pelo desespero pela falta da mesma. Nesse sentido, Batista (1976) assevera:

a população rural tem sido e continua a ser a grande enteada da Amazônia: na enchente é perseguida pela água; na vasante [sic] tem cortadas, nos altos rios, as limitadas comunicações. Em fazendas da ilha de Marajó e do paraná do Cambixe, na ilha do Careiro, visinhos [sic] portanto a Belém e Manaus, respectivamente, não há água disponível, para o gado e para o homem, na estação seca (p. 88-89).

Apesar desta dinamicidade desencadeada por fatores de ordem natural, o homem da Amazônia tem como baliza para construção de sua vida outros elementos ligados às relações sociais, às questões econômicas, às premissas culturais, que acabam por cooperar para que o homem, aliado a seu grupo social, construa um modo de expressar sua vida, uma forma de produzir material e simbolicamente sua vida social, uma maneira de viver que ele desenvolve para garantir sua sobrevivência, ou seja, suas necessidades vitais.

Derruau (s/d) explica que os geógrafos empregam a noção de modo de vida sempre em referência a um grupo, mas também poderia ser usada para indicar a forma como um indivíduo em particular constrói sua vida. Em termos de geografia humana, modo de vida está sempre ligado a uma coletividade, sendo o “conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura a sua existência: a pesca, a caça, a colheita de frutos, a agricultura sedentária e a vida pastoril são modos de vida que se integram em esquemas de vida mais complexos” (DERRUAU, s/d: 169). E complementa: “é a resposta de um grupo à organização econômica e social que lhe é imposta ou que ele impõe a si mesmo [...] É o conjunto de laços que une o

grupo a um sistema de produção, por um lado, e à sua base espacial, por outro” (Idem, p. 177).

Sorre (1984) não fala em modo de vida, mas em gênero de vida, por ele compreendido como o conjunto das atividades do grupo humano que dá coesão ao grupo social, possibilitando sua existência, incluindo as formas que os homens criam para se conformarem ao meio geográfico. Os usos, as tradições e os costumes próprios de uma comunidade e a elas fortemente enraizados constituem o gênero de vida.

Recorrendo a uma outra geógrafa, Marta Inez Medeiros Marques (2004), encontramos alguns outros aspectos que também precisam ser considerados, os quais estão mais ligados às relações sociais e aos valores morais que permeiam a cultura camponesa. Nesse sentido, define modo de vida como:

um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade [...] [estando] marcado pela autonomia do trabalhador e pela existência de uma rede de solidariedade, formada por parentes e vizinhos (MARQUES, 2004: 145-146).

No Puraquequara, os vínculos familiares e de vizinhança ainda são percebidos como um dos indicadores da sobrevivência do modo de vida rural, levando-se em conta que as relações sociais ainda são próximas, as pessoas se conhecem pelo nome e mantêm vínculos de solidariedade.

Ousamos dizer que a dinâmica de interação social no Puraquequara é significativamente diferente da que estamos acostumados na *cidade*. As pessoas cultivam uma proximidade entre si, por sinal, pessoas de muita simplicidade, mas com uma capacidade de

acolher e valorizar as pessoas que chegam. Parece que a vida e as pessoas não correm com a mesma velocidade da cidade.

De acordo com Derruau (s/d), existem vários elementos constitutivos e explicativos dos modos de vida, dentre os quais se pode elencar: instrumentos, combinação de técnicas e processos de trabalho, momentos de descanso, nível de vida que se articula e depende do rendimento de cada pessoa, as relações sociais estabelecidas entre os homens, até mesmo, os próprios vínculos firmados entre os sujeitos que compõem uma comunidade de trabalho.

É notório que em certas localidades o meio natural contribui significativamente para a construção de um modo de vida peculiar. Todavia, ele não é determinante, como indica o autor citado, ponderando que nem todos os povos conseguiram se adaptar com êxito ao meio ambiente em que viviam. Diante disso, os homens, a seu modo, criam maneiras de lidar com o mundo, com a natureza e com os outros homens.

Pensar o modo de vida implica compreender sua dupla função, quais sejam: criadora e destruidora. A função criadora diz respeito à capacidade do homem construir um mundo para que efetive sua vida, ou seja, sua predisposição para preparar a terra, plantar, fazer roçados, adubar, criar e cuidar de animais, montar seus próprios instrumentos, ações estas que lhe permitem viver de uma determinada forma, a qual seria atrapalhada se ele não contasse com esse conjunto de aparatos.

A função destruidora se justifica pelo fato do homem destruir vários elementos ao seu redor, incluindo recursos naturais, para construir sua dinâmica de vida, sendo que, "... a maior parte das vezes, aquilo que o homem destrói é verdadeiramente hostil aos elementos que compõem o seu modo de vida (DERRUAU, S/D: 171). O homem pode até não se dar conta dos prejuízos que está causando ao devastar e queimar florestas inteiras, mas o faz, já que, para a forma que ele vive e satisfaz suas necessidades básicas, as mesmas não ocupam lugar de centralidade e, por isso, o autor os considera como elementos hostis ao modo de vida.

É importante dizer que os modos de vida são passíveis de mudanças, não são perenes, como afirma o autor. As mudanças nem sempre são decorrentes de fatores externos, podendo acontecer em função da invenção de novas técnicas de trabalho ou por aumento ou decréscimo populacional, por exemplo. É óbvio que modificações sociais exercem uma forte influência sobre a edificação da vida, como podemos verificar na Vila do Puraquequara, onde a migração da várzea para a terra firme impulsionou homens e mulheres a repensarem a vida e seus meios de subsistência.

No caso específico do Puraquequara, há questões de natureza econômica, física, cultural e social que determinaram a modificação dos modos de vida, como já mencionamos no capítulo I, tomando também como referência o estudo de Ferraz e Gonçalves (1998). A saída da várzea, o abandono da agricultura, a adoção de outro espaço e modelo de moradia, a busca de novas alternativas de trabalho, a luta pela aquisição de serviços sociais necessários à vida na cidade, a alteração dos hábitos alimentares, a maior proximidade com o centro da cidade por conta da construção da estrada são alguns elementos importantes para entendermos a modificação dos modos de vida no Puraquequara, o que não significa abandono do modo de vida rural, mas a incorporação de outros aspectos e a constituição de novos modos de vida, de novas formas de pensar e de viver.

De acordo com Bourdieu (1979), se observarmos indivíduos que vivem num contexto de transição de um modelo de sociedade mais tradicional para uma sociedade mais moderna e, por conseguinte, de modificação do próprio *habitus*, não é incomum ouvir entre os indivíduos a idéia de que, com a modernidade, a vida se tornou mais fácil ou de que as pessoas são mais felizes. É interessante fazermos uma analogia à fala de alguns dos ribeirinhos urbanos, os quais expressam um discurso de que agora a vida na cidade é melhor, o que não deixa de estar marcado pela fragilização dos costumes e das características próprias da vida do campo.

Ora, para pensar os modos de vida, a contribuição de Bourdieu (2004) sobre a concepção de *habitus* assume grande relevância, na medida em que o antropólogo francês nos fornece subsídios que permitem entender o homem em suas relações sociais, as quais produzem um mundo de significados, de valores, de crenças, de costumes, de ações.

Vivendo em sociedade, o homem recebe uma carga valorativa, um sistema de orientações e normas de como ele pode e deve agir diante do mundo, incorpora valores, estabelece práticas, cria conceitos e parâmetros, adota ideologias, arquiteta relações sociais. Enfim, constrói um conjunto de disposições duráveis, as quais se firmam como estruturas estruturadas, que por nortear sua vida e suas ações tendem a se constituir como estruturas estruturantes, capazes de imprimir aos outros esse conjunto de disposições. Com isso, o homem, ao mesmo instante em que internaliza o *habitus*, ele também o reproduz (BOURDIEU, 2004).

Para o autor, a interação com outros homens e a própria dinamicidade do mundo suscitam a criação e recriação do *habitus*, permeado de durabilidade e flexibilidade, pois “tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia” (BOURDIEU, 2004: XLI).

É certo que os homens possuem um conjunto de valores e experiências passadas, que funciona como estruturador de práticas e representações que estes constroem para e sobre o mundo, os quais foram grafados nestes homens desde o berço, por meio da educação e da interação social, precisando permanentemente ser repostos e reatualizados para lidar com os outros sujeitos e a realidade objetiva da sociedade.

Segundo Bourdieu (2004), “o *habitus* constitui a matriz que dá conta da série de estruturas e reestruturas por que passam as diversas modalidades de experiências diacronicamente determinadas dos agentes” (p. XLVII).

Nessa lógica, na medida em que o homem frequenta a escola, participa de uma associação política, partilha orientação religiosa, constrói relações com outros homens, influi e é influenciado por outros agentes, constrói e se deixa construir nas relações sociais, as quais produzem o *habitus*.

Os ribeirinhos urbanos partilham um mundo particular, mantêm vivos vários aspectos que foram repassados pela educação familiar, mas também se edificaram e se tornaram o que são hoje no emaranhado de relações sociais que estabeleceram ao longo da vida. A dinamicidade do mundo e da vida que os fizeram sair da várzea e se firmarem em terra firme impulsionou a criação e recriação do *habitus*, antes alicerçado nos valores, nas representações, nas tradições próprias da vida na várzea, mas hoje acrescido de outros elementos da vida na cidade, o que faz com estes homens não sejam mais os mesmos que eram na várzea, já que o *habitus* é passível de modificações, mas também não sejam genuinamente homens da cidade, pois carregam um conjunto de disposições, que por funcionarem como estruturas estruturantes, orientam suas representações e ações, ainda que tenham necessitado se adaptar à cidade, por isso, os sujeitos desta pesquisa são compreendidos como *ribeirinhos urbanos*.

Acreditamos que muitas das modificações impetradas no Puraquequara são perceptíveis a olho nu, mas outras demandam uma maior investigação, razão pela qual nos propusemos a estudar esta realidade, que revela que homens e mulheres, vivendo num espaço reconhecido como urbano, mantêm vivos muitos de seus laços com as tradições e a vida do mundo rural, tendo como principal mediador o mundo do trabalho, que possibilita uma relação mais direta com os outros homens e com a natureza. Como diz Woortmann (2004, p. 136): “camponeses são gerentes da natureza pelo trabalho”.

Esta acepção reitera a argumentação de Derruau (s/d), quando este afirma que no interior de uma sociedade a diferenciação dos modos de vida tem, ao mesmo tempo, uma origem social e profissional. Em função das interações sociais, das relações de parentesco e vizinhança, da herança cultural recebida, os homens estruturam suas vidas. Por conta do trabalho, homens e mulheres têm certos costumes que são peculiares àquele determinado tipo de ocupação profissional, cumprem uma rotina de vida, criam esquemas e técnicas de trabalho, direcionam a educação dos filhos e firmam vínculos com a comunidade a qual pertencem.

A edificação da vida em meio à natureza e, em particular, junto ao Lago do Puraquequara, contribui para a construção de um determinado modo de vida, apesar de não ser o único dado a ser considerado, até porque os modos de vida precisam ser entendidos a partir de vários determinantes, quais sejam: sociais, culturais, econômicos, políticos, geográficos etc. Em articulação com esse conjunto de elementos, os homens criam uma forma de lidar com o mundo que os cerca e criam estratégias para prover a sobrevivência, construindo suas vidas.

Observando os ribeirinhos urbanos, encontramos alguns dados significativos que justificam essa forte vinculação ao mundo rural, sobretudo naqueles sujeitos que continuam exercendo atividades profissionais ligadas à pesca e à agricultura, as quais oferecem oportunidade para que os mesmos vivam como homens do campo – como eles mesmos afirmam – ainda que vivam em área urbana do município de Manaus. O meio natural, a tradição e herança cultural da vida na várzea, os princípios éticos pautados numa educação tradicional, os valores cristãos assumidos desde a infância são alguns destes elementos que também precisam ser incorporados à análise da vida e dos modos de vida no Puraquequara³⁶.

³⁶ Algumas destas questões relacionadas à identificação com o mundo rural e/ou urbano – relação com o meio natural, reavivamento das tradições etc – serão objetos de estudo do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

RIBEIRINHOS URBANOS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO PURAQUEQUARA**3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

O caminho percorrido até aqui nos permite perceber que o Puraquequara se manifesta como realidade *sui generis*, sobre a qual pairam dois tipos de mentalidade e, por conseguinte, duas formas de lidar com a vida e com o mundo, ainda que estejam fazendo referência a um mesmo mundo – o Puraquequara. Estamos falando da coexistência de dois modos de vida, um ligado à vida rural e outro atrelado à vida na cidade.

Decerto, pensar e viver na fronteira tênue entre rural e urbano³⁷ não parece tarefa muito fácil, mas isto parece não se apresentar como preocupação para os moradores, os quais administram e vivem esta interface rural-urbano com naturalidade e entendendo-a como constitutiva da dinâmica da vida no Puraquequara.

Como afirmamos, a sociologia rural distingue algumas características para ambas as realidades, sendo que precisamos fazer a devida adequação à especificidade amazônica, ponderando nossa sociobiodiversidade, a forte vinculação dos homens com a água, propiciada pela geografia local, o conjunto de interações sociais edificadas ao longo dos anos, a configuração sócio-histórica do lugar, as intersubjetividades, o sistema de representações sociais e o *habitus* que dão forma e vida à realidade humana no Puraquequara.

É a partir desta lógica que os sujeitos desta pesquisa são concebidos como ribeirinhos urbanos, haja vista a plasticidade das relações estabelecidas com ambos os mundos, o que pode ser evidenciado na fala de um dos moradores entrevistado por Ferraz (1998): “[...]”

³⁷ Fronteira não somente no plano material, mas também no aspecto simbólico.

Agora aqui já é cidade. Aqui é interior [apontando para o lago] e aqui é cidade [apontando para a Vila]. Agora tudo o que precisa tem” (p. 61).

Vaz (1996) recorda que outros termos já foram empregados para designar o homem da Amazônia, dentre os quais se podem mencionar: caboclo e ameríndio, os quais não deixam de estar impregnados de preconceito e discriminação, de um modo geral, considerando o homem amazônico como um ser inferior em termos de nível sócio-cultural, apático, preguiçoso, analfabeto, responsável por sua própria condição de pobreza. Todavia, argumenta que a cultura do ribeirinho amazônico resulta de um longo processo de três séculos de domínio colonial, composto por avanços e retrocessos.

Lima (1999) sustenta que a categoria social caboclo, atribuída pelo observador aos pequenos produtores rurais amazônicos, não expressa uma identidade coletiva, isto porque esta denominação contém uma carga negativa, preconceituosa e pejorativa, estando relacionada ao estigma de selvagem, atrasado, involuído. Desse modo, esta não é uma questão fechada, na medida em que ainda não foi possível consolidar um termo conferido pelas próprias pessoas a quem ele designa, mas, de forma geral, a população rural não se reconhece como cabocla e rejeita este rótulo, pois acredita dizer respeito aos índios.

A expressão *ribeirinhos urbanos* procura evidenciar a condição paradoxal vivida pelos moradores do Puraquequara que, mesmo residindo em uma área urbana, ainda sentem e vivem o mundo rural como realidade primordial. Nesse contexto, convém salientar que, nesse trabalho, fizemos a opção de empregar o termo ribeirinho e não caboclo ou trabalhador rural, mesmo tendo clareza de que se trata de uma identificação construída no campo acadêmico e não uma invenção da identidade da população, apesar de também ser utilizado por alguns movimentos sociais na região.

Os ribeirinhos da Amazônia, em geral,

vivem em pequenas comunidades na beira dos rios, igarapés e lagos; suas casas são feitas com materiais que encontram na floresta: cercadas de madeira ou barro e cobertas com palha, muito simples; no quintal, muitas árvores frutíferas, uma pequena horta e alguns pequenos animais de criação. A canoa ou o ubá, o meio de transporte mais usado, está sempre próxima (VAZ, 1996, p. 52).

Estas são algumas das características que, para o autor, ajudam a identificar os modos de vida ribeirinhos, os quais possuem um sistema cultural que abarca várias dimensões da vida interdependentes (economia, cultura, religião etc), que atribuem sentido às suas vidas e às suas relações com a natureza e os outros ribeirinhos.

3.2 OS RIBEIRINHOS URBANOS, O PURAQUEQUARA E A NATUREZA: UM OLHAR

A vida no Puraquequara está fortemente arraigada à relação dos homens com a natureza, fonte dos meios de sobrevivência, promotora de vida e do reavivamento das memórias que perpetuam a história do lugar. É por conta da proximidade com o meio natural que homem e rio, homem e floresta, homem e terra continuam entrelaçados, relação que se aguça com o desenvolvimento das atividades produtivas de pesca e agricultura.

Entender a relação homem e natureza obriga-nos a remeter a discussão à contribuição de Marx e Engels (2006), que advogam acerca da sua unidade, no instante em que apregoam a coexistência de uma natureza histórica e de uma história natural.

Nota-se no espírito da argumentação marxiana que o homem se insere como parte da natureza, na qual se distingue pela ação teleológica que desempenha no processo de produção e reprodução de sua vida material, relação mediada pelo trabalho, que se inscreve como elemento fundamental do vínculo do homem com a natureza e com os outros homens. Por

meio do trabalho, o homem domina a natureza e a transforma, construindo algo que lhe pertença, erigindo um mundo objetivado. Ao mesmo instante em que transforma a natureza, modifica a si mesmo e constrói relações sociais com os outros homens.

Marx e Engels (2006) asseveram que, na medida em que os homens produzem seus meios de existência, acabam por produzir sua vida material, sendo este fato um distintivo do homem em relação aos animais, juntamente com a consciência e a religião. A própria estrutura corporal permite que o homem se diferencie e se destaque diante dos outros animais.

A produção dos meios de vida e, por conseguinte, da vida material devem se entendidas

muito mais [como] uma forma determinada de atividade dos indivíduos, [como] uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto o que produzem como o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção (MARX E ENGELS, 2004, p. 44-45).

Ora, compreender os homens e as mulheres que habitam o Puraquequara implica perceber, necessariamente, como estes homens produzem e reproduzem a vida material, por isso, julgamos necessário problematizar os modos de vida no capítulo anterior, considerando que o que os homens são, o que eles pensam, como eles explicam o mundo e constroem suas vidas está associado às condições materiais que dispõem e como eles produzem esta vida material.

É a partir desta compreensão que queremos pensar o vínculo destes homens com a natureza e, em especial, com o Lago do Puraquequara, já que é por meio dele que a maioria dos ribeirinhos urbanos consegue o alimento e os meios de consumo destinados à comercialização, que lhes proverão a subsistência.

Primeiramente, não podemos esquecer que os ribeirinhos urbanos são herdeiros de uma cultura indígena, em que o respeito à Mãe Natureza é um valor incondicional à vida. Além disso, são marcados por uma tradição judaico-cristã, a partir da qual se concebe o mundo e tudo o que existe, inclusive o ser humano, como obras divinas, as quais foram entregues pelo próprio Criador nas mãos dos homens, para que estes – obras-primas da criação – governassem e submetessem a criação à satisfação de suas necessidades. A esse respeito, diz a Bíblia Sagrada (1990):

E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse: “Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra; dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra”. E Deus disse: “Vejam! Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão sementes: tudo isso será alimento para vocês [...] E assim se fez. E Deus viu tudo o que havia feito, e tudo era muito bom” (Gn 1, 27-29; 31).

Reconhecendo tudo o que existe como obras de Deus a eles confiadas, uma parcela significativa dos ribeirinhos urbanos menciona o dever moral de conservar e zelar pela natureza, por ser ela a fornecedora de água, alimento, ar, fogo, sombra, remédios etc. Os homens são vistos como guardiões da natureza, pertencentes ao grande ciclo da vida, como se explicita na fala de um dos sujeitos da pesquisa, o qual argumenta que a natureza “é muito linda. É uma coisa que Deus deixou. Por isso, a gente tem que preservar” (OAF, Pesquisa de campo, 2005).

Existe um reconhecimento da importância e da indispensabilidade dos recursos naturais para a vida humana, por isso, a conservação é concebida como tarefa primordial de todos os moradores, pois precisam continuar se alimentando, trabalhando, vivendo com saúde, o que é dificultado sem a presença de animais, de um lago sem poluição, de florestas sem

estarem devastadas. É o que destaca um dos ribeirinhos urbanos: “é dela que vem o ar puro. Sem ela, vêm muitas doenças. Isso porque querem destruir a natureza” (EGS, Pesquisa de campo, 2005). A esse respeito, acrescenta um outro: “É importante. Se acabarem com a floresta, estamos perdidos. Se não forem as árvores para nos proteger!” (SRS, Pesquisa de campo, 2005).

Essa intimidade com a natureza é favorecida pela proximidade vivida desde o alvorecer da vida, a julgar pelo fato dos ribeirinhos urbanos, quase em sua totalidade, terem nascido no Puraquequara ou em municípios do interior do Estado do Amazonas, ambiente geográfico propício à inter-relação homem e natureza, levando em conta a vivência por longos anos na margem ou nas imediações de lagos, rios e igarapés, o cultivo de plantações e hortas, a produção da farinha para a própria família como transformação do fruto do trabalho agrícola, a utilização das plantas medicinais oferecidas pela floresta, a criação de animais, a prática da caça e da pesca, dentre outros elementos.

Como mencionamos no capítulo I, Ferraz (1998) acredita que a possibilidade de poder construir a vida às margens do Lago do Puraquequara se constitui como ingrediente importante para a compreensão do estabelecimento de vários moradores no Puraquequara, levando em consideração ser uma área que, apesar de estar próxima à cidade, se manifesta como favorável à manutenção da relação com a vida rural e, por assim dizer, área em que é possível manter vivo o *habitus* da vida na várzea.

Algumas atividades e costumes dos moradores sinalizam para a sustentação do *habitus*, como, por exemplo, os vínculos de solidariedade entre parentes, conhecidos e vizinhos, o envolvimento da comunidade em torno dos tradicionais festejos de São Sebastião (em janeiro) e São Pedro (em junho), as práticas profissionais ligadas à pesca e à agricultura, o cultivo de vários produtos em domicílio e a criação de animais – sobretudo, galinha – para a complementação da alimentação.

Por sinal, estas duas últimas práticas indicam, ainda que tacitamente, para a existência de práticas de labor, desenvolvidas para assegurar a manutenção da vida humana. Tais atividades são apresentadas pelos sujeitos da pesquisa como necessárias, haja vista as dificuldades encontradas em alguns períodos do ano para conseguir o peixe e suprir as necessidades diárias de alimentação, por isso, dizem os ribeirinhos urbanos: “crio para ter o que comer. Quando estou aperreado, mato um” (JMS, Pesquisa de campo, 2005) e, ainda, “crio para quando ficar difícil de peixe, ter o que comer” (JAM, Pesquisa de campo, 2005).

A relação com a natureza – fornecedora de vida e de alimentos – se inscreve como um valor para os ribeirinhos urbanos, que expressam com muita clareza a relevância objetiva e subjetiva da mesma para as suas vidas, já que ela “é importante, traz mais saúde. A gente vive mais se estiver perto da natureza” (MAM, Pesquisa de campo, 2005). Por esta razão, o “verde”, como eles se referem aos recursos vegetais, está presente nas várias casas na Vila do Puraquequara (**Figuras 19 e 20**).



Figura 19 – A manutenção do “verde” e da pesca
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 20 – A manutenção do “verde” e da pesca
FONTE: COELHO, 2006.

Os ribeirinhos urbanos reconhecem a natureza como provedora de vida, de saúde, de ar puro, de condições para a sobrevivência humana e, portanto, carente de proteção e de cuidados por parte deles, que são os guardiões, por isso, diz o ribeirinho urbano: “luto por ela, porque não tem nada mais perfeito. Sem ela, não vivemos” (ASM, Pesquisa de campo, 2005).

A valorização da natureza é impulsionada pela presença e importância sem igual do Lago do Puraquequara (**Figuras 21 e 22**), que está no cerne da vida dos moradores. O lago exerce função inefável na história e na construção dos modos de vida no lugar, considerando que, por meio dele, homens e mulheres se locomovem todos os dias em suas embarcações, nele transitam até outras localidades, dele extraem o peixe – principal alimento para suas famílias, além de se constituir como produto para a venda e, conseqüente, meio de sustento de vários moradores – nele lembram das cantigas e das tradições familiares. Além disso, por conta dele, famílias inteiras se sentem motivadas a se dirigir ao Puraquequara nos finais de

semana para passear, para apreciar o ambiente e para saborear os peixes pescados no próprio lago ou nos lagos vizinhos.



Figura 21 – Lago do Puraquequara no período da cheia
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 22 – Lago do Puraquequara no período da cheia
FONTE: COELHO, 2006.

Como diz o pescador JRM, o lago “é o coração do Puraquequara. A comida vem do lago. Dele vem o nosso ganha-pão” (Pesquisa de campo, 2005). Decerto, “o lago representa a principal fonte de renda e alimentos para os moradores do Puraquequara” (EML, Pesquisa de campo, 2005).

É do lago que os ribeirinhos urbanos tiram seu alimento diário, sendo o peixe o alimento indispensável, ainda mais em função de não onerar o orçamento familiar e reduzir os gastos com alimentação, dando condições de direcionar os escassos recursos para a compra de outros alimentos, disponíveis no comércio local, como arroz, feijão, farinha, carne, frango, açúcar, café e outros itens que compõem a cesta básica. Aliás, quando faz referência à alimentação na região amazônica, Djalma Batista (1976) designa o peixe como o prato de resistência, haja vista o lugar de destaque ocupado no cardápio amazônida.

Ora, sabendo que a maioria dos ribeirinhos urbanos são pescadores, torna-se quase supérfluo explicar o porquê de ser atribuída tanta importância ao lago que, ao mesmo tempo em que permite a alimentação diária, possibilita a sobrevivência e a satisfação das outras necessidades materiais, já que eles pescam e vendem este produto, de onde têm recursos para custear os gastos familiares que extrapolam o âmbito alimentar, como transporte, água, luz, telefone – em alguns casos – vestuário, calçado etc.

Além da importância econômica e social – privilegiada pela prática profissional da pesca – os moradores estabelecem uma relação afetiva com o Lago do Puraquequara como lugar, compreendendo-o como propiciador do vínculo com a vida de outrora – aquela experienciada na várzea – oportunizando a proximidade com algo que não é próprio da cidade e, por isso, de alguma forma, como eles dizem, ainda os liga à vida rural, à “vida do interior”.

Os ribeirinhos urbanos estabelecem relações simbióticas com o Lago, o qual, em muitos momentos, faz-se digno de contemplação, de admiração, de respeito. Quanto a isso, diz a moradora: “no dia que eu amanheço e que não venho pra cá, olhar o rio, pra mim, está

me faltando alguma coisa. Então, eu tenho que me levantar e tenho que me sentar, olhar o rio. Pra mim, é uma maravilha” (TMV, Pesquisa de campo, 2005).

Para os ribeirinhos urbanos, o lago é uma das maiores riquezas do Puraquequara – se não for a maior – onde é possível pescar, ganhar dinheiro, andar de barco, se locomover de um lugar a outro, passear e levar pessoas para passear, tomar banho, guardar as canoas, lembrar da família, de pessoas que já partiram desta vida, enfim, o lago os liga ao passado e os ajuda a construir o presente. A esse respeito, diz o pescador: “é importante porque é de onde meu pai tirava o nosso sustento e onde eu consigo sustentar a minha família” (SFS, Pesquisa de campo, 2005).

O lago ajuda a entender a configuração sócio-histórica do Puraquequara e, ao mesmo instante, ajuda homens e mulheres a construírem suas próprias histórias de vida. É em torno do lago que muitos deles constituíram suas famílias, firmaram amizades, tornaram-se pescadores, estabeleceram suas moradias e suas vidas. Por isso, afirma um dos ribeirinhos urbanos: o lago “é uma ajuda muito grande. Eu nasci aqui. Faz parte da minha história” (AFS, Pesquisa de campo, 2005)

O lago não é útil somente para o desenvolvimento da pesca e como meio de locomoção dos moradores, mas também se manifesta como importante fonte de diversão e lazer, onde moradores e visitantes, incluindo adultos e crianças, buscam refúgio e distração (**Figuras 23 e 24**). E, por atrair visitantes, acaba por favorecer o comércio local, principalmente, aos bares e restaurantes, que recebem grande número de pessoas nos finais de semana.



Figura 23 – Lago do Puraquequara como fonte de lazer
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 24 – Lago do Puraquequara como fonte de lazer
FONTE: COELHO, 2006.

Por falar em pessoas que se dirigem ao Puraquequara nos finais de semana, convém salientar que existem várias casas e sítios que funcionam muito mais como casas de finais de

semana, sendo habitadas durante a semana somente pelo caseiro e sua família. Nestas casas e sítios, vêem-se algumas árvores e pequenas plantações, em geral, pequenas hortas, destinadas ao consumo e, algumas vezes, à comercialização.

Estas casas e sítios funcionam como refúgios da “vida agitada da cidade”, como mencionam os ribeirinhos urbanos, por ainda perpassar no domínio comum a idéia de que o Puraquequara é um interior próximo à Manaus ou que se trata de área rural de Manaus e, portanto, propícia ao descanso, à paz, à tranquilidade, ao lazer.

Partindo desta compreensão, os visitantes anseiam estar mais próximos à natureza, já que ainda encontram muitas árvores na extensão da Estrada do Puraquequara (**Figura 25**). Além disso, o Lago do Puraquequara é um convite natural à pesca, ao passeio, à contemplação; é possível comer um peixe novo, inclusive pescado no mesmo dia, o ar se apresenta menos poluído, em muitas casas há criação animal, como galinhas, patos e porcos, dentre outros elementos que, de certa forma, os remetem ao entendimento de que, apesar de ser área próxima à cidade, não se configura como cidade, mas como interior, onde homem e natureza podem viver e estar em interação.



Figura 25 – Árvores na extensão da Estrada do Puraquequara
FONTE: COELHO, 2006.

Aliás, esse olhar não é exclusivo dos visitantes, que se dirigem ao Puraquequara em busca de sossego, ar puro e distração. Muitos moradores também manifestam o reconhecimento do lugar como área rural ou interior, devido à velocidade da vida, de modo geral, menos agitada e “aperreada”, que o frenesi próprio da vida na cidade. Para eles, o modo de vida das pessoas que ali habitam e a própria infra-estrutura disponível não são característicos de área urbana. Pode-se até dizer que se trata de parte de Manaus por conta da ligação física propiciada pela criação da Estrada do Puraquequara – como sinalizamos no capítulo I – já que agora os homens podem ir e voltar ao Centro de Manaus em menos tempo que outrora, são maiores os recursos urbanos que possuem e o acesso aos produtos do comércio está mais fácil, mas, ainda assim, esses elementos não foram capazes de desconfigurar o que o lugar representa para os seus moradores, visto que ainda paira fortemente o espírito da vida rural.

A mentalidade rural os vincula à natureza, da qual os mesmos se inscrevem como protetores e guardiões, tendo o dever moral – muito mais do que econômico – de zelar para

que não seja destruído e poluído o meio ambiente. Os ribeirinhos urbanos expressam elevada valorização dos recursos naturais disponíveis no lugar e reconhecem a necessidade de “preservar” o lago e a floresta de que dispõem, de modo a viverem mais, com saúde e qualidade de vida, tendo onde pescar e sobreviver, respeitando sempre a mãe natureza.

Como já destacamos no capítulo I, a partir do que dispõe o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, uma área do Puraquequara constitui área de proteção ambiental, onde se visualizam florestas e outros recursos naturais, os quais requisitam proteção com vistas à sua sobrevivência. Para tanto, estimula-se a baixa densidade populacional, o desenvolvimento do turismo ecológico e a prevalência de atividades econômicas ligadas à agricultura, pecuária e turismo, contando com o empenho do poder público e dos moradores para garantir a proteção aos recursos naturais, pertencentes à unidade de conservação, instituída como Patrimônio Natural de Manaus (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2002c).

Sendo área de proteção ambiental, podemos visualizar placas indicativas (**Figuras 26, 27 e 28**), que advertem acerca da necessidade de preservação dos recursos naturais, bem como da existência de penalidades para os infratores, preconizadas no artigo 298 da Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM), a qual, em seu Capítulo II, dispõe sobre a Política do Meio Ambiente.



Figura 26 – Aviso afixado em frente ao Lago do Puraquequara, advertindo sobre crime ambiental em caso de poluição do Lago
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 27 – Aviso afixado na Feira do Puraquequara, conclamando à conservação do Lago do Puraquequara
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 28 – Aviso afixado no Beiradão do Rio Amazonas - na “várzea”, onde viveram os primeiros moradores – advertindo sobre crime ambiental
FONTE: COELHO, 2006.

A Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM) estabelece a responsabilidade do município e da sociedade em preservar e defender o meio ambiente, sendo função do poder público manter um órgão específico para o trato das questões ambientais – no caso, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA) – prevenir danos ao patrimônio natural, controlar o uso de balneários e áreas de recreação, licenciar loteamentos, recolher e tratar o lixo, fiscalizar serviços que possam oferecer impactos ou comprometimentos ao meio ambiente e proteger fauna e flora, aplicando as cominações legais para combater qualquer tipo de prática que ofereça riscos ao equilíbrio ecológico, que sinalize para a extinção das espécies ou exponham animais a condições cruéis de vida.

Cumprindo a determinação legal, a Prefeitura Municipal de Manaus tem desenvolvido algumas ações para preservação do meio ambiente, como a presença de funcionários da Secretaria Municipal de Limpeza Pública, que zelam pela remoção do lixo das residências e vias públicas da Vila do Puraquequara, evitando que o lixo chegue até o Lago do

Puraquequara. Além disso, vez ou outra, são realizados mutirões de limpeza do Lago e recolhimento de resíduos sólidos (**Figura 29**).



Figura 29 – Limpeza do Lago do Puraquequara
FONTE: COELHO, 2006.

Quanto à necessidade do meio ambiente para a manutenção da vida humana com saúde e qualidade de vida, a LOMAM não deixa dúvidas quando, em seu artigo 283, postula que,

o meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado é direito de todo o cidadão, bem de uso do povo e essencial à qualidade de vida, incumbindo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, inclusive quanto ao comprometimento do ambiente de trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 1990).

A preocupação com a proteção das riquezas naturais do Puraquequara está presente no discurso de grande parcela dos moradores, os quais desaprovam práticas danosas ao meio

natural e não admitem que sobre eles, moradores tradicionais, recaiam acusações de poluição e desmatamento do lugar, pois, historicamente, foram eles que ajudaram a conservar as riquezas ali existentes. Sobre isso, desabafa o pescador ASM: “concordo de preservar a natureza, mas não com a acusação de que os moradores da margem estão poluindo o lago” (Pesquisa de campo, 2005).

Essa afirmação nos conduz a um problema social vivenciado pelos moradores, justamente por estarem vivendo em área de proteção ambiental do município, o que os faz estarem, permanentemente, sob os holofotes do poder público municipal e, por assim dizer, sob a fiscalização da SEDEMA.

Há algum tempo, foi impetrada uma ação junto ao Ministério Público contra os moradores que residem na orla do Lago do Puraquequara, com a acusação de que os mesmos estariam poluindo o meio ambiente e, portanto, não poderiam mais continuar vivendo no local, devendo ser transferidos para outras áreas. O argumento é que, por ser área de proteção ambiental, precisa ser protegida, inclusive com os instrumentos legais, para que ações, mesmo provenientes dos moradores, não comprometam e ameacem o meio ambiente.

Um dos moradores que está vivenciando este processo, afirma: “querem tirar minha casa da beira do lago. Eu já sou um conservador do ambiente. Acho que tem que proteger, mas sem destruir e sem mexer com os moradores antigos” (MAM, Pesquisa de campo, 2005).

O mais interessante é que esse processo não preocupa apenas aqueles que moram às margens do Lago do Puraquequara, mas o conjunto dos moradores, que reconhecem que é necessário preservar, permitindo que os moradores antigos permaneçam em suas casas. Todos são unânimes quanto à importância da conservação do meio natural, desde que não seja sem a presença humana, já que “ia piorar a vida de muita gente. Tem gente que mora na beira do lago a vida inteira e agora estão querendo tirar” (OAF, Pesquisa de campo, 2005).

Nesse cenário, faz-se importante a discussão proposta por Diegues (1996), em termos da construção de um mito de que a criação de áreas naturais protegidas seria uma forma de proteger a natureza, onde a presença humana seria compreendida como uma ameaça à *vida selvagem*, por estar subjacente à ideologia preservacionista que o homem é um destruidor da natureza.

Essa ideologia semeada nos Estados Unidos por volta do século XIX se disseminou pelo mundo, tornando-se expressiva a sua utilização nos países de Terceiro Mundo. Nos Estados Unidos, partiu-se da idéia de que, devido à expansão urbana e ao forte processo de industrialização, havia a necessidade de proteger os recursos naturais ainda existentes, por isso “propunham ‘ilhas’ de preservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos” (DIEGUES, 1996, p. 11).

A partir disto, retoma-se o mito do paraíso perdido e ambicionado pelo homem desde a expulsão da espécie humana do Jardim do Éden, construindo o *mito moderno da natureza intocada*, onde a presença humana é restrita a passeios e reverências à paisagem natural, mas não à fixação da moradia, pois, a partir desta ótica, o homem é um destruidor do meio natural e, portanto, incompatível com as áreas naturais que demandam “proteção total”. Nestes locais, os homens poderiam buscar abastecer suas forças, gastas no processo produtivo e na agitação própria da vida estressante das grandes cidades, todavia, a título de passeio, de lazer.

Seguindo essa lógica, países de Terceiro Mundo, como o Brasil, importaram a ideologia preservacionista e passaram a estabelecer parques e reservas, amparadas por um conjunto de legislações ambientais, o qual indicava que os moradores destas áreas deveriam ser transpostos para outras localidades, o que acabou por ocasionar a emergência de uma série de conseqüências de ordem ética, social, econômica, política e cultural (DIEGUES, 1996).

Como se sabe, o Brasil possui uma sociodiversidade, uma riqueza de culturas e modos de vida, ainda mais se lembrarmos que aqui habitam diversas etnias indígenas, que mantêm vivas suas tradições, suas crenças, seus modos de vida, suas línguas de origem. As populações tradicionais – aqui incluídos camponeses, ribeirinhos, pequenos produtores, pescadores – constroem seus modos de vida e os articulam à dinâmica natural, aos ciclos naturais, como acontece na região amazônica: enchente, cheia, vazante e seca. Para tanto, desenvolvem um vasto conhecimento dos recursos naturais, dos usos e técnicas, dos mitos, enfim, de um arsenal de ingredientes que os ajudam a estruturar suas vidas.

De acordo com Diegues (1996), as instituições ambientalistas defendem que, cada vez mais, sejam firmadas novas unidades de preservação, mais áreas em que os recursos naturais estejam protegidos, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. Estas áreas não admitem a presença de populações humanas, mesmo que estas tradicionalmente tenham ali vivido por décadas e até séculos, sendo responsáveis pela preservação dos recursos que ali existem.

O autor sinaliza que a expulsão de populações tradicionais de seus territórios ancestrais tende a produzir inúmeros problemas sociais, éticos e étnicos, pois a vida e os modos de vida erigidos a partir daquele determinado espaço geográfico são degradados em função das populações urbanizadas. Com isso, “o Estado contribui para a perda de grande arsenal de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural” (DIEGUES, 1996, p. 18).

As populações tradicionais retiradas das áreas que foram transformadas em parques e unidades de preservação, em sua maioria, são transferidas para regiões em que o aspecto físico e cultural é estranho àquele vivenciado por eles e seus antepassados, dos quais foram convidados a se retirar, sem que lhes fosse possível compreender, de fato, em que sentido eles estariam pondo em risco ou destruindo os recursos naturais do referido parque ou unidade,

sendo que, historicamente, foram eles que garantiram sua sobrevivência até os dias atuais.

Nessa direção, argumenta que,

para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área. Paradoxalmente, grande parte do orçamento das unidades de conservação é usada para a fiscalização e repressão (cerca de oitenta por cento, no caso do Nepal), e muito pouco para melhorar as condições de vida e a manutenção das populações tradicionais que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas (DIEGUES, 1996, p. 19).

Essa incompreensão vivenciada por várias populações tradicionais também pode ser percebida entre os moradores do Puraquequara que não se convencem de como e por que a presença humana é degradadora do meio ambiente. Eles entendem e aceitam que sejam implementadas estratégias de combate à pesca predatória, à poluição do lago, ao desmatamento das florestas dos arredores do lago, mas é inadmissível que a culpa recaia sobre os moradores e, pior, que estes sejam penalizados com a perda de seu espaço de morada e de sua história em função de interesses que não são meramente preservacionistas.

O que eles consideram injusto é que, nos últimos anos, proprietários de terras, balneários e hotéis tenham provocado derrubadas de árvores, aterramento de uma área do lago e outras atitudes danosas aos recursos naturais, mas nenhuma providência legal foi tomada contra esses agressores da natureza. Agora, o morador antigo, de mais de trinta anos morando nas margens do Lago, é apontado como réu, devendo ter como punição a sua retirada da orla. Quanto a isso, diz o morador: “como é que preserva? [O Senhor X] está derrubando tudo e ninguém multa. Cadê a SEDEMA? É por isso que eu não ponho fé. Ou é pra todos ou pra ninguém. Só pega pra quem é pobre” (SRL, Pesquisa de campo, 2005).

Ao realizarem estudo na área no ano de 1996, Ferraz e Gonçalves (1998) identificaram a presença de um hotel ecológico no Lago do Puraquequara (**Figura 30**), construído por volta de 1980, às margens do Rio Amazonas, o qual estava oferecendo problemas socioambientais à vida dos moradores, considerando que a água servida escoava para o rio e, o mais grave, é que foi construída uma represa, para a qual foi feito um aterramento (**Figura 31**), que corta parte do Lago, gerando a interrupção do curso normal das águas, as quais só dispõem de um ducto de, aproximadamente, um metro de diâmetro para chegarem até o Lago.



Figura 30 – Hotel às margens do Rio Amazonas
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 31 – Área aterrada às margens do Rio Amazonas
FONTE: COELHO, 2006.

Essa represa, de acordo com o estudo das autoras mencionadas e das próprias falas dos moradores, ocasionou uma redução da fertilidade do solo e a diminuição da quantidade de peixes. As autoras sinalizam, inclusive, a existência de uma epidemia de malária na região nos primeiros anos em que foi construída esta represa. Em outras palavras, são muitas as conseqüências maléficas desta ação, para a qual não houve qualquer tipo de punição, pois até hoje o hotel está em funcionamento, enquanto que o lago e os moradores continuam a usufruir dos males provocados.

Sobre esse fato, conta a moradora:

isso era uma lindeza quando o rio estava cheio, isso era um lugar lindo para a pessoa morar. Agora, não, porque depois que o [Senhor Y] construiu aquela ponte ali, ele tapou a represa da água, aí estragou pra cá, tudinho, porque a gente vivia aqui de água de cacimba. A água de cacimba era a coisa mais linda. A gente tinha a cacimba pra usar assim pra lavagem, tinha cacimba pra beber, tinha cacimba pra por mandioca n'água. Tudo era lindo. Quando o rio começava a encher, isso aqui ficava tudo que era uma lindeza, mas agora não. Quando começa a encher, a água fica branca, não tem

correnteza pra levar a água toldada. Aí, a água fica parada e ficou muito difícil pra gente aqui, muito ruim mesmo, por causa dessa ponte (TMV, Pesquisa de campo, 2005).

Ao se referirem aos hotéis que funcionam no local, os moradores não estão se posicionando contra o desenvolvimento de atividades turísticas, porém sinalizando a necessidade de se redobrar o cuidado para que os turistas não joguem lixo e não poluam o lago. Além disso, o escoamento da água servida dos hotéis preocupa os ribeirinhos locais devido à possibilidade de poluição do Lago do Puraquequara.

Na verdade, não há consenso por parte dos moradores quanto ao Puraquequara ser área adequada ou não ao estabelecimento de atividades de turismo ecológico, apesar de estar assim disposto no Plano Diretor do Município de Manaus. Alguns argumentam que os hotéis de turismo, a floresta, o lago, os pássaros, os peixes são convidativos para os turistas, entretanto, não é algo que se possa encontrar durante todo o ano, devido à seca, a qual é exposta o Lago, “porque (...) quando seca, não tem como se locomover, nem de rabetá” (JAM, Pesquisa de campo, 2005).

Para outros moradores, faltam mais atrativos, o que assinalaria a não indicação como local turístico, já que “tem pouca mata, muitas árvores foram derrubadas. O turista quer reserva. O que o turista vem fazer num bairro desse? Ele quer ver animais, pássaros, jacaré, hotel de selva...” (JMS, Pesquisa de campo, 2005).

É importante perceber como estes homens e mulheres visualizam e problematizam as dificuldades vivenciadas, sinalizando desigualdades sociais e necessidade de atitudes mais firmes por parte do poder público para punir nas formas da lei aquelas pessoas que trazem prejuízos à natureza. Por sinal, eles censuram certas práticas no interior do Lago do Puraquequara, as quais comprometem a reprodução animal e a sobrevivência humana.

Dentre estas práticas, podemos listar o desmatamento da beirada do lago, a pesca em época de defeso, ou seja, em que a mesma está proibida pelos órgãos competentes; a presença de visitantes que jogam lixo no interior do lago; a fixação de flutuantes na margem do lago, o que implica em poluição do lago com dejetos e resíduos líquidos e sólidos. Além do mais, muitas pessoas que vêm de fora para pescar no lago, fazem uso de certas técnicas que possibilitam a apreensão de um número maior de peixes, mas que compromete a reprodução dos mesmos e a subsistência dos moradores que dependem da pesca para viver, como é o caso da batção, da bomba e do arrastão.

De acordo com Witkoski (2006), a batção é um processo de pesca considerado pelos camponeses amazônicos como predatório, que consiste em bater “com paus na água, para espantar e empurrar os peixes na direção do apetrecho de pesca” (p. 274). Com isso, grande quantidade de peixe é apreendida na malhadeira e levada para ser vendida nas feiras e mercados de Manaus, prejudicando os pescadores locais, que vão pescar no lago e pouco encontram.

O autor explica que, na pesca com bomba, a dinamite é arremessada no rio e, quando explode, mata “indiscriminadamente todos os tipos e tamanhos de peixes” (p. 274). A explosão faz boiar grande quantidade de peixes mortos, os quais são recolhidos e levados para comercialização por pescadores estranhos ao Puraquequara. Todavia, dentre estes peixes, estão alguns muito pequenos que não servirão para nada e são jogados de volta no rio, sem qualquer utilidade. Seriam peixes que ainda cresceriam e se reproduziriam e propiciariam a sobrevivência de muitas famílias do lugar. E, por reconhecerem que é uma ação que compromete a fertilidade do rio e a reprodução dos peixes, os moradores abominam este tipo de prática, já que dependem do lago para viver.

Quanto à pesca com redes de arrastão, o referido autor expõe que são utilizadas redes para arrastar o peixe pelo fundo, apanhando todas as espécies que aparecerem pela frente.

Essa rede é estendida de um lado a outro do lago e arrastada por um número grande de pescadores, os quais capturam um volume significativo de peixes de diversas espécies. Tal como acontece com o uso da bomba, “puxam o peixe para a terra, escolhem os graúdos e jogam fora os miúdos” (JMS, Pesquisa de campo, 2005). O mais preocupante é que esta prática é recorrente “na época da vazante, [sendo que] o peixe desta época é o que viverá no lago” (EML, Pesquisa de campo, 2005).

Está evidente nas falas a preocupação não só com o hoje, mas com o sustento de amanhã. Por conta disso, entendem que não adianta usar estratégias que possibilitam a pesca em larga escala hoje, mas deixam como incerta a pesca de amanhã e, por conseguinte, a sobrevivência de centenas de vidas humanas.

3.3 A FRAQUEZA E A FORÇA DA TRADIÇÃO: OS RIBEIRINHOS URBANOS E SUAS RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Como temos dito ao longo do trabalho, a vida no Puraquequara tem uma dinamicidade própria, a qual congrega elementos distintivos da vida rural e outros da vida urbana. No mesmo espaço coexistem duas realidades, vivenciadas pelos mesmos sujeitos, os ribeirinhos urbanos, que mantêm acesa a chama do passado por meio das atividades culturais, religiosas e econômicas e, ao mesmo tempo, incorporam novas estratégias de sobrevivência, novas formas de relacionamento humano, novos modos de vida, o que leva à modificação do *habitus*.

Por falar em distintivos da vida rural, convém lembrarmos que Sorokim, Zimmerman e Galpim (1986) mencionam a existência de algumas diferenças entre os mundos rural e urbano, às quais nos reportamos no capítulo II. Dentre elas, queremos nos deter ao sistema de integração social que vigora nestes mundos.

Os autores advogam que, entre as populações urbanas, as relações sociais se dão de modo distante, superficial, sem a criação de vínculos, sendo relações impessoais, abstratas, onde predomina a mecanicidade, já que a agitação da vida na cidade não permite aprofundar e solidificar os vínculos entre os vizinhos. Ora, se observarmos bem, até mesmo próximo a nossas casas urbanas, logo perceberemos do que os autores estão falando. Há pessoas que moram nas mesmas casas há anos e não conhecem a vizinhança, nem sequer sabem os nomes dos vizinhos, o que sinaliza para a casualidade e superficialidade das relações sociais na cidade.

Nas grandes cidades, nos deparamos todos os dias com uma multidão de pessoas, seja no supermercado, no elevador, no ônibus, na rua, na igreja, no escritório, no restaurante, na fábrica, com as quais não mantemos nenhum tipo de relação, pois são pessoas estranhas, alheias às nossas vidas. Apesar de, diariamente, o urbanita entrar em contato com várias pessoas, a maioria destas são pessoas estranhas ou com pouca afinidade, o que reforça o argumento dos autores de que, na cidade, as relações são efêmeras, impessoais e superficiais.

Nas áreas rurais, explicam os autores, existe uma maior integração entre os sujeitos sociais, considerando que, por se tratarem de populações menos volumosas e as áreas sejam menos densamente povoadas, torna-se compreensível que o morador rural tenha contato com um número menor de pessoas que um urbanita. No entanto, as relações que este sujeito firma na área rural se dão face a face, são diretas, afetivas, palpáveis, reais, pessoais, íntimas, sólidas, sem anonimato, pois as pessoas se conhecem pelo nome.

Clarificando esta distinção entre o sistema de interação rural e o urbano, preconizam os autores:

o sistema de interação de um urbanita é superficial e totalmente mecânico. Ele deixa escapar o mais importante, a personalidade e individualidade humana, ou o 'corpo e alma' do homem. O sistema de interação rural é menos diversificado externamente e

tem um número menor de padrões, empregados para várias classes de pessoas. Mas é mais individualizado em relação aos vários indivíduos. Ele é mais carregado de uma inseparável atitude emocional, trazida à tona pelas peculiaridades do indivíduo em interação. Ele vai além da 'roupagem social' de um homem e se aproxima do seu coração, alma ou personalidade (SOROKIM, ZIMMERMAN E GALPIN, 1986, p. 223-224).

O ingrediente afetivo é extremamente relevante para a compreensão das relações sociais nas áreas onde predomina o espírito da vida rural, como é o caso do Puraquequara, que, muito mais que uma área geográfica, é espaço privilegiado para o estabelecimento de relações próximas e afetivas, onde as pessoas envolvidas partilham a vida.

Os ribeirinhos urbanos foram unânimes ao afirmar que é muito bom viver no Puraquequara, o que se justifica pelo sossego, pela tranqüilidade, pelas características de comunidade interiorana, a presença de vários membros da mesma família vivendo próximos, o clima agradável, inexistência de criminalidade, amizade e solidariedade da vizinhança, boa convivência entre os pescadores, dentre outros aspectos positivos. Reconhecendo o valor sem igual do lugar em sua vida, o pescador assevera: “isso aqui é minha vida. Se me tirarem daqui, eu vou morrer antes do tempo. É uma vida tranqüila” (ASM, Pesquisa de campo, 2005).

Agora, é claro que viver no Puraquequara também tem as suas dificuldades, das quais alguns moradores fizeram referência a endemias, sobretudo à malária, que ainda insiste em acometer moradores e visitantes. Outra questão importante é a dificuldade para garantir a subsistência, devido às escassas oportunidades de trabalho fora da pesca. Por isso, questionado sobre a vida no Puraquequara, o morador afirmou: “É bom! O difícil é a falta de renda. É uma vida sofrida. Sofre muito para ganhar o pão de cada dia. Não tem ganho certo” (JAM, Pesquisa de campo, 2005).

Por partilharem esses problemas comuns, mais do que nunca, a cooperação entre os homens e mulheres se faz essencial para a continuidade da vida, os quais se ajudam, mantêm relações de troca e solidariedade, com vistas à satisfação das necessidades básicas de cada

um. É algo que nutrem desde a época em que viviam na várzea, no Beiradão do Rio Amazonas, onde a vida se construía coletivamente.

Convergindo com a explicação de Sorokim, Zimmerman e Galpin (1986) acerca do sistema de interação social prevalecente entre as populações rurais, acreditamos que as relações sociais firmadas entre os moradores se aproximam muito mais das populações rurais do que das urbanas. A esse respeito, afirma um dos moradores: “apesar das mudanças sofridas, ainda é uma comunidade com jeito de comunidade do interior, pois possui parentes morando um próximo ao outro” (EML, Pesquisa de campo, 2005).

Segundo o trabalho de campo, os ribeirinhos urbanos se conhecem pelo nome, o que é um elemento importante para a valorização dos membros da comunidade. Destacam as relações de proximidade entre os vizinhos, predominando o entendimento, o diálogo, a união, a solidariedade, a ajuda entre eles, oportunidade em que cada um põe os seus dons e recursos a serviço do bem da coletividade. Por outro lado, mencionam que esta união não chega a ser tão sólida ao ponto de congregar toda a comunidade para reivindicar os seus direitos e as melhorias para o bairro. É uma união que se restringe às boas relações de convivência e vizinhança, às ajudas, às trocas, mas não de organização política.

Como já fizemos referência no capítulo I, no ano de 1998, houve um assentamento de várias famílias na Vila do Puraquequara, o que ocasionou o aumento da densidade populacional e certo distanciamento destes novos moradores em relação aos antigos, já que todos os moradores antigos se conhecem e os novos demoram a se adaptar ao novo espaço geográfico, humano, cultural, econômico e social, que é o Puraquequara.

Quanto aos novos moradores, não são, genuinamente, ribeirinhos urbanos, na medida em que expressam um *habitus* urbano, desenvolvendo costumes e atividades produtivas próprias do mundo urbano. Assim, o trabalho que poderia ser espaço propício à integração e identificação destes com a particularidade da vida no Puraquequara, acaba não integrando,

devido aos mesmos trabalharem no comércio formal e ambulante, na construção civil e na indústria. Com isso, somente a convivência superficial e ocasional não é suficiente para estreitar os laços entre novos e antigos moradores.

Além disso, os ribeirinhos urbanos apontam a educação atual como obstáculo à proximidade entre as pessoas, devido à liberdade exacerbada concedida aos filhos e à perda de determinados valores que garantiam a coesão social. Eles falam com saudosismo de como era a educação familiar dos tempos pretéritos, onde imperava o respeito, a moral, os valores, a obediência às normas, o que já não se visualiza com a mesma intensidade nas famílias atuais. Por isso, alguns acreditam que “os antigos têm mais proximidade. Quanto aos novos, a criação é diferente e dificulta o diálogo, porque os novos já não ouvem mais” (MAM, Pesquisa de campo, 2005).

Entre os moradores antigos, vislumbra-se a sobrevivência de práticas que dão vivacidade ao *habitus* rural, como as relações pessoais e nominais, solidariedade e ajuda mútua em caso de algum dos moradores passar algum tipo de necessidade, empréstimos de materiais de trabalho (tarrafa, rede, canoa, remo, rabeta, martelo, serrote, boca de lobo etc), troca de favores – como consertar o telhado de alguém, limpar um quintal, carregar materiais etc – empréstimo e/ou doação de alimentos, dentre outras.

Por serem, em sua maioria, pescadores, os ribeirinhos urbanos fazem alusão ao fato de que, muitas vezes, ao saírem para pescar, são abençoados com fartos cardumes, o que possibilita que, ao retornarem, possam partilhar o produto pescado com seus amigos, parentes e vizinhos, os quais, em outras ocasiões, retribuem com a adoção da mesma postura de partilha, o que tende a solidificar uma rede de ajuda mútua.

Em se tratando de ajuda mútua, queremos destacar a sobrevivência de algumas atividades que apontam para um sistema de integração social em que imperam a reciprocidade, a proximidade, a solidariedade e o reconhecimento da necessidade da coesão

para o enfrentamento das dificuldades diárias. É obvio que tais práticas estão se tornando cada vez mais escassas, mas ainda são perceptíveis.

Tradicionalmente, entre pessoas que cultivam algum tipo de proximidade, não é incomum que se desenvolvam atividades que demandam esforço e trabalho coletivo, como o mutirão, entendido por Witkoski (2006) como reunião de um grupo de pessoas para o emprego de força de trabalho para a realização de uma determinada atividade ou tarefa, sem assalariamento. Tal grupo é reunido a partir do convite do proprietário do mutirão – também chamado pelos camponeses amazônicos como ajuri – ao qual compete o fornecimento de alimentação para todos os envolvidos.

Com isso, um grupo de pessoas reúne tempo, forças e materiais em função de um objetivo comum ou para ajudar uma pessoa. De acordo com um dos ribeirinhos urbanos, se não pudesse contar com o apoio dos amigos e vizinhos nesses momentos que precisa, ficaria muito difícil, pois “não teria como pagar”. Nesse caso, vale “a lei da amizade” (JAM, Pesquisa de campo, 2005).

No caso do Puraquequara, tal atividade é realizada de modo parco para limpeza do lago e de dependências de igrejas ou quando há necessidade de uma concentração maior de forças, como para arrastar um barco para a terra. Em muitos desses momentos, o beneficiado oferece um lanche ou uma refeição àqueles que o ajudaram, comprometendo-se em retribuir a ajuda assim que se fizer necessário.

Uma outra prática recorrente é a que se denomina troca de dia³⁸, isto é, permuta de dia de trabalho. Consiste na mutualidade entre amigos e/ou vizinhos, sendo que um primeiro presta serviços a um segundo, não recebendo um salário ou o valor da diária de trabalho correspondente, devido não se caracterizar uma relação de patrão e empregado, mas uma troca

³⁸ Ver nota de rodapé nº 32.

de favores entre os mesmos, devendo o segundo retribuir a ajuda recebida, oferecendo ao primeiro um dia de trabalho, sob a mesma condição de reciprocidade.

Trata-se de uma estratégia adotada pelos moradores para realizar as atividades laborais de modo mais rápido e produtivo, não incidindo em ônus em dinheiro, ou seja, é uma forma de se ajudarem, pois, mesmo não podendo pagar o outro em espécie, o trabalho não deixa de ser realizado, já que o pagamento será concedido posteriormente com a retribuição de um dia de trabalho.

A vantagem identificada por eles é, justamente, o fato de não ter que efetuar o pagamento em dinheiro, sendo uma prática que se dá em atividades de pesca, carpintaria e construção civil, a qual permite que “todos se ajudem e gastem menos tempo e dinheiro” (EGS, Pesquisa de campo, 2005). Além disso, se configura como próprio da amizade que se proceda à ajuda e solidariedade, as quais fortalecem os vínculos e possibilitam a interdependência entre eles. Por isso, diz o pescador: “é bom ajudar. Quando a gente precisa, ele ajuda também” (JAM, Pesquisa de campo, 2005).

Por fim, uma outra prática importante é a parceria, que se estabelece como um tipo de sociedade entre duas ou mais pessoas, com vistas ao alcance de um objetivo comum. Estas pessoas desempenham determinada atividade, que lhes proporciona frutos/produtos, que, ao final de todo o trabalho, são repartidos entre os parceiros. É comum que alguns pescadores no Puraquequara façam uso desta estratégia, haja vista a fluidez e a produtividade propiciadas.

Witkoski (2006, p. 160) afirma que, em muitas situações, a produção é dividida ao meio, sem considerar a função de um e de outro na atividade. No trabalho em parceria, os custos e os lucros são divididos, permitindo um maior rendimento em menor tempo. Com isso, “tira-se o que comer e o que sobrar, reparte” (MMS, Pesquisa de campo, 2005). Além do mais, é um modo de um oferecer companhia ao outro, principalmente, no trabalho de pesca,

pois, “divide o trabalho. [E, também,] é perigoso andar sozinho” (CCM, Pesquisa de campo, 2005).

Alguns deles acreditam que, às vezes, a companhia de um amigo traz sorte e abençoa a pesca, tornando-a farta. Assim, com a sorte e a divisão do trabalho, os resultados são melhores. Como, por exemplo, em caso de pesca de rede, que por ser pesada, requer um número maior de pessoas para sustentá-la, que se reúnem e somam forças para a realização desse tipo de pesca, que possibilita a apreensão de um número bem maior de peixes, os quais são repartidos no final, sendo que, os fornecedores dos utensílios, como rabeta e rede, têm uma maior vantagem no momento da partilha.

Mesmo sabendo que essas atividades existem em menor quantidade que há algumas décadas, a sua sobrevivência indica que o *habitus* rural não foi totalmente modificado, mas assumiu novas formas, novas adequações para coexistir num ambiente urbano. A sobrevivência dessas práticas, ligadas ao mundo do trabalho, reitera nossa argumentação de que, por meio do trabalho, homens e mulheres no Puraquequara mantêm-se em interação com o mundo da vida rural.

Convém lembrarmos que outros elementos articulam e rearticulam homens e mulheres que vivem no Puraquequara de hoje aos costumes e às tradições próprias da vida na várzea, vivenciados no início do século XX até a década de 70, dentre as quais queremos elencar as festividades religiosas, que transcendem gerações e reavivam a memória, sinalizando para a correlação com o passado e a edificação do modo de vida presente.

Hobsbawm (1997) advoga que, se observarmos a história, logo veremos o surgimento e estabelecimento de várias tradições, que nem sempre perduram no tempo, muitas das quais foram “inventadas”, outras construídas institucionalmente e outras com origem indefinida, mas com poder de se firmarem com maior rapidez. A “tradição inventada” é compreendida pelo autor como:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (p. 9).

Para o autor, as “tradições inventadas” se constituem como respostas às novas situações apresentadas pela dinâmica da vida, estabelecendo uma continuidade artificial – socialmente constituída – com o passado histórico. Estão elas na fronteira entre as mudanças suscitadas pelas inovações do mundo moderno e a invariabilidade das tradições do passado, ou melhor, apresentam um esforço em “estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social” (HOBSBAWN, 1997, p. 10).

Em se tratando de tradições, a marca característica é a sua invariabilidade, o que vale até mesmo para as tradições inventadas. Ora, dada a sua invariabilidade, acaba por impor práticas fixas, das quais a repetição é um instrumento importante. Por outro lado, aliados às tradições, encontramos os costumes, os quais, ainda que possuam relativa estabilidade, não se firmam como invariáveis, pois precisam considerar que a vida é dinâmica e, portanto, passível de mutação.

O fato de Hobsbawm (1997) afirmar que o costume é flexível, mutável, adaptável, não implica dizer que este possa ser alterado a todo instante, mas que não estorva as inovações que emergem no mundo moderno, apesar de em certos momentos poder apresentar alguma resistência. O costume, mesmo que não seja inflexível, possui determinado atrelamento ao passado e demanda que a inovação trazida pareça ou seja compatível com o costume que o precedeu. Por isso, diz o autor, sua função é “dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história” (p. 10).

Essa discussão nos faz lembrar da noção de *habitus* de Bourdieu, a qual fizemos referência no capítulo precedente. O *habitus* que se apresenta como estrutura estruturada, que

pode exercer a função de estrutura estruturante, precisa estar concatenado com a dialética da vida e, por isso, predisposto a se reestruturar para atender às exigências das situações concretas que se manifestam no dia a dia. Assim, ainda que durável, precisa ser flexível, ou seja, capaz de se criar e recriar para corresponder à vida dos homens.

Pensando o Puraquequara a partir destas noções propostas por Hobsbawm e Bourdieu, torna-se patente que muitas tradições se mantêm vivas no Puraquequara, enquanto costumes e o *habitus* da vida rural precisaram se flexibilizar diante da realidade urbana, isto porque a migração da várzea para a terra firme, as metamorfoses implementadas pela urbanização, as inovações do mundo moderno incitaram a emergência de novas formas de lidar com a vida e com as pessoas, desencadeando a criação e reconstrução de costumes e *habitus*.

Todavia, não podemos esquecer que, ainda que se perceba a flexibilidade e a mutabilidade – características dos costumes e do *habitus* – de muitos aspectos da vida no Puraquequara, há também invariabilidade e inflexibilidade em outras, o que converge para o que Hobsbawm denomina de tradição, em que podemos notar a prevalência de práticas de caráter ritual e simbólica, que imprimem uma vinculação aos valores de outrora.

Isto posto, inserimos aqui a discussão sobre as festividades religiosas, que constituídas por um conjunto de rituais e possuidoras de uma simbologia sem igual, incorporam as tradições, na medida em que se encontram permeadas por dogmas, valores e regras rígidas, não passíveis de mudanças e, por isso, invariáveis.

No caso da Vila do Puraquequara, notam-se a presença de várias igrejas (**Figuras 32 e 33**), sendo uma católica – Paróquia Maria, Mãe dos Pobres – e várias outras evangélicas, como Assembléia de Deus, Deus é Amor, Igreja Pentecostal, Igreja Batista, dentre outras. No caso das igrejas evangélicas, as atividades são, predominantemente, cultos e encontros de catequese para as crianças e os adultos. Na igreja de tradição católica, desenvolvem-se,

principalmente, missas, administração dos sacramentos (batismo, eucaristia, crisma etc), encontros de catequese com crianças, adolescentes, jovens e adultos, procissões e arraiais.



Figura 32 – Igreja Católica Maria, Mãe dos Pobres
FONTE: COELHO, 2005.



Figura 33 – Igreja Batista Renovo
FONTE: COELHO, 2005.

A Igreja Católica do bairro tem como padroeira Maria, Mãe dos Pobres, cujos festejos se dão no mês de agosto, tendo o seu dia comemorado em 27 de agosto, para o qual a referida igreja promove novenário e arraial. Tal festividade foi inserida na cultura popular a partir das décadas de 1970/1980, com a presença da freira belga, Irmã Gabriele. Em honra da padroeira, foi edificada uma igreja matriz, que se localiza no coração da Vila do Puraquequara.

Por ser uma localidade situada à margem do Lago do Puraquequara e tendo vários moradores que são pescadores, a devoção a São Pedro – que, segundo a Bíblia Sagrada, foi um pescador chamado por Jesus Cristo para ser seu discípulo e, portanto, “pescador de homens” – também é constitutiva da cultura popular, sendo uma iniciativa dos próprios moradores, os quais realizam, no dia 29 de junho, sem a ingerência da Igreja Católica, a tradicional procissão fluvial de São Pedro, que reúne grande número de pessoas.

Contudo, sem dúvida alguma, os festejos de São Sebastião se configuram como a mais importante manifestação da religiosidade popular no Puraquequara, sendo realizados no mês de janeiro, que reacendem práticas sociais de solidariedade, amizade e união comunitária em função de um objetivo comum.

De acordo com a tradição católica, São Sebastião foi um soldado romano, que se tornou cristão e, por isso, passou a ser perseguido pelas tropas romanas. Capturado, foi amarrado a uma laranjeira e crivado de flechas, sendo recolhido pelos cristãos ainda com vida. No dia 20 de janeiro de 284, foi à presença do Imperador Deocleciano, perante o qual precisaria renegar sua fé, o qual não o fez, sendo açoitado até a morte.

Ao longo dos anos, a devoção a São Sebastião se espalhou pelo mundo, o qual, devido às suas chagas, passou a ser considerado o santo protetor contra a peste, além de padroeiro dos soldados. No Puraquequara, o culto a São Sebastião brotou há mais de 60 anos, quando os moradores ainda habitavam a várzea, no Beiradão do Rio Amazonas.

Segundo um dos ribeirinhos urbanos,

isso veio dos meus pais, das minhas tias, que era o pessoal antigo. Quem inventou foi a minha tia Alzira, mais conhecida como Zizi. Quem inventou foram os pais dela e dos pais passou para ela festejar. Quem está organizando agora são os filhos dela e são uma faixa de uns cinco filhos. Eles é que organizam. Então, *é o festejo do ano, é a festa de São Sebastião* [grifo nosso]. São nove noites, às vezes de arraial. Eles fazem arraial e toda noite tem novena. Na última noite faz a festa. Já aconteceu de ter duas, três noites de festa. Então, dá muita gente. Nós temos assim o pessoal da cidade e muita gente antiga que foi embora do Puraquequara, mas quando chega a festa de São Sebastião está todo mundo aqui. Toda a comunidade participa (WBP, Pesquisa de campo, 2005).

Pelos relatos, a festa teria começado a partir de uma promessa a São Sebastião feita por uma família, supostamente a da Dona Zizi, que desencadeou os festejos anuais em homenagem do santo. Seguindo a tradição de outrora, os atuais moradores buscam ser fidedignos a todos os rituais que envolvem a preparação e realização dos festejos.

As falas dos ribeirinhos urbanos são convergentes quanto à relevância social da festa para o lugar, a qual congrega novos e antigos moradores, reúne toda a comunidade, incita a partilha, envolve crianças, jovens e adultos, bem como revitaliza a fé e a religiosidade, construídas em torno da figura de São Sebastião. A esse respeito, relata o morador:

É uma coisa que vem da antiguidade. Os antigos têm aquela fé, vão para a novena toda noite. No dia vão para a procissão, uns pagam promessa, tem uns que vêm descalços, outros vêm carregando pedra na cabeça e tem vários lugares que é assim. No Puraquequara é São Sebastião. Às vezes você quer fazer uma promessa, faz com São Sebastião (WBP, Pesquisa de campo, 2005).

A partir dos discursos, pode-se afirmar que os festejos – incluindo a festa religiosa e social – são organizados pelos próprios moradores, encabeçados por famílias antigas, que dão prosseguimento à tradição de décadas, mantendo a realização da festividade religiosa sem a mediação eclesial, o que, segundo um dos moradores, teria uma justificativa: “quando a Irmã Gabriele chegou, já tinha a festa e os moradores queriam que a igreja se chamasse São

Sebastião, mas a freira não concordou, por isso, os moradores continuaram fazendo a festa” (JRM, Pesquisa de campo, 2005).

Sobre a festa de São Sebastião, comenta um outro morador: “é a maior festa do Puraquequara. *Pra nós, o padroeiro é São Sebastião* [grifo nosso] (...) As pessoas não esquecem, pode até chover. O mastro, as novenas e a procissão lembram o interior” (ASM, Pesquisa de campo, 2005).

Marcon (2003) promoveu estudo acerca de uma região no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina na Linha Almeida e Linha Cachoeira, onde também percebeu que a população local realizava a festa do Divino Espírito Santo, a qual era “uma festa de iniciativa popular, ela se desenvolveu e sobreviveu, na região, à margem da Igreja, revelando e fortalecendo valores e comportamentos próprios da cultura cabocla” (p. 230).

A festa do Divino Espírito Santo promovida naquela região tem suas origens datadas do século XIX, apresentando-se como a mais radical expressão da religiosidade dos caboclos, que a desenvolvem do início ao fim, respeitando todos os rituais que a compõem. Para o autor, a festa revitalizava relações de solidariedade e compadrio, sendo o momento forte de encontro, de reza, de festa e alegria, que os fazia abandonar suas atividades cotidianas para vivenciar todos os instantes da festa, desde a motivação dos vizinhos, a reverência à Bandeira do Divino, até o dia da festa propriamente dita, que contava com as rezas, mas também com a partilha dos alimentos colhidos em toda comunidade, os quais eram preparados para serem saboreados e repartidos naquele dia.

De forma análoga, podemos pensar a festividade de São Sebastião desenvolvida no Puraquequara, já que também é uma atividade independente, uma iniciativa dos moradores, é momento propício para o encontro dos vizinhos e reencontro com os antigos moradores que retornam ao lugar no dia do santo, para rezar, para se alegrar e festejar. Trata-se de uma festa

com vários momentos, cercados por um conjunto de rituais, que conta também com a partilha de alimentos, como conversaremos a seguir.

A festa de São Sebastião é dividida em dois grandes momentos: festa religiosa e festa social. A festa religiosa conta com a novena, a entoação de hinos em honra do santo e procissão no dia de São Sebastião. A festa social ocorre no último dia, contando com a presença de bandas contratadas para a animação da festa, onde acontece a venda de bebidas, inclusive alcoólica. Tudo isso, é realizado na Sede São Sebastião (**Figura 34**), um espaço comunitário, localizado na Rua São Sebastião.



Figura 34 – Sede São Sebastião, onde acontecem os Festejos de São Sebastião
FONTE: COELHO, 2005.

Dentro deste mesmo espaço, coabitam dois mundos, duas formas opostas de classificar e representar as coisas – o sagrado e o profano. Na ótica de Durkheim (1978), trata-se de uma divisão do mundo em dois domínios, onde estão congregadas as coisas sagradas e as coisas profanas. O sagrado não está ligado, unicamente, a entidades sobrenaturais como os deuses,

mas compreende também as crenças, os mitos, os dogmas, as lendas ou representações que se constroem em torno das coisas sagradas. Um rochedo, uma casa, um lugar, um rito podem ser considerados sagrados.

Para lidar com as coisas sagradas, os homens constroem crenças e ritos. As crenças dizem respeito às representações que manifestam a natureza das coisas sagradas, bem como a relação de tais coisas com o mundo profano. Já os ritos são as formas e as normas instituídas que determinam como os homens devem se comportar diante das coisas sagradas.

Por outro lado, o profano tange à vida ordinária dos homens, à vida privada, às paixões egoístas, às sensações oriundas do mundo físico e às coisas vulgares de interesse das individualidades físicas. Correspondem aos comportamentos e representações que devem ser mantidos à distância das coisas sagradas.

Apesar de Durkheim (1978) defender que sagrado e profano são realidades separadas – que em muitos momentos se configuram como antagônicas e até rivais – o que se observa na Festa de São Sebastião, no Puraquequara, é a convivência de ambos no mesmo espaço, havendo oportunidades específicas para o privilégio de um e outro mundo. Com isso, verifica-se que, “conceitos de profano e de sagrado se impõem ao participante ao classificar os diferentes aspectos da festa. Distingue-se [sic] assim como atos religiosos, as ladainhas realizadas na igreja, em contraposição ao divertimento profano oferecido pelos bailes” (GALVÃO, 1976, p. 169).

A Sede São Sebastião conta com uma espécie de “capela”, um pequeno salão (**Figuras 35 e 36**), usado exclusivamente para os festejos do santo, permanecendo fechado durante todo o ano, haja vista que é considerado um espaço sagrado, onde não se pode realizar outra atividade a não ser o culto a São Sebastião.



Figura 35 – “Capela” da Sede São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 36 – “Capela” da Sede São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.

Na ornamentação da “capela” e do pequeno altar, predominam as cores branca e vermelha, sendo esta última indicativa de que se trata de um santo mártir, ou seja, que perdeu a vida em função da fé que professava. É perceptível na “capela” e no altar o adorno com castiçais, velas, jarros de flores, quadros e estandartes com a imagem de São Sebastião, Jesus e Nossa Senhora, mãe de Jesus (**Figuras 37 e 38**).



Figura 37 – “Capela” da Sede São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 38 – “Capela” da Sede São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.

As novenas são dirigidas por noitários, ou seja, pessoas encarregadas por cada noite, que devem conduzir as rezas e, ao final, oferecer um lanche a todos os presentes, ficando a critério do noitário a escolha de que tipo de comida ofertará às pessoas que compareceram à novena, mas em geral, são feitos mingaus, que podem ser de banana, de mungunzá (milho) e outras comidas, que também dependem do recurso de que o noitário dispõe.

As novenas, como sugere o próprio nome, acontecem durante nove noites, na Sede São Sebastião, tendo a participação de jovens, crianças e adultos (**Figuras 39 e 40**) de todo o Puraquequara, além de outras pessoas que vêm de outras localidades para prestigiar este evento.



Figura 39 – Participação do povo nas novenas
 FONTE: COELHO, 2006.



Figura 40 – Participação do povo nas novenas
 FONTE: COELHO, 2006.

No dia 20 de janeiro, dia dedicado ao santo, procede-se à tradicional procissão de São Sebastião pelas ruas do bairro (**Figuras 41 e 42**), para a qual os moradores entoam hinos, levam velas, alguns carregam o andor do santo (**Figura 43**) e estandartes confeccionados

pelos realizadores da festa (**Figuras 44 e 45**) – já que, a cada ano uma família é escolhida para organizar todo o festejo, cada ano é confeccionado um novo estandarte, que se une aos precedentes, sendo que todos os estandartes são levados para a procissão – outros participantes da procissão pagam promessas e, durante a mesma, são feitas paradas em frente a algumas casas, onde os moradores preparam um pequeno altar com a imagem de São Sebastião (**Figura 46**).



Figura 41 – Procissão de São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 42 – Procissão de São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 43 – Andor de São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 44 – Estandartes de São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 45 – Estandartes de São Sebastião
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 46 – Altar arrumado na casa para a procissão
FONTE: COELHO, 2006.

Por ser tradição, o festejo tem algumas regras inflexíveis, de acordo com as quais, após a procissão, por volta das 18 horas, passa-se ao momento da derrubada dos mastros, um para as crianças e outro para os adultos (**Figuras 47, 48, 49 e 50**). Os mastros são montados com um tronco alto, onde são amarrados brinquedos, no caso do mastro infantil, e frutas, enlatados e uma quantia em dinheiro, no mastro dos adultos, sendo tudo isso fruto das doações dos comunitários.



Figura 47 – Mastros dos adultos e das crianças
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 48 – Povo reunido para derrubada dos mastros
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 49 – Derrubada do mastro das crianças
FONTE: COELHO, 2006.



Figura 50 – Derrubada do mastro dos adultos
FONTE: COELHO, 2006.

De acordo com um dos ribeirinhos urbanos, os mastros são formados pelos próprios moradores que,

... vão na mata, tiram uma árvore, um pau vamos dizer, na faixa de 15 ou 20 metros de altura. Aí, no dia em que vão levantar o mastro, cada um traz um coco, banana, traz fruta, toda qualidade de fruta. Fica muito enfeitado. Inclusive, tem o mastro dos adultos com essas frutas, que as pessoas do interior trazem e o mastro das crianças, que elas colocam assim o que elas querem. Só não pode colocar negócio que quebre. É proibido colocar. Tem o mastro do pessoal adulto, antigo e tem o das crianças (WBP, Pesquisa de campo, 2005).

Derrubados os mastros, as pessoas podem pegar tudo quanto puderem. Antigamente, quem pegava a bandeira do alto do mastro ficava encarregado de promover a festa do ano seguinte. Nos últimos anos, tem-se combinado anteriormente quem irá pegar o mastro. Quase que todos os ribeirinhos urbanos entrevistados são unânimes ao referir que a derrubada do mastro é o momento que mais os lembra a “vida no interior”.

A festa religiosa é, para eles, o que mais os liga e lembra a vida rural, já que a festa social é muito semelhante à encontrada em qualquer casa de show em Manaus. Segundo um dos ribeirinhos urbanos, o festejo de São Sebastião é momento rico, que “tem de tudo: novenas, mingau, churrasco, tacacá. O que lembra o interior é o mastro, *a tradição* [grifo nosso], a reza. É como se ainda fosse no interior” (EGS, Pesquisa de campo, 2005). A esse respeito, complementa outro morador: “o que lembra do interior é a derrubada do mastro. O que lembra a cidade são as bandas, as músicas em ritmo de cidade” (MAM, Pesquisa de campo, 2005).

Nestes termos, insistimos em destacar a relevância cultural, social e econômica da Festa de São Sebastião na realidade do Puraquequara, a qual contribui decisivamente para que, nas representações sociais dos moradores, ainda esteja muito presente a idéia de que o Puraquequara é comunidade interiorana, porque nela sobrevivem tradições, costumes e o *habitus* próprios da vida rural, ainda que existam vários traços característicos da urbanidade, perceptíveis durante os festejos de São Sebastião.

Todavia, é inegável que os festejos de São Sebastião, que fluem das iniciativas dos próprios moradores, são importante mecanismo de reavivamento das tradições, pois, mesmo que pareça curioso, algumas práticas são as mesmas adotadas há várias décadas, perpetuadas por meio da repetição, o que Hobsbawm (1997) já indicava como estratégia para inculcar valores e normas de comportamento. Um exemplo disto são a derrubada do mastro, a constituição do mastro com as contribuições da comunidade, as novenas, a bandeira que fica com o organizador da festa, os noitários, a distribuição de lanches ao final de cada novena, a procissão etc.

O mais interessante é que os seguidores da tradição muitas vezes desconhecem o sentido de certas práticas, mas a repetem e, assim, contribuem para a introjeção dos valores e das normas de conduta. Só para clarificar o que estamos problematizando, observamos que, durante as novenas, algumas orações e cantos são entoados em latim, *ipsis litteris*, ainda que não entendam o seu significado na totalidade. Não afirmamos que todos desconheçam, talvez os mais antigos saibam, mas os mais jovens e as crianças repetem, com pronúncias, às vezes, um pouco desencontradas, mas imbuídos da mesma fé, transmitida por seus pais e avós.

Durante os festejos de São Sebastião, de que tivemos a oportunidade de participar, fica nítido que o espírito da vida rural ainda paira sobre os moradores e muitos freqüentadores das atividades religiosas. Por isso, a cada ano que participa, o morador reafirma: “me sinto no interior” (MMS, Pesquisa de campo, 2005).

3.4 A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Sob a ótica de Sorokim, Zimmerman e Galpin (1986), o espírito da vida urbana está marcado por algumas características, que seriam a relação menos direta com a natureza, dado

o fato de a proximidade ser dificultada pelas paredes de concreto; edificação de uma artificialidade do mundo, condições climáticas e ambientais menos propícias à qualidade de vida, grande volume populacional, maior densidade populacional, menor número de pessoas envolvidas com atividades agrícolas, maior heterogeneidade humana, acentuação da divisão social do trabalho, intensificação da desigualdade social, complexidade da estratificação social, grande mobilidade social e territorial, complexidade na rede de relações sociais, dinamicidade da vida, extensa área do sistema de contato com outras pessoas, intensidade no comércio e nas relações de troca, interligação ao mundo como um todo, estabelecimento de relações impessoais e superficiais, dentre outros indicativos.

A cidade está constantemente relacionada no domínio comum à idéia de progresso, de desenvolvimento, de barulho, de agitação, de corre-corre. É bem verdade que, nos grandes centros urbanos, a predominância de um número maior de automóveis, de maquinários, de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos contribui para uma poluição sonora incomum às áreas interioranas. É perceptível também que, nas grandes cidades, as pessoas parecem estar sempre correndo, com pouco tempo, dando a impressão de estarem sempre atrasadas para algo, o que não é característico de muitas áreas rurais. Por conta disso, alguns moradores de áreas urbanas não são muito afeitos à cidade.

Se, por um lado, as pessoas associam o urbano ao progresso, relacionam rural ao atraso, haja vista a estrutura das casas, as condições de trabalho, a não utilização dos recursos trazidos pelo progresso. Todavia, não nos propomos a adotar este tipo de interpretação, por considerá-la imprópria para a compreensão de uma realidade tão rica e diversa, quanto são os mundos rural e urbano.

De acordo com Derruau (s/d), a durabilidade dos aglomerados é uma característica importante, mas não determinante para entendermos a cidade, contrapondo-se aos aglomerados temporários, que não firmam moradia. Além disso, a cidade dispõe de uma

paisagem urbana, permeada por prédios, praças, igrejas, monumentos, que sinalizam para a existência de um espaço construído, o que nos remete novamente à idéia de artificialidade da cidade, exposta por Sorokim, Zimmerman e Galpin (1986).

Derruau (s/d), ainda defende que, na tentativa de caracterizar a cidade, pode-se fazer uso de certas definições imprecisas, como o número de moradores que indicam a existência da cidade ou a argumentação de que, nas cidades há um número bem menor de habitantes exercendo atividades não agrícolas. Não é que estas características não sejam necessárias para ajudar na definição, mas são suficientes.

O referido geógrafo (s/d) define cidade como “um aglomerado importante, ordenado para a vida colectiva [sic] (este ordenamento constitui o urbanismo) e onde uma parte considerável da população vive de interesses não agrícolas ou de actividades [sic] agrícolas” (p. 204).

Os ribeirinhos urbanos, quando questionados sobre a identificação com o campo ou com a cidade, todos – aqui computados os 17 a quem foram aplicados os formulários e os 8 moradores com quem realizamos entrevista semi-estruturada – foram categóricos ao postular que se sentem homens e mulheres do campo.

Sobre esse aspecto da vida, afirmou o ribeirinho urbano: “eu acho que eu sou do campo, sou ‘interiorenses’. Eu vou para a cidade a trabalho e muito rápido e volto logo. Nem passear eu gosto. Eu gosto mais da vida do campo” (WBP, Pesquisa de campo, 2005).

O ritmo de vida frenético parece assustar os ribeirinhos urbanos, os quais ressaltam gostar da tranquilidade encontrada no Puraquequara, por se sentirem num interior, até mesmo porque a maioria deles ou nasceu no Puraquequara ou procede dos interiores do Estado do Amazonas e, por isso, encontram-se habituados a esse modo de vida. Quanto a isso, afirma um dos ribeirinhos urbanos: “eu me criei no interior. A minha vida quase toda foi no interior. E, aqui, devido à tranquilidade, me sinto um pouco no interior” (EGS, Pesquisa de Campo,

2005). Tal concepção é reiterada por outro pescador que diz: “estou acostumado com a natureza, ar puro, amizade, vizinhos, solidariedade. Convivo com a natureza e com os outros” (EML, Pesquisa de campo, 2005).

Alguns deles parecem ter certa aversão à cidade, devido ao estresse, ao aglomerado de pessoas, à agitação, da qual eles parecem querer ficar bem longe. Um dos ribeirinhos urbanos reforça este argumento ao dizer: “sou homem do campo, pescador profissional. Não gosto da cidade, fico sem fôlego. Tudo na minha vida se identifica com o mundo rural (MAM, Pesquisa de campo, 2005).

Nessa mesma direção, queremos destacar um depoimento muito interessante de um pescador, que nasceu no Puraquequara e fala dessa relação com o lugar com uma afetividade inigualável, que, para ele, é localidade que, apesar de próxima à cidade, conserva elementos que o ajudam a experienciar a vida própria do campo, a qual está acostumado. Em suas palavras: “eu sou índio legítimo. Se chegar na cidade, eu adoço. Sou homem do campo, porque eu me criei no campo e, desde criança, convivi no meio dos bichos. Aqui é como se ainda estivesse vivendo essa vida” (FMS, Pesquisa de campo, 2005).

Alguns pescadores justificam sua identificação com o mundo rural por conta de sua atividade profissional, ressaltando que a mesma é própria do mundo rural, não se dando na cidade. Logo, se tudo na vida deles tem a ver com o campo, é do campo que eles se sentem parte, é com o campo que eles têm familiaridade.

Apesar de viverem numa área hoje considerada parte do perímetro urbano do Município de Manaus, muitos moradores afirmam e reiteram que não se sentem parte da cidade, mas reivindicam bens e serviços encontrados na cidade, como destacamos no capítulo I. É certo que pensar a relação com a cidade, leva-nos a nos transportarmos para a Grécia Antiga, onde o aparecimento da vida na cidade conduz à concepção de cidadania.

Na cidade grega, os homens exerciam seus direitos e deveres, como ensina Manzini-Covre (1991), possuindo entre si uma condição de igualdade, o que assegurava que toda e qualquer decisão era tomada mediante a argumentação, a discussão, sem a utilização de violência, o que para a referida autora, constitui o “espírito da democracia”.

A cidadania grega é importante por ser o ponto de partida para a concepção hoje tida como clássica, contudo, não podemos esquecer que a cidadania grega era exclusiva aos homens livres, excluindo a maior parte da população. Queremos pensar a cidadania como necessidade que brota na medida em que os homens passam a estabelecer relações sociais, demandando o estabelecimento de direitos e deveres para a vida em sociedade, que são extensivos aos homens e mulheres de uma sociedade, independente do gênero, da raça, da etnia, da condição socioeconômica, da crença.

Se recorrermos à concepção clássica defendida por Marshall (1967), teremos um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. O elemento civil diz respeito aos direitos necessários à liberdade individual (direito de ir e vir, direito à propriedade, liberdade de imprensa, direito de prática religiosa e partidária [livre pensamento e fé], liberdade de contrair contratos e direito à justiça), estando a ele vinculados os tribunais de justiça. Para ele, o direito à justiça é elementar ao cumprimento dos outros, pois, por meio dele, os homens estabelecem uma relação de igualdade, mediada por um processo legal. O elemento político concerne ao direito de participar no exercício do poder político, entenda-se votar e ser votado. A este direito encontram-se atrelados o parlamento e conselhos do governo local. Por fim, o elemento social é concernente ao direito às condições mínimas de bem estar econômico e segurança, podendo, o cidadão usufruir da herança social e satisfazer suas necessidades humanas básicas, estando a ele relacionados o sistema de ensino e os serviços sociais (p. 63-64).

Assim, quando os ribeirinhos urbanos questionam o direito que têm de continuar morando à margem do Lago do Puraquequara estão reivindicando o direito civil. Quando apresentam a carência de um conjunto de aparatos urbanos, estão expressando a necessidade da vigência do direito social. Quando questionam a efetividade de sua associação de moradores, estão problematizando o direito político.

Mesmo sem perceber, os ribeirinhos urbanos estão reivindicando e, em certas situações, usufruindo os direitos de cidadania, como preconiza Marshall. É interessante que, um dos ribeirinhos urbanos, mesmo sem conhecer a concepção clássica de cidadania, a defendeu, argumentando que ser cidadão é

ter direito a ser livre, ter seu próprio lar, morar num lugar que você se sinta bem com a natureza e com o próximo. Os direitos como saúde, infra-estrutura e educação não estão sendo cumpridos. É mais importante ter educação do que ter saúde, porque com educação, o cidadão pode exigir todos os seus direitos, que vão além da saúde. O problema é que os governantes preferem um eleitorado sem conhecimento (EML, Pesquisa de campo, 2005).

O descumprimento dos direitos ainda é uma realidade no Puraquequara. Os moradores enfrentam, cotidianamente, a dificuldade em manter os filhos estudando, porque não têm uma escola de ensino médio. Não possuem um centro de saúde, onde possam receber atendimento médico, mas apenas uma Casa do Médico da Família, o que não resolve muitas das situações apresentadas, obrigando-os a recorrer a outros bairros, o que é preocupante, ainda mais quando se trata de problemas que demandam atendimento de urgência e emergência.

Ao serem questionados sobre o que viria a ser um cidadão, muitos dos ribeirinhos urbanos afirmaram ser uma pessoa de bem, de quem todo mundo gosta, conhece e respeita, é alguém que ajuda os outros. Tais definições ganham sentido se compreendermos a importância que as relações sociais possuem na vida dos moradores do Puraquequara e a

necessidade que sentem de haver maior união por parte de todos os moradores para atingir os objetivos comuns, para terem atendidas as necessidades da comunidade.

Aliás, a não viabilização de alguns direitos e não resolução de certos problemas são apontadas pelos moradores como conseqüências da má organização comunitária, mais especificamente, de sua associação de moradores. Eles reconhecem que muita gente, ao ser chamada para uma reunião, não se interessa, não comparece, não valoriza as iniciativas da comunidade. Porém, acreditam que essa mobilização dos moradores depende e muito de sua associação de moradores, a qual está um pouco desarticulada. Aliás, todos os ribeirinhos urbanos dizem que o maior problema está na falta de habilidade e trato político de seu presidente, mas que é um representante legal, eleito pela comunidade.

Por conta dessa desarticulação, alguns dizem não se sentirem motivados para participar das escassas iniciativas da associação, que, em geral, são reuniões. Por outro lado, quando acontecem as reuniões, eles até vão, mas por ser algo tão inconstante, sentem que acaba não surtindo nenhum efeito.

Para eles, uma verdadeira associação de moradores precisa ser mais atuante, ter responsabilidade e empenho, defender os interesses da comunidade, reunir os moradores com alguma periodicidade, tem que correr atrás dos benefícios para o bairro, precisa congrega os moradores para que, unidos, possam buscar o atendimento às necessidades do bairro, entretanto, a principal necessidade é de os próprios moradores saberem escolher os representantes comunitários para que haja efetivamente uma associação de moradores.

Esta idéia concorre para a democracia representativa e não direta. A representativa, segundo Bobbio (1986), é aquela em que as decisões que dizem respeito à coletividade como um todo são tomadas não pelos interessados diretos, mas por representantes eleitos por estes. Em contrapartida, a democracia direta é aquela em que os cidadãos participam ativa e diretamente das deliberações sobre matérias de interesse da coletividade.

A grande questão é que este tipo de democracia (direta) requer predisposição dos cidadãos para a discussão e a conseqüente tomada de decisão, o que nem sempre se pode encontrar nos cidadãos. É mais fácil delegar funções a outra pessoa, do que pessoalmente você tomar uma atitude ou se dispor a problematizar com seus compatriotas as dificuldades diárias e as respectivas soluções.

Mesmo apresentando várias necessidades sociais do Puraquequara, os ribeirinhos urbanos consideram o Puraquequara de hoje como melhor para se viver do que o de antigamente, haja vista o conjunto de benefícios trazidos pela urbanização, como água, luz, telefone, asfalto, escola, transporte, atendimento de saúde, ainda que precário. A saudade que sentem do ontem é quanto à fartura de peixes, não mais existente, em função do aterramento de uma parte do lago e o uso indevido de alguns instrumentos para pesca em grande quantidade, implementados por pessoas de fora do Puraquequara.

Bourdieu (1979) argumenta que, ao longo do tempo, o homem da sociedade pré-capitalista se viu obrigado a se converter em homem desenvolvido. Por isso, não é incomum ouvir na fala dos moradores a concepção de que hoje está desenvolvido. Nesse processo de modificação da infra-estrutura e do *habitus*, o homem do Puraquequara também mudou. O que o liga ao mundo rural é muito mais o seu trabalho do que qualquer outro aspecto da vida, já que em muitas situações, ele já apresenta importante identificação com o mundo urbano. Com isso, observa-se que o homem do campo acaba por se adaptar a um “modelo de vida importado”.

A idéia de “desencantamento do mundo” proposta por Bourdieu pode nos ajudar a entender também a transição que se deu no Puraquequara. Se antes, a vida seguia a dinâmica do campo, hoje passa a se construir em torno da cidade, onde predomina a reprodução da ordem econômica e social e, evidentemente, a lógica do capital.

Vivendo na cidade, muitos homens e mulheres sentem a necessidade de pensar a vida e projetar o futuro, coisa a que os ribeirinhos urbanos ainda não estão habituados, dada a mentalidade rural ainda presente. Na ótica de Bourdieu (1979), o homem do campo não constrói sua vida em torno de uma perspectiva de futuro, até porque, quando ele pensa em futuro, é no sentido de uma realidade a um tempo não tão distante. É preciso considerar que a lógica capitalista ainda não lhe é própria.

Sobre a perspectiva de futuro, é muito presente na fala dos ribeirinhos urbanos a idéia de que um trabalho fixo, um emprego, é uma garantia, coisa que não têm enquanto trabalham como pescadores ou agricultores, ou seja, por conta própria. Preocupados com essa falta de garantia, a maioria dos pescadores entrevistados é filiada à Colônia de Pescadores, recolhendo contribuição previdenciária para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com vistas a ter direito ao seguro-desemprego no período do defeso e à aposentadoria no futuro.

Bourdieu (1979) destaca que a própria projeção do futuro fica comprometida quando os homens são subproletários da cidade ou camponeses desarraigados, pois sua existência pauta-se na fatalidade e arbitrariedade, ou seja, por não possuírem condições que lhes permitam relativa segurança e estabilidade, fica muito difícil aspirar melhorias.

No Puraquequara muitos trabalhadores vivem essa condição de instabilidade, talvez por isso mesmo, pensar o futuro não se lhes apresenta como realidade próxima ou possível de mensurar. Para o referido autor, como pode um homem prever o futuro, se ele nem ao menos tem certeza do presente?

A dificuldade em projetar um futuro longínquo esteve presente durante as entrevistas, visto não ter se constituído até hoje como objeto de problematização para os ribeirinhos urbanos. Mas, depois eles começaram a manifestar seus anseios. Bem, a maioria diz esperar que a vida melhore, tendo mais empregos, para eles e para os seus filhos, haja vista acreditarem que “vai mudar muito. Os trabalhos do interior vão acabar. ‘Tem que estudar,

senão não terão como conseguir emprego’. É isso que digo para os meus filhos” (MMS, Pesquisa de campo, 2005).

Uma forte preocupação diz respeito à situação dos moradores da margem do Lago do Puraquequara, ameaçados de retirada. A expectativa é que possam continuar construindo suas vidas, sem serem coagidos a agir contra a sua vontade, que é de permanecer no Puraquequara.

A maioria diz desejar continuar no Puraquequara, exercendo as atividades produtivas que hoje desempenham. Se puderem, querem poder continuar trabalhando no Puraquequara até a aposentadoria ou a morte. A esse respeito, diz o pescador: “até as últimas batidas do meu coração, quero morar aqui” (JRM, Pesquisa de campo, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória percorrida até aqui, pode-se perceber que o Puraquequara é o espaço privilegiado do rural e do urbano, onde coabitam as tradições herdadas dos primeiros habitantes da área de várzea – no Beiradão do Rio Amazonas – e os novos costumes introduzidos pela aproximação à dinâmica da cidade.

No mundo do Puraquequara, o rural e o urbano se entrecruzam permanentemente em função do movimento dialético da vida. O rural se perpetua nas relações sociais, no mundo do trabalho e na vivacidade das tradições. O urbano se instaura nos novos costumes, na complexidade do mundo do trabalho e na agitação da vida.

A fronteira entre rural e urbano é sutil e invisível, na medida em que não se pode afirmar com a máxima precisão onde estão os limites entre ambos os mundos. O rural e o urbano não são universos antagônicos, mas complementares, que se confraternizam e vivem em relação dialógica, o que se expressa no modo como os homens e mulheres constroem a vida material e simbólica no Puraquequara.

O Puraquequara – cujas origens nos remetem aos primórdios do século XX – se edificou a partir de um conjunto pequeno de famílias que fixou suas casas e suas vidas na várzea, situada no beiradão do Rio Amazonas, onde desenvolviam atividades produtivas voltadas para pesca, agricultura, caça, criação animal etc.

Viver na várzea significava proximidade com o rio, favorecimento das terras irrigadas com as enchentes, vínculo forte de solidariedade entre os habitantes, mas, também, exposição às intempéries da natureza, que ocasionavam devastação das plantações, alagação das casas e a conseqüente migração para a terra firme, onde os moradores construíam casas provisórias para enfrentar o período da cheia, retornando no período da vazante para a várzea.

O fluxo e refluxo da vida – propiciado pela interação várzea/terra firme e as perspectivas de melhoria das condições de vida – impulsionaram homens e mulheres a

migrarem, definitivamente, na década de 1970, para a terra firme, à margem esquerda do Lago do Puraquequara, constituindo a Vila do Puraquequara, onde edificaram suas moradias e suas vidas.

Desde então, são perceptíveis várias modificações no cenário humano e material no Puraquequara, o que se manifesta com a emergência de costumes e valores urbanos, a introdução de profissões urbanas, o estilo de construção das casas, a instalação de luz elétrica, água encanada, serviço de telefonia fixa e móvel, a pavimentação das ruas, os equipamentos sociais – ainda que parques – o sistema de interação social, elementos que sinalizam para a construção do *habitus* urbano.

No ano de 1995, através da Lei Municipal 287 de 23 de maio, Manaus adquiriu uma nova configuração, tendo em vista que foram estabelecidos novos limites geográficos para a cidade, além da incorporação de novos bairros, dentre eles o Puraquequara, que, a partir daí, assumiu o *status* de bairro.

Mesmo transcorridos mais de dez anos da vigência desta lei, a nova categorização não se processou da mesma forma na infra-estrutura local – saneamento básico, abastecimento de água, serviços de saúde e educação etc – e nos modos de vida de seus moradores, pois, sua população, apesar de pertencer geograficamente à zona urbana, conserva elementos culturais próprios de populações rurais.

O *habitus* rural é reavivado por meio das relações de solidariedade e ajuda mútua, da interação com o meio natural proporcionada pela inserção no mundo do trabalho, a velocidade da vida, as tradições perpetuadas, as manifestações culturais e religiosas – como a Festa de São Sebastião – a utilização dos meios de transporte fluviais etc.

Condições paradoxais convivem no mesmo campo, no mesmo espaço. Se, por um lado, é possível perceber a suposta *modernidade* trazida pela urbanização – sistema de transporte coletivo, casas construídas em alvenaria, escola de ensino fundamental, templos

religiosos etc – por outro, a pesca, a agricultura, a utilização do lago e de embarcações ainda são características marcantes da vida do Puraquequara.

Percebemos que um número expressivo de moradores adota práticas da vida urbana – atividades profissionais, comércio, utilização de aparatos urbanos, vestimenta, comportamentos, idéias etc – todavia, o espírito da vida rural ainda paira sobre a vida de muitos moradores, que fazem do seu trabalho – agricultura, pesca, ecoturismo, dentre outros – meio de inter-relação com a natureza e o mundo rural.

A identificação dos sujeitos da pesquisa com o mundo rural é indiscutível e resulta da forma como estes ribeirinhos urbanos constroem suas vidas, desenvolvem seus trabalhos, percebem suas necessidades e respondem às diferentes situações da vida. O trabalho, elemento constitutivo dos modos de vida, é um dos principais responsáveis por tal identificação, o que ratifica a hipótese que tínhamos no início da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, Pós-fácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Editora Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. Zona Franca de Manaus: Pólo de Desenvolvimento Industrial. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Edição Pastoral.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6 ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (Pensamento Crítico, v. 63).

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004 (Coleção Estudos, n. 20).

_____. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1991 (Série FIDENE).

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, Lúcia, YAZBEK, Maria Carmelita, WANDERLEY, Mariângela Belfore (orgs). VVAA. Desigualdades e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. As transformações da questão social. VVAA. Desigualdades e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997.

CERTEAU, Michel, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: Lafargue, Paul. O Direito à Preguiça. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2000.

DERRUAU, Max. Geografia Humana I. Tradução de Helena de Araújo Lopes e Carlos D'Almeida Sampaio. 1 vol. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, S/D.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In: GEANNOTTI, José Arthur (org). Émile Durkheim. Tradução de Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

FERRAZ, Lídia Rochedo. Ambiente e Participação Popular: um Estudo de Caso da Vila do Puraquequara. Dissertação de Mestrado. Manaus: CCA/UA: 1998.

FERRAZ, Lídia Rochedo e GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Gestión ambiental de empresas turísticas: estudio de caso. En: CASTELLANOS, Roger J. Carrillo (compilador). Memorias del IV Congreso Interamericano sobre el Medio Ambiente – Volumen I. Caracas: Ediciones de la Universidad Simón Bolívar, 1998 (Serie Simposia).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FICHTER, Definições para uso didático. In: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

GALVÃO, Eduardo. Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa em Itá; Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

HOBBSAWM, Eric. A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). A Invenção das Tradições. 2 ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).

IBAMA. Período do defeso. Disponível em www.ibama.gov.br – Acesso em 17 setembro 2006.

IBGE. Censo Demográfico 1970-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Censo demográfico 1940-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 -2001.

_____. Contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. Recenseamento do Brazil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, [1872] – 1930.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, Deborah de Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre Estruturas e Representações Sociais no Meio Amazônico. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, n. 2, dezembro, 1999.

MACIVER, R. M. e PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. O que é Cidadania? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARCON, Telmo. Memória, História e Cultura. Chapecó: Argos, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 7 ed. São Paulo: Difel, 1982, Livro 1, vol. 1.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2006 [1932] (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

MELLO, Thiago de. Amazonas, Pátria da Água. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades na Selva. Manaus: Valer, 2000.

_____. Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003 (Série Em Busca da Identidade Regional).

_____. Parceiros do Lago Bonito. A Crítica, Manaus, 22 nov 2005. Caderno de Cidades, p. 10.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus. Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura/Editora da Universidade Federal do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas, 2003 (Série Amazônia: a terra e o homem).

PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as zonas francas. In: LIMA, Carlos Alberto Ferreira e PINTO, Ernesto Renan Freitas. Trabalho e Produção Capitalista. Belém, UFPA/NAEA, 1987 (Série Seminários e Debates n. 13).

_____. Zona Franca de Manaus e o Desenvolvimento Regional. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, janeiro/junho 1992 (Série Desenvolvimento e Meio Ambiente).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. Código de Postura. www.manaus.am.gov.br. Acesso em 17 setembro 2006.

_____. Lei Orgânica do Município de Manaus. Manaus, 1990.

_____. Lei nº 671/2002. Anexo II. Descrição das Unidades de Estruturação Urbana, dos Corredores Urbanos e das Unidades Espaciais de Transição. Manaus, 2002a.

_____. Lei nº 644 de 08 de março de 2002. Manaus, 2002b.

_____. Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus. Manaus, 2002c.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Série 2. Textos; v. 7).

REIS, Arthur Cezar Ferreira. História do Amazonas. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1998 (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145).

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Coleção Primeiros Passos).

SALAZAR, João Pinheiro. O Novo Proletariado Industrial de Manaus e as Transformações Sociais Possíveis: estudo de um grupo de operários. São Paulo, 1992 (mimeografado).

SANTOS, Marcos Antonio dos. Uso de medicamentos antiparasitários como indicador de qualidade de vida dos moradores do Bairro do Puraquequara, Manaus/AM. Dissertação de Mestrado. Manaus: CCA/UA: 1999.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800 – 1920). São Paulo: T. A. Queiroz: 1980.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SOROKIM, Pitirim A., ZIMMERMAN, Carlo C., GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (org.). Introdução Crítica à Sociologia Rural. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986, pp. 198-22.

SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. Manaus: Valer, 2003.

_____. Breve História da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

TORRES, Iraildes Caldas. Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia. Somanlu. Ano 4, n. 2. jul/dez. Manaus: Edua/Capes, 2004.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNIDADE PRISIONAL DO PURAQUEQUARA. Disponível em <http://www.internext.com.br/valois>. 17 setembro 2006.

VAZ, Florêncio Almeida. Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta. Cultura Vozes, n. 2, março-abril, 1996.

WAGNER, Eugênia Sales. Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2006 (Série: Amazônia: a terra e o homem).

WOORTMANN, Ellen F. O Saber Tradicional Camponês e Inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA

Pesquisa: **Ribeirinhos Urbanos: Modos de Vida e Representações Sociais dos Moradores do Puraquequara**

Formulário de Pesquisa nº _____

Local de Aplicação da Pesquisa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO E ORIGEM

1.1 **Nome:** _____

1.2 **Sexo:** () Feminino () Masculino

1.3 **Endereço:** _____

1.4 **Idade:** () 18 a 25 anos () 42 a 49 anos () 66 a 73 anos
 () 26 a 33 anos () 50 a 57 anos () Acima de 73 anos
 () 34 a 41 anos () 58 a 65 anos

1.5 **Estado Civil:** () Solteiro () União Consensual () Separado
 () Casado () Viúvo ()
 Outros _____

1.6 **Onde você nasceu?**

() Puraquequara () Manaus
 () Interior do Estado Qual? _____
 () Outro estado Qual? _____
 () Outro país Qual? _____

• O que fazia lá? _____

1.7 **Há quanto tempo você mora no Puraquequara?** _____

1.8 **Nível de Escolaridade:**

() Não alfabetizado () 1º Grau Completo () 3º Grau Incompleto
 () Alfabetizado () 2º Grau Incompleto () 3º Grau Completo
 () 1º Grau Incompleto () 2º Grau Completo

Por quê? _____

2. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

2.1 Com quem e com quantas pessoas você mora?

- () Sozinho () Com amigos: _____
 () Com esposa e filhos: _____ () Com parentes: _____
 () Com pais e irmãos: _____ () Outros _____

2.2 Em sua residência, quantas pessoas trabalham?

- () 1 () 2 a 3 () 4 a 5 () 6 ou mais

- Em que e por que trabalham nisso? _____

2.3 Qual é a renda familiar mensal?

- () Menos de 1 salário mínimo () De 3 a 4 salários mínimos () Sem renda
 () De 1 a 2 salários mínimos () De 4 a 5 salários mínimos
 () De 2 a 3 salários mínimos () Mais de 5 salários mínimos

2.4 A sua casa é: () Própria () Cedida () Alugada () Outros _____**2.5 De que é feita a sua casa?**

- () Madeira () Alvenaria () Mista () Outros _____

2.5 De onde provém a água utilizada em sua casa?

- () Águas do Amazonas () Poço comunitário
 () Poço Artesiano próprio () Outros _____

2.6 Que tipo de iluminação é utilizada em sua casa?

- () Elétrica regularizada () Motor de luz
 () Elétrica não regularizada () Outros _____

2.7 Para onde vai a água utilizada em sua casa?

- () Tubulação de esgoto () Lago do Puraquequara
 () Fossa biológica () Outros _____
 () Esgoto a céu aberto

3. INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**3.1 Que serviços/equipamentos o Puraquequara dispõe? Qual a qualidade dos serviços/equipamentos disponíveis?**

- () Escola _____

- () Posto de saúde _____

() Posto policial _____

() Transporte coletivo _____

() Transporte fluvial _____

() Pronto atendimento _____

() Energia elétrica _____

() Água encanada _____

() Ruas asfaltadas _____

() Telefone fixo _____

() Telefone público _____

() Telefone móvel (celular) _____

() Correios _____

() Banco _____

() Casa Lotérica _____

3.2 Em caso negativo, por que não possui? O que a comunidade tem feito para conseguir? _____

3.2 Que serviços ou equipamentos sociais melhorariam a vida dos moradores do Puraquequara? Por quê? _____

4. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

4.1 Você trabalha?

() Sim. O que você faz (atividade principal)? _____ () Não

4.2 Caso a resposta anterior seja positiva, você desenvolve outra atividade para complementar a renda?

() Sim. Qual? _____ () Não

Por quê? _____

4.3 Dependendo das estações do ano [enchente/cheia/vazante/seca], você chega a realizar atividades produtivas diferentes?

() Sim. Quais? _____ () Não

Enchente: _____

Cheia: _____

Vazante: _____

Seca: _____

4.4 Quais as principais atividades econômicas desempenhadas pelos moradores do Puraquequara [hierarquizar]? Por quê? _____

4.5 Quais as principais dificuldades que você encontra para desenvolver sua principal atividade econômica?

4.6 De onde provém o alimento consumido em sua casa?

Pesca4.7 **Você sabe pescar?**

() Sim () Não

4.8 **Você sabe dizer quantas famílias no Puraquequara vivem da pesca?**

() Sim. Quantas? _____ () Não

4.9 **No Puraquequara, você já trabalhou na pesca?**

() Sim. Quando? Por quê? _____ () Não

4.10 **No Puraquequara, você trabalha na pesca?**

() Sim. Por quê? _____ () Não

4.11 **Caso a resposta anterior seja positiva, onde você costuma pescar [hierarquizar] e quanto tempo você gasta para ir e voltar do local onde realiza a pesca?**

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

6) Outros: _____

4.12 **Quantos dias por semana você pesca?** _____4.13 **Quantas horas por dia você pesca?** _____4.14 **Que meio de transporte (embarcação) você utiliza para realizar a pesca? A quem pertence?**

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

6) Outros: _____

4.15 **Que instrumentos você usa para pescar [hierarquizar]? A quem pertencem? Onde você os consegue?**

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

6) Outros: _____

4.16 Qual (is) a(s) principal(is) espécie(s) pescada(s) [hierarquizar]? Qual o destino do pescado?

1) _____ Destino: _____

2) _____ Destino: _____

3) _____ Destino: _____

4) _____ Destino: _____

5) _____ Destino: _____

6) Outros: _____ Destino: _____

4.17 Caso o destino seja a venda, onde você vende seu pescado? Como é que isso acontece? _____

4.18 Em caso de comercialização do pescado, como é feito o pagamento? _____

4.19 O valor que você recebe pela venda do seu pescado é:

() Igual ao valor cobrado nas feiras e mercados de Manaus

() Maior que o valor cobrado nas feiras e mercados de Manaus. Quanto? _____

() Menor que o valor cobrado nas feiras e mercados de Manaus. Quanto? _____

() Não sabe

4.20 Caso o valor seja inferior, o que o leva a vender abaixo do preço? _____

4.21 Já existiu alguma organização de pescadores no Puraquequara?

() Sim. Quais eram suas atividades? _____

() Não. Por quê? _____

() Não sabe informar

4.22 Existe alguma organização de pescadores no Puraquequara?

() Sim. Quais são suas atividades? _____

() Não. Por quê? _____

() Não sabe informar

4.23 Você pertence a alguma organização de pescadores?

() Sim. Qual? _____

• Quais atividades ela desenvolve? _____

• Como você atua nela? _____

() Não. Por quê? _____

Agricultura

4.24 Você sabe dizer quantas famílias no Puraquequara ainda vivem da agricultura?

() Sim. Quantas? _____ () Não

4.25 No Puraquequara, você já trabalhou na agricultura?

() Sim. Quando? Por quê? _____ () Não

4.26 No Puraquequara, você trabalha na agricultura?

() Sim. Por quê? _____ () Não

4.25 Caso a resposta anterior seja positiva, que produtos são cultivados? _____

4.26 Qual o destino da produção?

() Consumo () Venda () Venda/Consumo () Outros _____

4.27 Você cultiva horta ou algum tipo de plantação em sua casa?

() Sim. Qual? _____ () Não

4.28 Já existiu alguma organização de agricultores no Puraquequara?

() Sim. Quais eram suas atividades? _____

() Não. Por quê? _____

() Não sabe informar

4.29 Existe alguma organização de agricultores no Puraquequara?

() Sim. Quais são suas atividades? _____

() Não. Por quê? _____

() Não sabe informar

Criação animal

4.30 Você cria animais?

() Sim. Quais? _____ () Não

Por quê? _____

4.31 Qual o destino da criação?

() Consumo () Venda () Venda/consumo () Outros _____

5. RELAÇÕES SOCIAIS

5.1 É bom morar no Puraquequara? Como é a vida aqui [fazer uma descrição densa]?

5.2 Como se dá o relacionamento entre os moradores? [fazer uma descrição densa]_____

5.3 Você conhece os seus vizinhos? Existe alguma relação de proximidade e ajuda entre vocês? [fazer uma descrição densa]_____

5.4 Você faz algum trabalho junto com outras pessoas [mutirão, troca de dia, parceria etc.]? Qual?

Mutirão [atividade]. Por quê? _____

Troca e dia [atividade]. Por quê? _____

Parceria [atividade]. Por quê? _____

Outros [atividade]. Por quê? _____

5.5 Quem organiza a Festa de São Sebastião que acontece no mês de janeiro? Quem participa? Quem a fundou? Quais são as principais atividades que envolvem essa festa?
[evidenciar características urbanas e rurais da festa]

6. REPRESENTAÇÕES SOBRE O PURAQUEQUARA [*DESCRIÇÃO DENSA DOS ASPECTOS MATERIAIS E SIMBÓLICOS*]

6.1 Para você, o que é o Puraquequara?

6.1 O Lago do Puraquequara tem alguma importância na vida dos moradores? Vocês viveriam sem o lago? Por quê?

6.2 E para você, que importância tem o Lago [*trabalho, meio deslocamento, lazer*]? _____

6.3 Você sabia que o Puraquequara é área de proteção ambiental? O que você acha disso? _____

6.4 Para você, qual a importância da natureza [*terra, floresta, água, animais etc.*]?

6.5 Na sua opinião, o que os moradores do Puraquequara não podem ou mesmo não devem fazer no ambiente do lago?

6.6 Para você, o que significa trabalhar, morar e viver às margens do Lago do Puraquequara?

6.7 Você considera o Puraquequara uma área adequada para o desenvolvimento de atividades turísticas? Por quê? _____

6.8 Morando e trabalhando no Puraquequara você se identifica como homem do campo ou homem da cidade? Por quê?

6.9 Para você, o que significa ser cidadão do Puraquequara [*trabalho, educação, saúde, reconhecer-se capaz de agir sobre o mundo etc*]?

6.10 Vocês têm Associação de moradores? Sim/Como ela atua? Não/Por quê?

6.11 [Caso a resposta seja positiva], como você colabora com a Associação?

6.12 Na sua opinião, como deve ser a atuação da Associação dos Moradores?

6.13 É melhor viver na Vila do Puraquequara de ontem ou de hoje?

6.14 Como você vê a Vila do Puraquequara daqui há alguns anos?

6.11 Como você imagina a sua vida no Puraquequara daqui há alguns anos?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

**Pesquisa: RIBEIRINHOS URBANOS: MODOS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DOS MORADORES DO PURAQUEQUARA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O senhor nasceu aqui ou veio de outro lugar?
2. (Se veio de outro lugar) De onde veio? Era bom morar lá?
3. Há quanto tempo o senhor mora no Puraquequara? É bom morar aqui? Por quê?
4. Por que o senhor mora aqui?
5. O que o senhor sabe e pode nos contar sobre a história do Puraquequara? Como surgiu? Como se formou a vila?
6. Quais são as principais mudanças que ocorreram e têm ocorrido no Puraquequara, desde quando o senhor mora aqui?
7. O Puraquequara pertence ou não à cidade de Manaus?
8. Como o senhor define o Puraquequara? É um bairro? É uma vila? O que é?
9. Quais serviços públicos os moradores dispõem no Puraquequara?
10. Qual a qualidade desses serviços? (*qualificar bem as representações acerca dos serviços*)
11. O que falta ao Puraquequara para melhorar a vida de seus moradores?
12. O que os moradores têm feito para conseguir essas melhorias? Organizam-se? Reivindicam seus direitos? Como?
13. Vocês têm associação de moradores (*ou outro tipo de organização*)? Sim/Como ela tem atuado? Não/Por quê?
14. Por que muitas pessoas de Manaus vêm passar aqui o final de semana? O que fazem aqui?
15. A presença dessas pessoas melhora a vida no Puraquequara? Sim/Não. Em que sentido?
16. Qual a importância do lago do Puraquequara na vida dos seus moradores (*importância econômica, social e de lazer*)? Existem pessoas que dependem economicamente do lago para viver? Quantas?
17. As pessoas de Manaus vêm passar o final de semana aqui usam muito o Lago? Sim/Por quê? Isso é bom ou ruim ao lago?
18. O que os moradores do Puraquequara têm feito para preservar o ambiente do lago?
19. Morando no Puraquequara, como o senhor se define?